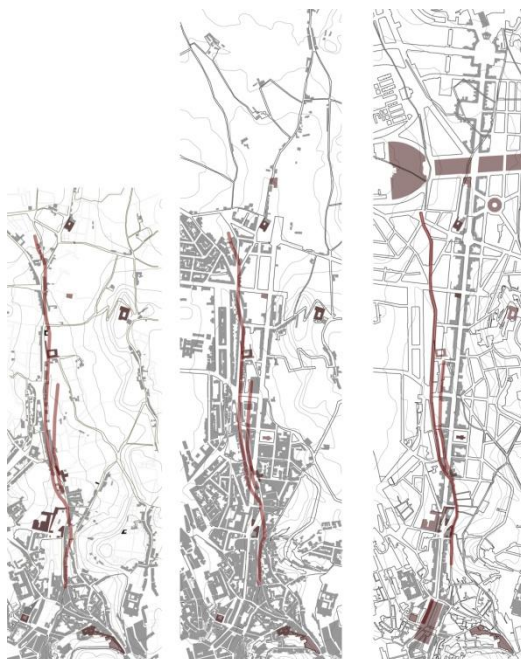


FACULDADE DE ARQUITECTURA
UNIVERSIDADE DE LISBOA



ESPAÇO PÚBLICO: CONTINUIDADE, TRANSIÇÃO E PERMANÊNCIA

INTERVENÇÃO NO REGUEIRÃO DOS ANJOS

Inês da Silva Graça Costa Mota
(Licenciada)

Projecto para obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura e Urbanismo

Orientador científico: Professora Auxiliar com Agregação Doutora Carla Sofia Alexandrino Pereira Morgado, Arquitecta, FAUL

Co-orientador: Professor Auxiliar Doutor João Rafael Marques Santos, Arquitecto, FAUL

Júri:

Presidente: Professor Associado Doutor Pedro Conceição Silva George, Arquitecto, FAUL

Vogal: Professor Auxiliar Doutor Paulo António dos Santos Silva, Arquitecto, UA

Vogal: Professora Auxiliar com Agregação Doutora Carla Sofia Alexandrino Pereira Morgado, Arquitecta, FAUL

Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa**Tema**

Outras Lisboas: Projectar e Integrar o Vale da Avenida Almirante Reis

Título

Espaço público: continuidade, transição e permanência

Intervenção no Regueirão dos Anjos

Candidata

Inês da Silva Graça Costa Mota

Orientador Científico

Professora Auxiliar com Agregação Doutora Carla Sofia Alexandrino Pereira Morgado,
Arquitecta, FAUL

Co-orientador

Professor Doutor João Rafael Marques Santos

Mestrado Integrado em Arquitectura e Urbanismo

Lisboa, Novembro de 2014

Resumo (252 palavras)

O presente trabalho visa abordar o significado do espaço público na cidade e a forma em que os múltiplos processos de transformação, acumulação e diferentes formas de pensar e habitar o mesmo, podem motivar novas relações sociais e interculturalidade. Tomando como ponto de partida a análise das suas características e necessidades, surge como hipótese de projecto, o desenho de um sistema de espaços públicos — partilhados — qualificados ao longo de um eixo que outrora teve importância estrutural e cultural na cidade de Lisboa.

A estratégia de intervenção no vale da Avenida Almirante Reis — mais concretamente no Regueirão dos Anjos —, assenta na dualidade estabelecida entre a permanência de uma rua e a mutabilidade do seu uso. É nesse sentido que se pretende pensar a rua — como espaço público que acompanha as necessidades do crescimento da cidade e que se adapte às necessidades que vão surgindo. O programa é definido *a posteriori*, tendo por base a análise funcional da área do vale e o levantamento das necessidades de espaços públicos qualificados. Para a concretização das intenções descritas justifica-se a reafirmação e reabilitação urbana de um eixo, compreendido pela rua do Benfornoso, Rua dos Anjos, Regueirão dos Anjos e Avenida Almirante Reis, onde é proposto a criação de um percurso — de carácter partilhado — de espaços e equipamentos públicos multifuncionais e com capacidade de adaptação a transformações posteriores. Procurando assim resposta às necessidades dos seus utilizadores, com a promoção de formas de encontro, sociabilidade, permanência e requalificação de uma área da cidade de Lisboa de referência cultural.

Palavras-chave: espaço público; a rua; reabilitação urbana; espaço partilhado; permanência; Avenida Almirante Reis; Regueirão dos Anjos

Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa

Title

Public Space: continuity, transition and permanence
Intervention in Regueirão dos Anjos

Name

Inês Costa Mota

Supervisor

Professora Doutora Arquitecta Sofia Alexandrino Pereira Morgado

Co-supervisor

Professor Doutor João Rafael Marques Santos

Master's Degree in Architecture and Urban Planning
Lisbon, November de 2014

Abstract (238 words)

The present work aims to address the meaning of public space in the city and the way in which its transformation, accumulation and different ways of thinking, can motivate interculturalism and coexistence. Taking as a starting point the peoples characteristics and needs, emerges—as hypothesis project—, the design of a qualified system of public spaces along an axis that once had structural and cultural importance in Lisbon.

The strategy to intervene in the valley of Avenida Almirante Reis—specifically in the Regueirão dos Anjos —, resides in the relationship between the permanence of a street and the mutability of its use. It's within this motto that we pretend to develop the street—as a public space that accompanies the growth and needs of the city and that suits the people and their needs. The program is defined a posteriori, and will be based on the functional analysis of the valley area and in the survey of the needs of qualified public spaces. To achieve the intentions former described, we'll need the reaffirmation and urban rehabilitation of the axle comprehended by Rua Benfornoso, Rua dos Anjos, Regueirão dos Anjos and Avenida Almirante Reis, where we propose the creation of a shared space, with multifunctional purposes and the adaptability to change subsequent public facilities in order to meet the needs of its users, promoting forms of encounter and sociability, and reclassifying an area of Lisbon cultural reference.

Keywords : public space; the street; urban rehabilitation; interculturalism; shared space; permanence; Avenida Almirante Reis; Regueirão dos Anjos

Índice

Introdução	1
PARTE I OUTRAS CIDADES, OUTRAS CULTURAS, OUTRAS RUAS	7
1. O Espaço Público na Cidade:	9
1.1. As dimensões: temporal, cultural e geográfica.....	9
1.2. Coesão Social: Lugar de convivência, de actividades e de interculturalidade	15
2. A Rua: da segregação espaço-funcional às propostas de espaço partilhado.....	25
2.1. Um espaço de vitalidade e visibilidade.....	25
2.2. A Rua Pedonal e a Rua Partilhada	29
3. A Rua e o Edifício: Espaço umbral.....	35
3.1. Pisos Térreos e Multifuncionalidade	35
3.2. Apropriação e Transição	38
PARTE II O VALE DA AVENIDA ALMIRANTE REIS: CASO DE ESTUDO	45
4. Lisboa e o Vale da Almirante Reis: Aspectos Morfológicos e Transformações	47
4.1. Topografia e Hidrografia.....	49
4.2. Transformações	52
5. Avenida dos Anjos – Avenida D. Amélia – Avenida Almirante Reis.....	55
5.1. Contextualização Histórica	55
5.2. Caracterização do Lugar	59
5.2.1. Comunidade	61
5.2.2. Instrumentos de projecto e planeamento com incidência na área de estudo	61
5.2.3. Percepções sobre os espaços verdes e espaços públicos singulares	63
5.2.4. Carências e necessidades que caracterizam a área de intervenção.....	65
6. Proposta de Intervenção	67
6.1. Pressupostos de Projecto e Programa.....	67
6.2. Um eixo de continuidade, de permanência e de transição.....	71
6.2.1 Intervenção no Regueirão dos Anjos.....	75
6.2.2. O desenho do espaço público	78

6.2.3. Os pisos térreos e a apropriação.....	81
6.3. O conjunto de edifícios públicos.....	87
6.3.1. Relação com a rua.....	87
6.3.2. Residência de Estudantes e Investigadores.....	89
Considerações finais.....	91
Bibliografia.....	93
Anexos.....	97

Índice de Figuras

Figura 1: Toledo, Espanha.....	9
Figura 2: Óbidos, Rua Direita.	10
Figura 3: Toledo, Espanha.....	10
Figura 4: Centro Urbano de Siena, Piazza di Campo. Fonte: (Gehl, Life Between Buildings - Using Public Space, 1936, p. 48).....	11
Figura 5: Siena, Piazza di Campo. Fonte: http://theurbaneearth.wordpress.com/2008/04/08/as-melhores-pracas-do-mundothe-worlds-best-squares/ (consultado em Agosto 2014).....	11
Figura 6: Praça Central, Palmanova, Itália.	12
Figura 7: Palmanova, Itália	12
Figura 8 e 9: Actividades e eventos na cidade de Copenhaga.....	15
Figura 10: Rue Musette. Transformações da rua nos anos 1973, 1977 e 1978.	17
Figura 11: Nyhavn, Copenhaga. Espaço público ao longo do canal.	17
Figura 12: Herman Hertzberger, Vida da Rua num Bairro em Amsterdão. A rua de Convivência, como uma extensão comunitária da casa.	18
Figura 13 e 14: Via Mazzanti, Verona, Itália.	19
Figura 15: As escadas a igreja de St. Thomas.	20
Figura 16: Os novos edifícios e praças ao longo das avenidas dispõem de muitas bancas e restaurantes.	20
Figura 17: Actividades e eventos na cidade de Copenhaga.....	21
Figura 18: Actividades e eventos na cidade de Copenhaga.....	21
Figura 19: Registo fotográfico do projecto “identibuzz” na Mouraria, gravado com telemoveis por moradores do bairro. À direita: imagem de uma residente de nacionalidade portuguesa. À esquerda: imagem de uma loja em que o logista tem nacionalidade indiana. Fonte: (Identibuzz, 2012)	22
Figura 20: Registo fotográfico do projecto “identibuzz” na Mouraria, gravado com telemoveis por moradores do bairro. À direita: imagem de uma residente de nacionalidade portuguesa. À esquerda: imagem de uma loja em que o logista tem nacionalidade indiana. Fonte: (Identibuzz, 2012)	23
Figura 21: A Cidade Radiosa, Le Corbusier. Fonte: (Goitia, 1982, p. 118).....	25
Figura 22 : “Los sentidos e la comunicación”	26

Figura 23: Segregação espaço-funcional. A primeira imagem ilustra a cidade de Los Angeles, seguindo Radburn (canto inferior esquerdo), Delf (canto superior direito) e Veneza (canto interior direito).	27
Figura 24: New Road Brighton. Rua partilhada.	29
Figura 25: Rua partilhada em Tóquio.	29
Figura 26: Esquema de um projecto "Woonerf".	30
Figura 27, 28 e 29: "City Lounge", Sankt Gallen em Zurique.	30
Figura 30: Seattle, WA. Arquitecto Gustafson Guthrie Nichol LTD.	31
Figura 31 e 32: Wall Street, Asheville, NC.	31
Figura 33: Fiolstraede, Copenhaga, antes e depois.	32
Figura 34: Straedet, Copenhaga, 1989.	32
Figura 35: Stroget, Copenhaga, antes e depois (1962) da pedonalização da rua.	32
Figura 36: Düsseldorf, Alemanha. Rua partilhada entre transportes públicos e peões.	33
Figura 37: Nova Zelândia, Auckland. Rua partilhada entre peões, automóveis e bicicletas.	33
Figura 38: Strasbourg's, França. Rua partilhada entre transportes públicos e peões.	33
Figura 39: Projecto Rehabitar las plantas bajas. Diversos exemplos de habitações camufladas nos pisos térreos de Barcelona.	36
Figura 40: Projecto Rehabitar las plantas bajas. Corte em perspectiva que ilustra a multifuncionalidade destes espaços bem como a relação entre a rua, espaço de trabalho, habitação e pátio.	36
Figura 41: Projecto <i>Rehabitar las plantas bajas</i> . Proposta de situações para pisos térreos de habitação e trabalho.	36
Figura 42: Edifício principal da universidade de Copenhaga: apropriação do espaço por parte de estudantes e outros utilizadores.	37
Figura 43 e 44: Zonas de Permanência ao Longo da Rua. Relação próxima entre a arquitectura e as pessoas, na criação de espaços e zonas de permanência e de estadia mais prolongada, aptas para desenvolver o contacto social entre as pessoas como entre a rua e a envolvente.	38
Figura 45: Zonas de Permanência ao Longo da Rua. Relação próxima entre a arquitectura e as pessoas, na criação de espaços e zonas de permanência e de estadia mais prolongada, aptas para desenvolver o contacto social entre as pessoas como entre a rua e a envolvente.	39
Figura 46: Escola Montessori, Herman Hertzberger. Espaço de entrada.	39

Figura 47 e 48 Herman Hertzberger, Lar para Idosos, De Drie Hoven (1975-77). Espaços Intermédios que permitem a transição entre o domínio público e privado, cuja sua indefinição cria potenciais espaços de permanência e de encontro, deixando a sua apropriação aos usuários.....	40
Figura 49: Residência de Estudantes “Bikuben”, AART (2003-06). Planta.....	41
Figura 50: Residência de Estudantes “Bikuben”: Galeria exterior	41
Figura 51 e 52:Reabilitação da Galeria Store for Art and Architecture com a colaboração do arquitecto Stecen Holli e o artista Vito Acconci, na Kenmare Street, nº7, New York, 1993.....	41
Figura 53 e 54: Herman Hertzberger, Residência para Estudantes Weesperstraat. Rua-galeria, na primeira imagem os residentes utilizam o espaço para refeição. A disposição do mobiliário fixo proporciona momentos de estadia prolongada e para observação do espaço envolvente.	42
Figura 55: Herman Hertzberger, Residência para Estudantes Weesperstraat. Planta do nível 4.	42
Figura 56: Planta João Nunes Tinoco, Lisboa Fortificação, 1650.....	47
Figura 57: Esquema da Evolução do edificado na cidade de Lisboa. A) 1856-1858; B) 1871-1911; C) 1904; D) 1899-1948 e E) 2007.	48
Figura 58: Ruas associadas a posições topográficas específicas. A) Principais ruas de vale; B) Ruas trepadoras; C) Ruas de meia encosta.	50
Figura 59: Relação da água com os dois eixos.	51
Figura 60: Evolução do eixo da Avenida Almirante Reis. A) Base Cartográfica Filipe Folque (1856-58); B) Base Cartográfica Silva Pinto (1904); C) Sobreposição com o edificado existente.....	53
Figura 61 Cartografia 1: Lisboa 1900, Plano de Ressano Garcia: traçado completo da Avenida dos Anjos, até à Praça do Chile.	55
Figura 62: Esquema da sedimentação da Avenida do Anjos bem como do Regueirão dos Anjos.....	57
Figura 63: Esquema que representa o traçado de 1896 em sobreposição com o plano de Ressano Garcia, bem como a antiga entrada para o Regueirão dos Anjos e as sedimentações das vias.	58
Figura 64: Imagem da Antiga Igreja dos Anjos que marcava a entrada para o Regueirão dos Anjos.....	58
Figura 65: Funções dos pisos térreos no vale da Av. Almirante Reis.....	60
Figura 66: Rede de eléctrico e estações de metro no vale da Av. Almirante Reis.	60
Figura 67: Instrumentos de Gestão Territorial	62
Figura 68: Giambattista Nolli, Mapa de Roma (1768).....	63
Figura 69 e 70: Apropriação do espaço no Largo do Intendente.....	64

Figura 71: Representação dos espaços verdes de recreio e lazer. Fonte: PDM 2013.....	64
Figura 72 Representação dos espaços públicos e semi-públicos.	64
Figura 73: Edificado devoluto.	65
Figura 74: Esquema representativo do eixo de intervenção. A) Actual; B) Proposta.	69
Figura 75: Intervenção proposta. 1) Comunicação entre a Rua do Benfornoso e a Avenida Almirante Reis; 2) Comunicação do Largo do Intendente com o Hospital do Desterro e o Mercado do Forno do Tijolo; 3) Comunicação do entre o Regueirão dos Anjos e a Rua dos Anjos; 5) Comunicação entre o Regueirão dos Anjos, a Rua dos Anjos e a Avenida Almirante Reis; 5) Comunicação entre a Avenida Almirante Reis e a Rua de Arroios.....	71
Figura 76: Corte Esquemático que representa a transversalidade proposta entre a rua do Benfornoso e a avenida Almirante Reis, com a sua envolvente próxima, neste caso a relação com o Miradouro da Nossa Senhora do Monte	71
Figura 77: Corte Esquemático que representa a proximidade entre o largo do com a sua envolvente próxima, o mercado do Forno do Tijolo e o Hospital do Desterro.....	72
Figura 78: Planta esquemática referente à transversalidade proposta entre o largo do Intendente, o Mercado do Forno do Tijolo e o Hospital do Desterro	72
Figura 79: Rio Agly, Estagel, França	73
Figura 80: Oude Gracht, Utrecht.....	73
Figura 81: Planta esquemática referente à transversalidade proposta entre o Regueirão dos Anjos e a Rua dos Anjos, e a sua proximidade com o Campo dos Mártires da Pátria.	74
Figura 82: Corte Esquemático que representa a transversalidade proposta entre o Regueirão dos Anjos e a Rua dos Anjos, e a sua proximidade com o Campo dos Mártires da Pátria.	74
Figura 83: Planta esquemática referente à transversalidade proposta entre a Avenida Almirante Reis e Rua António Pedro.....	74
Figura 84: Corte Esquemático que representa a transversalidade proposta entre a Avenida Almirante Reis e Rua António Pedro.....	74
Figura 85, 86, 87 e 88: Edifícios devolutos na área de intervenção.	75
Figura 89: Proposta desenvolvida no Regueirão dos Anjos. Os edifícios explodidos são os devolutos que foram retirados.....	75
Figura 90: Ermida de Nossa Senhora do Resgate das Almas e Senhor Jesus dos Perdidos com o largo adjacente.	76

Figura 91: Intervenção no Largo. Ambiente sugerido.....	76
Figura 92: Intervenção na Rua. Ambiente sugerido onde são propostos ateliês ao longo da rua.....	76
Figura 93: Regueirão dos Anjos	76
Figura 94: A) Esquema da organização da Universidade de Copenhaga ao longo da rua; B) Proposta para o Regueirão dos Anjos.....	77
Figura 95: Transversalidades propostas. 1) Regueirão dos Anjos e Rua dos Anjos; 2) Regueirão dos Anjos e Avenida Almirante Reis; 3) Regueirão dos Anjos, Avenida Almirante Reis e Rua dos Anjos.....	78
Figura 96: Ilustração da entrada do Regueirão dos Anjos.....	78
Figura 97: Actual.....	79
Figura 98: Proposto – Residência de estudantes e comunicação entre a Avenida Almirante Reis, Regueirão dos Anjos e Rua dos Anjos (dir. para esq.).	79
Figura 99 e 100: Proposto. A) Comunicação entre o Regueirão dos Anjos e a Avenida Almirante Reis; B) Comunicação ente a entrada no Regueirão dos Anjos e a Rua dos Anjos	79
Figura 101 e 102: Actual.....	79
Figura 103: A escala e multifuncionalidade do percurso público. Comparação do troço da Via Bamchi de Sopra, em Siena, e os espaços propostos para o troço do Regueirão dos Anjos.	80
Figura 104: Desenho de ambiente proposto para o espaço.	81
Figura 105: Fotografia dos pisos térreos do Regueirão dos Anjos.	81
Figura 106: Caracterização dos pisos térreos.	81
Figura 107: Desenho de ambiente proposto para o espaço.	82
Figura 108: Fotografia dos pisos térreos do Regueirão dos Anjos.	82
Figura 109: Fotografia dos pisos térreos do Regueirão dos Anjos.	82
Figura 110: Desenho de ambiente proposto para o espaço.	82
Figura 111, 112, 113, 114 e 115: Apropriação do espaço. Feira das Almas e Santos Populares.	83
Figura 116: Ilustração de espaços propostos.	84
Figura 117: Desenho do espaço exterior ao auditório. Relação do palco com as escadas da residência de estudantes e investigadores.	85
Figura 118: Esquício de um troço do Regueirão dos Anjos. Relação das propostas com a rua.	87
Figura 119: Corte ilustrativo da relação do auditório e da residência de estudantes com o Regueirão dos Anjos.....	88

Figura 120: Ilustração do alçado da residência de estudantes e investigadores. Elaborada pela candidata	89
Figura 121: Esquema ilustrativo das semelhanças da galeria proposta para a galeria do lar de idosos Drie Hoven e a galeria do nível 4 da residência de estudantes Weesperstraat.	89
Figura 122: Flexibilidade das habitações.....	90

Agradecimentos

O meu profundo e sentido agradecimento a quem esteve
ao meu lado, à minha família e amigos, em especial ao
João pelo apoio e confiança.

À Catarina e à Carolina pela motivação e paciência.

Aos urbanistas pela inspiração.

À Professora Sofia Morgado pelo conhecimento e ao
Professor João Rafael pelo entusiasmo e disponibilidade.

Introdução

O presente documento pretende abordar a rua com um espaço de continuidade, de transição e permanência segundo a ideia de um lugar que tem sido uma presença constante na articulação do espaço urbano nas cidades. A rua com um espaço público de continuidade assume o seu papel primário de distribuição e passagem, no entanto ao adquirir capacidades para a permanência, onde de desenvolvam interações e actividades entre os seus utilizadores, torna-se num espaço de polivalência na cidade.

O ambiente da rua enquanto espaço público é alvo de diferentes dimensões, tanto temporais como culturais, o que faz com que assuma diferentes papéis em diferentes cidades. Deste modo, o espaço público, não só a rua, tem sido alvo de várias transformações induzidas maioritariamente por necessidades políticas de modo a acompanhar uma constante actualização do crescimento das cidades. O crescimento das cidades e a introdução do automóvel criaram por vezes perturbações no modo de utilização da rua. Em muitas ruas deu-se a segregação do seu espaço funcional, o que fez com que se perdessem as suas capacidades de promoção da interacção entre os utilizadores. Desta forma, os vários utilizadores da rua, como os automóveis, as bicicletas e as pessoas, deixam de ser vistos como barreiras, que criam insegurança e segregação nos espaços e motivam o individualismo; por oposição, passam a partilhar com harmonia o mesmo espaço, o que determina uma maior dinâmica, maior segurança para o peão e o desenvolvimento de relações de vizinhança e de convívio.

A reabilitação e reafirmação da rua são peças chave da proposta de intervenção no sentido que procuraram estabelecer uma continuidade e homogeneidade na leitura dos espaços públicos na cidade, como o cenário da cultura e lugar de construção de uma vida social. Nesse seguimento, os planos adjacentes à rua, os edifícios e suas funções, vêm contribuir para uma caracterização do espaço da rua e vice-versa. Assim sendo, a presente investigação estuda a rua como espaço público com capacidade de mudança, de adaptação, temporal e cultural, portador de identidade morfológica e social, de partilha, de vínculo de conectividade, de fundamental importância na cidade e nas relações espaciais que estabelece.

O texto é estruturado em duas partes: na primeira procede-se à exploração teórica dos conceitos referentes ao tema começando por uma abordagem a várias dimensões do espaço público bem como a sua importância para a coesão social, e que função desempenha em diferentes contextos sociais e temporais. De seguida é explorada a relação de partilha como intenção de projecto, onde o espaço partilhado é associado à segurança espaço-funcional e multifuncionalidade. Por fim aborda-se a rua como espaço de memórias colectivas, onde o espaço de limite não é encarado como barreira física mas sim espaço de apropriação, que contribui de modo a tornar mais coesa e equilibrada a transição entre o público e o privado.

Na segunda parte é feita uma abordagem aos aspectos morfológicos da área de intervenção, o Vale da Avenida Almirante Reis, em Lisboa. O vale foi exposto a várias transformações ao longo dos anos por ser um dos eixos mais importantes de entrada e saída da cidade, sendo que uma das transformações mais significativas foi o plano de urbanização e expansão da cidade para norte, da autoria de Ressano Garcia. No entanto, apesar da grande intervenção no vale, houve estruturas que se mantiveram, não obstante a constante mudança funcional de que foram alvo. A antiga rua direita dos Anjos e o Regueirão dos Anjos servem de inspiração para o desenvolvimento dos temas apresentados e a sua aplicação como ideia de projecto. A contextualização histórica incide na análise das transformações e permanências observadas ao longo dos tempos. Por outro lado, é apresentada a situação actual do lugar no que diz respeito aos espaços e equipamentos públicos, e as necessidades dos seus utilizadores. A análise e levantamento descritos servem de base à formulação da estratégia de projecto, definidas de seguida.

A metodologia aplicada no presente trabalho de investigação consistiu primeiramente na consulta de bibliografia associada aos temas de espaço público, a rua, partilha e apropriação. A escolha dos casos de referência teve por base tanto casos que persistiram no tempo pela sua importância arquitectónica e influência no tecido envolvente, como casos mais recentes, cujas funções se aproximam ao programa proposto. A definição do programa do projecto elaborado teve como principal influência o levantamento das características do vale da Avenida Almirante Reis e as necessidades e carências de espaços públicos qualificados e equipamentos em falta, obtidos com base na análise efectuada no local, nos instrumentos de gestão territorial e do relatório integrado na UIT centro de 2013.

A proposta de intervenção visa a reafirmação e reabilitação de um eixo, compreendido pela rua do Benfoso, Rua dos Anjos, Regueirão dos Anjos e Avenida Almirante Reis, onde é proposto a criação de um percurso de carácter partilhado, de espaços e equipamentos públicos multifuncionais e com capacidade de adaptação a transformações posteriores. Assim, procura-se dar resposta às necessidades dos seus utilizadores, com a promoção de formas de encontro e sociabilidade, e simultaneamente requalificar uma área da cidade de Lisboa de referência cultural.

BIP/ZIP – Bairros ou Zonas de Intervenção Prioritária

CML – Câmara Municipal de Lisboa

DMCRU - Direcção Municipal de Conservação e Reabilitação Urbana

IGT – Instrumento de Gestão Territorial

PDM – Plano Director Municipal

PUNHM - Plano de Urbanização do Núcleo Histórico da Mouraria

UIT – Unidade de Intervenção Territorial

UL – Universidade de Lisboa

PARTE I

OUTRAS CIDADES, OUTRAS CULTURAS, OUTRAS RUAS

1. O Espaço Público na Cidade:

O presente capítulo tem como objectivo compreender a importância do espaço público na cidade, quais as raízes históricas, aspirações e momentos significativos, que culminaram na definição dos vários papéis do espaço público ao longo dos tempos até aos dias de hoje. Em que consiste o espaço público e quais são os elementos que o caracterizam, o que o torna um espaço de referência cultural na cidade, quais são as vivências urbanas e de que forma a população e a sua arquitectura influência a sua caracterização.

1.1. As dimensões: temporal, cultural e geográfica

O espaço público é caracterizado por muitos autores como fundamental nas nossas cidades, sendo que se trata do lugar de encontro, de comércio e de circulação dos seus utilizadores. Porém, conceitos políticos e religiosos criaram muitas variações ao longo dos anos na forma e usos do espaço público. Analisa-se introdutoriamente estes acontecimentos com o objectivo de mostrar e enquadrar as características, condições e mudanças nos espaços públicos em diferentes contextos culturais e geográficos.

O período medieval mostra um contraste entre as formas de crescimento orgânico e as formas urbanas planeadas. No final do período da Idade Média assiste-se ao desenvolvimento urbano de muitas cidades europeias, influenciados por contextos políticos, económicos e sociais. Quaisquer que sejam as suas origens, a forma urbana da cidade medieval, tanto na forma reticulada das cidades planeadas como nos traçados informais das cidades “não planeadas”¹ têm elementos que se assemelham como as muralhas, as portas, ruas, praças e mercados.

A muralha tinha como função limitar o espaço da cidade. No que diz respeito à actividade comercial da cidade, a muralha protegia os interesses comerciais dos cidadãos, uma vez que limitava o acesso e permitia, junto às portas, um maior controlo das entradas e saídas de mercadorias. Assim, junto às mesmas, o espaço público ganhava significado já que permitia a concentração de pessoas e actividades e era simultaneamente palco de grandes cerimónias. As ruas eram espaços que uniam as zonas de entrada ao centro da cidade. O carácter intimista das ruas medievais era adquirido pelas suas dimensões de



Figura 1: Toledo, Espanha.
Fotografia da candidata (01-2012)

¹ O termo “não planeadas” não assume que não havia preocupação pela organização espacial ou pela unidade. Existem alguns casos documentados de cidade italianas, que demonstram consciência estética.

escala humana, tanto pela largura como pela altura e proximidade das fachadas, o que induzia à extensão das funções dos pisos térreos para o exterior. Nas cidades de crescimento orgânico, a rua tornava-se uma extensão linear do mercado, adoptando um grande valor comercial. O mercado, tanto em cidades de crescimento orgânico como nas planeadas, assumia-se ao longo de estruturas como as ruas e as praças. As praças surgem como bolsas no traçado medieval, onde a vida pública ganha maior expressão, tornando-se lugares de reunião, de procissões e de manifestos ao ar livre (Morris, 1974).



Figura 2: Óbidos, Rua Direita.
Fotografo António Louro



Figura 3: Toledo, Espanha.
Fotografia da Candidata (01-2012)

Como grandes referências das cidades do sul da Europa, as cidades mediterrânicas e islâmicas variam tanto a nível cultural como na leitura dos seus traçados e forma como vivem os espaços públicos. Com a queda do Império Romano deu-se a conquista, por outros povos, da Europa Ocidental e da Península Ibérica. Formaram-se cidades islâmicas que priorizavam a vida privada e doméstica dos seus cidadãos, em detrimento da vida pública. Estas cidades eram menos complexas que as romanas já que não havia necessidade de lugares públicos como teatros, auditórios, entre outros. Caracterizadas por serem corpos fechados em si mesmos, eram cidades onde se concedia maior importância à intimidade doméstica, onde até o mercado central estava fechado pelos bairros residenciais. Como resultado, a habitação era “invertida”, orientando-se para um pátio interior e protegido. O mercado e actividades comerciais islâmicos diferenciavam-se daqueles das cidades contemporâneas da Alta Idade Média na Europa Ocidental, uma vez que não se situavam nas praças ao ar livre nem em ampliações de ruas, mas sim em estreitos corredores cobertos (Morris, 1974).

Tomando por exemplo as cidades que permaneceram livres do domínio islâmico, Morris (1974) determina três tipos de cidade medieval de crescimento orgânico: as de origem romana reconstruídas; as fortificadas; e as que deixam de ser aldeias devido à intensidade comercial. O modelo de urbanização era consolidado gradualmente com o restabelecimento das actividades comerciais, aproximando-se das características gerais dominantes na Europa ocidental. A cidade ocidental, seja clássica, medieval ou moderna, organiza-se contrariamente à islâmica, de fora para dentro, desde a rua, espaço público, até dentro de casa. Goitia (1982) caracteriza as cidades europeias, a seguir à expulsão dos muçulmanos, como um plano amontoado de edifícios e casas, com ruas cheias de vida, que variam de largura e de

direcção. Mais tarde esse mesmo traçado viria a ser modificado conforme a tradição europeia, por meio da abertura de grandes praças e novas vias.

Com o crescimento das cidades medievais, os espaços públicos urbanos ganhavam qualidades, as ruas e as praças eram dispostas para as pessoas permanecerem nelas. Estas cidades evoluíram consoante um ajuste contínuo dos espaços exteriores bem como das suas respectivas funções. A *Piazza di Campo*, em Siena, é um exemplo de lugar de encontro e sala comum para os seus cidadãos, tanto antes como agora. Dispõe de um desenho fechado sobre si, organizando-se consoante a orientação solar e o clima, características que incentivam necessariamente à vida urbana (Gehl, 1936).

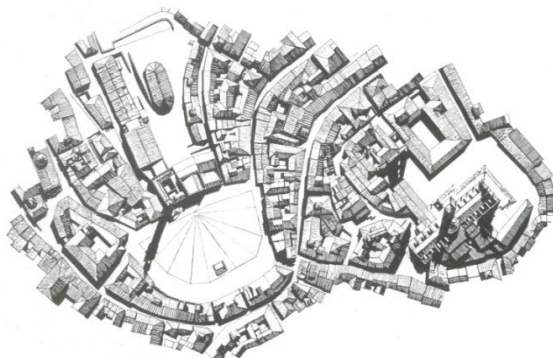


Figura 5: **Centro Urbano de Siena**, Piazza di Campo.
Fonte: (Gehl, *Life Between Buildings - Using Public Space*, 1936, p. 48)



Figura 4: **Siena**, Piazza di Campo.
Fonte: <http://theurbaneearth.wordpress.com/2008/04/08/as-melhores-pracas-do-mundo-the-worlds-best-squares/>
(consultado em Agosto 2014)

Observadas as variações do espaço público consoante as tradições culturais e religiosas, o período arquitectónico é outro dos factores que influenciam a disposição e a importância relativamente ao espaço público na cidade. O somatório e a sobreposição das acções que ocorrem ao longo dos anos vão de encontro a estes diferentes períodos e tendências, e correspondem às necessidades culturais, sociais e económicas da população.

O período renascentista, que surgiu no século XV e perdurou até ao século XVI, foi inspirado sobretudo pelas formas clássicas das antigas Roma e Grécia e determinou uma mudança significativa na forma do espaço público. Tendo coincidido com o aumento e extensão da população das cidades europeias, o renascentismo levou à expansão das áreas urbanas existentes e à sua remodelação parcial. Morris (1974) distingue cinco campos fundamentais no planeamento urbano do renascimento: sistemas de fortificação; criação de novos espaços públicos e ruas conexas a eles; reestruturação de uma nova rede de ruas principais prolongando zonas comerciais; adição de novos bairros com fins residenciais; e por fim um número limitado de novas cidades. A cidade renascentista era organizada sobretudo em três elementos, a rua rectilínea, os bairros de traçados reticulados e as praças. A rua renascentista valoriza a monumentalidade em detrimento da escala humana. Difere da rua medieval na medida em que perde o carácter intimista potenciador de actividades no espaço público e passa a ter como objectivo principal a comunicação rápida e directa entre dois pontos da cidade.

A cidade de Palmanova, a norte de Veneza, construída em 1593 demonstra a monumentalidade do traçado urbano renascentista tanto pela muralha em forma de estrela como pela grande praça central e eixos que nela convergem. Esta praça difere da Piazza di Campo, observada anteriormente, na escala e características. Enquanto que em Siena observamos que as dimensões de escala humana e o carácter intimista da praça resultam na vivência constante do espaço, o mesmo não acontece na praça principal de Palmanova, onde o número de utilizadores e o nível de actividade são bastante inferiores (Morris, 1974).



Figura 6: **Praça Central, Palmanova, Itália.**

Fonte: <http://www.fpx.it/pam/2013/09/anniversario-viaggio-e-ipad/> (Agosto 2014)



Figura 7: **Palmanova, Itália**

Fonte: (Gehl, *Life Between Buildings - Using Public Space*, 1936, p. 50)

A malha reticulada, um dos mais antigos traçados reguladores da forma urbana, foi utilizada no período renascentista. Começou por ser a base de bairros residenciais agregando áreas urbanas existentes e permitindo a subdivisão mais eficiente do solo.

Caracteriza-se o renascimento como o período onde domina a aparência das cidades e dos seus edifícios; as cidades passam a ser planificadas e deixam “de ser uma mera ferramenta convertendo-se, em maioria, numa obra de arte, concebida, entendida e realizada como um todo” (Gehl, 1936, p. 49). Para Benevolo (1994) o pensamento renascentista elabora cidades com predominância dos traçados regulares, seguindo um modelo uniforme de ruas rectilíneas, série de quarteirões iguais e uma praça no centro da cidade, sobre a qual se debruçam os edifícios mais importantes: igrejas ou paço municipal. Assim, o renascimento impunha uma ordem geométrica sobre a cidade onde o desenho das ruas e das praças passam a ser definidos pelos edifícios. Assim verifica-se que as diferenças entre os períodos medieval e renascentista, têm maior incidência em elementos como as ruas, praças, as fachadas dos edifícios. A rua deixa de ser tortuosa e labiríntica e passa a ser o espaço que une e valoriza elementos urbanos. A praça renascentista passa a ser o lugar público de excelência. As fachadas medievais era características pelo seu forte valor comercial, já no renascimento tornam-se obras que buscam o equilíbrio através da simetria, proporção e ritmo.

Nos séculos XVIII e XIX as mudanças motivadas pela revolução industrial, tais como o aumento da população, a incrementação da produção e sua mecanização, criaram premissas para uma mudança

completa na técnica produtiva e aceleraram o desenvolvimento e a concentração de um novo sistema económico. A arquitectura moderna nasce com as consequências construtivas da revolução industrial. Com a revolução demográfica, as famílias começavam a abandonar os campos e aglomerava-se em redor da cidade, em pequenos bairros operários. As carências higiénicas, causadas pelo elevado número de novas habitações, são um dos primeiros motivos para a necessidade de reordenação das cidades. Benevolo (1994) introduz os motivos de reordenação de algumas cidades com o objectivo de resolver aspectos de salubridade. Com o modernismo os aspectos físico-funcionais das cidades passam a ter grande importância, nomeadamente no que diz respeito à salubridade, já que a luz, o ar e o sol asseguravam as condições de vida dos cidadãos.

“Do ponto de vista estrutural, nas velhas cidades da Europa, a transformação dos meios de produção e transporte, assim como a emergência de novas funções urbanas, contribuem para romper os velhos quadros, frequentemente justapostos, na cidade medieval e na cidade barroca” (Choay, 1965, p. 4). Choay (1965) define esta nova ordem modernista através de algumas características tais como a racionalização das vias de comunicação e a especialização activa dos sectores urbanos, que se materializa em quarteirões de negócios, bairros privilegiados na periferia destinados às classes mais altas e novos estabelecimentos como cafés, hotéis, entre outros. A classe média e operária desloca-se para os subúrbios e a cidade “deixa de ser uma entidade espacial bem delimitada” (Choay, 1965, p. 4).

A autora descreve a cidade do século XIX, fomentada por um movimento novo assumido por dois aspectos: por um lado o modelo progressista, onde a revolução industrial é o acontecimento histórico chave que conduzirá o dever humano e promoverá o bem-estar, oferecendo espaços públicos amplos e verdes para o lazer e garantindo a distribuição igualitária do ar, luz e água por todos; por outro lado o modelo culturalista que tem como ponto de partida o agrupamento humano da cidade, devido ao “desaparecimento da antiga unidade orgânica da cidade, sob a pressão desintegrada da industrialização” (Choay, 1965, p. 11). Ao referir-se ao modelo progressista, a autora afirma que “ao contrário da cidade ocidental tradicional e do centro das grandes cidades industriais, ele não se constitui mais numa solução densa, maciça e mais ou menos orgânica, mas propõe uma localização fragmentada, atomizada: na maior parte dos casos (...) os espaços auto-suficientes são indefinidamente justapostos, sem que a soma chegue a uma entidade de natureza diferente. Um espaço livre preexiste às unidades disseminadas por ele, com uma abundância de verde e vazios que exclui uma atmosfera propriamente urbana” (Choay, 1965, p. 10). Choay (1965) refere ainda uma nova versão do modelo progressista em que a cidade é, em grande parte, invadida pelo verde, o que remete ao conceito de “cidade jardim”. Nesse seguimento, a autora menciona ainda a separação das zonas de trabalho das zonas de habitação, e por sua vez dos lugares de lazer, ou seja, “a rua não é, portanto somente abolida em nome da higiene, na medida em que simboliza na nossa época a desordem” (Choay, 1965, p. 22). Em meados do século XX vive-se uma “cidade instrumento” onde se prevê que as cidades antigas devem ser novamente reestruturadas à luz das novas ideologias. A nova versão do modelo culturalista opunha-se ao modelo progressista e nesse

sentido a autora descreve dois princípios ideológicos desse modelo: a aglomeração urbana prevalece sobre as partes; o conceito cultural de cidade prevalece sobre a noção material. Algumas cidades, nas quais prevaleceu a ideologia funcionalista, viram desaparecer as suas ruas e as praças, por vezes substituídas por grandes extensões verdes (Gehl, 1936). Muitas vezes o objectivo não era substituir as actividades sociais que se realizavam nas praças ou nas ruas, pelo contrário; pensava-se que os extensos espaços verdes seriam um óptimo cenário para a concretização de actividades recreativas e que iriam proporcionar uma intensa vida social. No entanto, são as ruas e praças que desde sempre se constituíram como lugares de encontro e reunião, onde se verifica mais expressiva a vivência e actividade no espaço público.

Observados diferentes períodos e sua influência na forma da cidade, são notáveis os múltiplos processos de transformação e acumulação bem como as diferentes formas de pensar a cidade e habitar o espaço público. A cidade dos dias de hoje é impulsionada por novas formas de expansão e urbanização crescente. Actualmente verifica-se que muitos espaços públicos perdem parte das funções que outrora cumpriram, sobretudo como lugares potenciadores de sociabilidade, onde ocorrem trocas comerciais ou representações culturais. Na leitura da cidade Europeia contemporânea, Graça (2007) reforça a ideia de que os espaços públicos urbanos são cada vez mais substituídos por equipamentos lúdico-comerciais e que isso reflecte-se no enfraquecimento da cultura urbana. Os indivíduos privilegiam o anonimato, valorizando os ambientes protegidos e controlados, opondo-se a interacções e contactos ocasionais oferecidos pelo espaço público tradicional. “A praça ou jardim não são mais os locais de encontro pontual (...). A rua não é mais um local, mas apenas uma ligação” (Graça, 2007, p. 4). O espaço público não só perde a função de elemento ordenador como perde a capacidade funcional e social. O autor caracteriza o espaço público com espaço eminentemente social, um espaço de representação, no qual a sociedade se faz visível. No entanto com os novos padrões sociais e redes tecnológicas os espaços públicos urbanos perdem lugar na vida social dos cidadãos.

O espaço público é considerado um instrumento importante, é entendido como lugar de encontro, como conjunto de lugares significativos. A produção destes espaços tende sempre a ter como objectivo a polivalência e capacidade de relacionar o todo, ordenando relações entre as múltiplas formas de mobilidade e a permanência de pessoas. “Cada uma das partes ou zonas da cidade tem um património de conjuntos de edifícios, de vazios e percursos, de monumentos e de símbolos, que são referências da sua identidade e que devem, em parte, ser conservados e reconvertidos, para contribuir tanto para se guardar a memória como se dar um impulso para a evolução da cidade” (Borja & Muxi, 2000, p. 79).

“But the story of the public place is far from over. The old squares of the historic cities continue to be used, of course” (Kostof, 1992, p. 172).

1.2. Coesão Social: Lugar de convivência, de actividades e de interculturalidade

Francesco Indovina (2002), Remy e Voyé (1981), Joel Garreau (2001), Herman Hertzberger (2006), e Borja (2003) são alguns dos autores que se debruçam sobre o espaço público como espaço social onde se manifestam os grupos sociais, culturais e políticos. Compreendendo-se que no final do século XX há um retorno a este espaço como um instrumento importante de coesão social e material da cidade e como condição fundamental na vida urbana, pode-se caracterizar o espaço público como um elemento estruturante das nossas cidades, espaço de sociabilização, de encontro e de heterogeneidade. Borja (2003) vem fundamentar esta ideia concordando que o espaço público pode ser importante para a coesão social e que espaços segregados e mono-funcionais são críticos e prejudiciais para o crescimento de muitas cidades.

Francesco Indovina (2002) descreve a cidade como um lugar sujeito a transformações – tecnológicas, económicas e na vida quotidiana dos seus utilizadores – mas que conserva o seu papel funcional, social e político-ideológico. Caracteriza o espaço público como espaço de acesso ilimitado onde não são impostas condicionantes e afirma como condições essenciais a sustentabilidade e segurança, obtida através da sociabilização e não do controlo. Considera que o “espaço público é a cidade”: é “condição geral” e essencial à vida urbana; é um “factor importante de identificação”, que se pode tornar símbolo representativo de uma cidade; é o “lugar onde a palavra é expressa”, um lugar de sociabilização (Indovina, 2002, p. 119). Contudo, “o uso do espaço público como ocasião de sociabilização já não corresponde aos modelos de cidade mais recentes” (Indovina, 2002, p. 121). Para o autor as transformações tecnológicas vêm alterar a sociabilidade dos espaços públicos; há uma nova “democracia electrónica” que, de certo modo, faz com que as relações entre vizinhos e pessoas, que continuamente frequentam os mesmos espaços, não se concretizem. Com a queda das funções “tradicionais” do espaço público, hoje em dia a sociabilização é mais marcada na existência de eventos e ocasiões.



Figura 6 e 7: Actividades e eventos na cidade de Copenhaga.
Fonte: (Gehl & Gemzoe, Novos Espaços Urbanos, 2002)

Rémy e Voyé (1981) debruçam-se sobre espaços públicos caracterizando-os como palco das interações sociais, tendo um papel integrador quanto à consolidação de laços entre os indivíduos. O “termo público, inverso de definição de privado, reenvia à noção de acessibilidade totalmente livre para o desenvolvimento de actividades não determinadas (...) o indivíduo tem a liberdade total de circulação e a interacção é livre e não controlada entre indivíduos supostamente autónomos” (Rémy & Voyé, 1981, pp. 91-94). Segundo os autores, estes são espaços de uso estritamente livre, são o palco das actividades sociais e permitem que estas se desenvolvam livremente. Todavia, por vezes, remetem a problemas de insegurança, importando elementos estranhos à tradição dos seus utilizadores e dando origem à sua degradação.

Para Guerra (1998) a insegurança é uma consequência de “cidades fragmentadas” onde o isolamento de classes sociais dá origem à fragmentação social e a bairros guetizados. Nesse sentido, a autora interroga-se sobre quatro grandes tensões: a qualidade de vida na cidade; a cidade como espaço de vida colectiva; a cidade fragmentada e (in)segura; e a cidade (in)gerível. No seu ponto de vista, a aptidão de um grupo gera laços de sociabilidade, como por exemplo a participação dos indivíduos em diferentes tipos de relações, em grupos de trabalho, compromissos sociais, políticos, associativos, desportivos e familiares. No entanto, verifica-se uma perda da sociabilidade implicada nessas relações pela crescente utilização das redes técnicas. Com o desenvolvimento urbano, marcado pela mobilidade, estes grupos correm riscos de “desorganização social” e “pouco a pouco (...) distenderam-se, diferenciaram-se, dissolidarizaram-se” (Portas, Domingues, & Cabral, Políticas Urbanas - Tendências, estratégias e oportunidades, 1998, p. 243). Questiona-se então a necessidade de espaços públicos de outrora – jardins, passeios públicos, espaços pedonais – dado que os modos de vida caminham para graus mais elevados de individualismo.

Tradicionalmente a sociedade rural era marcada pelas relações de proximidade, de homogeneidade e vizinhança e os sociólogos interrogavam-se como se relacionavam indivíduos com interesses distintos, com poderes desiguais e que no entanto viviam juntos e construíam a “sociedade”. No que diz respeito à sociabilidade, a cidade terá de ser pensada de forma a evitar uma fragmentação social crescente, e como um organismo colectivo onde “não há o social por um lado, o território por outro, ou ainda o económico, ou o ambiente, etc. Todas as dimensões do desenvolvimento estão intimamente articuladas e o grande desafio é o entendimento da complexidade sistémica dos problemas e a capacidade de desencadear uma acção integrada, pensando a cidade como um todo” (Portas, Domingues, & Cabral, Políticas Urbanas - Tendências, estratégias e oportunidades, 1998, p. 240). Os autores visam três pontos essenciais para a estruturação de uma cidade de modo a existir um suporte à vida quotidiana que provoque aproximações sociais: a multiculturalidade, de forma a sedimentar identidades locais, e intersectar diferentes esferas, levando ao desenvolvimento participado e integrado do social urbano e a uma heterogeneidade cultural; o passado urbano, onde são identificadas as memórias e os patrimónios urbanos, havendo uma apropriação destas matérias para o presente, de

forma a solidificar não só o património edificado mas também os traçados, no sentido de “reabilitá-los, modernizá-los e valorizá-los no contexto urbano”; o “coser a cidade” com elementos que valorizem as acessibilidades, articulando circuitos pedonais e de bicicletas e ocupar de forma adequada espaços devolutos (Portas, Domingues, & Cabral, Políticas Urbanas - Tendências, estratégias e oportunidades, 1998, p. 245).

Considerando-se que os lugares tradicionais de encontro vêm a perder importância face às potencialidades dos lugares de encontro electrónico, e numa época em que a esfera pública é caracterizada pela comunicação instantânea, as pessoas continuam a valorizar os contactos face a face mais do que as redes digitais sociais. Joel Garreau (2001) prevê que a cidade do futuro deverá ser portadora de condições óptimas para os contactos face a face, caracterizando-os por serem uma antiga mas primária necessidade humana. Verifica-se que os espaços públicos da cidade histórica, sendo espaços que já comprovaram a capacidade e flexibilidade de se adaptarem, repetidas vezes, aos processos de transformação urbana e social, são os espaços urbanos, onde as actividades humanas têm oportunidade de se desenvolver. Estes espaços públicos, por se situarem em áreas de uma intensa concentração de actividades interligadas por ruas e praças, e por serem confortáveis para os peões, constituem-se como áreas urbanas multifuncionais e de grande vitalidade (Balula, 2010).

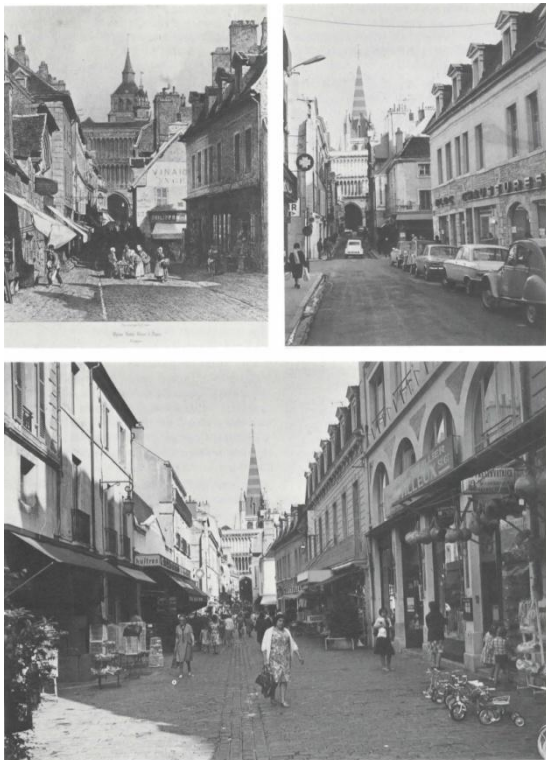


Figura 8: **Rue Musette**. Transformações da rua nos anos 1973, 1977 e 1978.
Fonte:

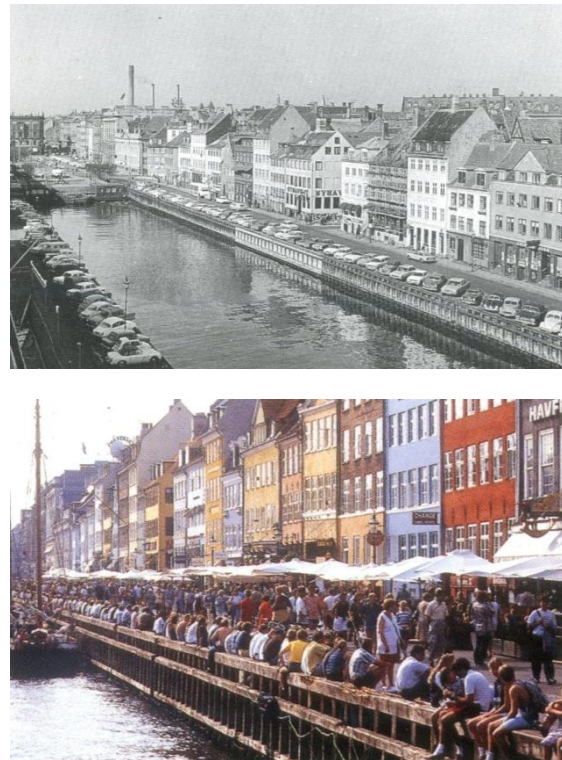


Figura 9: **Nyhavn, Copenhagen**. Espaço público ao longo do canal.
Em cima: em 1980 onde o espaço servia para a circulação automóvel e para o seu estacionamento.
Em baixo: em 1996 repavimentaram a rua, tornando-se um espaço pedonal.

Estando a identidade da cidade relacionada com os elementos morfológicos que constituem o tecido urbano, a rua torna-se uma linha evolutiva da análise do fenómeno urbano. A rua é assim uma marca temporal e social entre lugares, do passado e do presente, de convivência e circulação; permite albergar extensões do espaço privado que expressam a sua identidade e das culturas que a habitam.

Para Herman Hertzberger (2006) a rua é um lugar onde o contacto social entre moradores pode ser estabelecido. Segundo o autor existem vários factores que contribuíram para que a rua tenha perdido parte das suas capacidades sociais integradoras, tais como o aumento do tráfego, a organização sem critérios, tornado as vias indirectas e impessoais, e as construções em altura, que diminuem o contacto com a rua. As consequências por parte do decréscimo demográfico bem como a melhoria das qualidades da habitação, tornam igualmente o espaço da rua menos habitado. As situações em que a rua se torna uma extensão da habitação dependem tanto da qualidade arquitectónica como do clima, sendo esses espaços maioritariamente aqueles em que o tráfego automóvel está distanciado, permitindo a boa comunicação entre vizinhos. As denominadas ruas de convivência são, hoje em dia, principalmente vias sem tráfego automóvel. O conceito de rua de convivência é baseado na ideia em que os moradores têm algo em comum, e no entanto essa afinidade tem vindo a diminuir sobretudo pela necessidade crescente de anonimato por parte dos indivíduos (Hertzberger, 2006).



Figura 10: Herman Hertzberger, *Vida da Rua num Bairro em Amsterdão*. A rua de Convivência, como uma extensão comunitária da casa.

Fonte: (Hertzberger, 2006, p. 48)

Tim Sieber (2008), antes de iniciar a abordagem da rua como espaço de sociabilização, faz referência às diferenças entre a cultura sul europeia e a cultura norte-americana quanto à importância e significado dados à rua. Na cultura norte-americana a rua é entendida como o lugar onde as classes mais baixas vivem parte da sua vida privada e assim, qualquer sociabilidade que “ocorra na rua não é burguesa”, o que resulta num espaço caracterizado pelo baixo nível sócio-económico. Todavia, a análise de Sieber é construída sobretudo em torno da cultura sul europeia, em que são feitas observações às práticas comuns de controlo “popular” das ruas. Sieber (2008, p. 51) destaca a importância urbana de “uma vida de rua rica e intensa na qual os participantes investem parte das suas vidas privadas” e onde está presente uma heterogeneidade das populações que partilham os espaços públicos e ruas². Sendo a

2 A partilha de espaços públicos e ruas por um misto de populações e o controlo “popular” da rua são temas desenvolvidos por James Amelang e Lila Lesntidon. Sieber faz referência a estes dois autores; para saber mais sobre estes temas consultar: James Amelang, 2000, “The myth of the Mediterranean city: preceptions of sociability”, in Alexander Cowan

rua, definida por Sieber, um ponto estratégico de encontro, observação e conversa, e constituindo parte fundamental do cenário urbano, é também, nas mais diversas culturas, um lugar de eleição para a sociabilidade pública. As ruas são por isso consideradas elementos urbanos de grande importância para a legitimação das identidades culturais e sociais. Numa referência à cidade de Lisboa, o autor evidencia as actividades desenvolvidas na rua e como os seus operadores ocupam o espaço. “A rua opera a ligação espacial mais imediata com o domínio público e, de facto, permite albergar temporariamente extensões criativas do espaço privado, doméstico, construindo o palco para a expressão de identidades de grupo, especialmente culturais” (Sieber, 2008, p. 61).

Gehl (2006) descreve a experiência numa das ruas de Veneza e conclui que a oportunidade de sociabilizar depende da capacidade e qualidade dos espaços exteriores. Considera que Veneza é uma das poucas cidades europeias na qual em certas ruas – livres de trânsito automóvel - se ouvem as pessoas. Assim, define três tipos de interações e conversas cujo espaço público pode incentivar: com as pessoas que nos acompanham, com conhecidos que encontramos e, por último, com desconhecidos. Na primeira hipótese os requisitos do espaço público são poucos, uma vez que estamos a ser acompanhados na medida em que caminhamos, sentamos e até estamos simplesmente de pé. Para a segunda hipótese o autor garante que o tempo de permanência num lugar é fundamental, ou seja, quanto maior a permanência, maior é a probabilidade em encontrar amigos, vizinhos, colegas de trabalho, entre outros. A terceira hipótese acontece maioritariamente no desenvolvimento de actividades onde muitos dos observadores têm um interesse comum, participando e comentando.



Figura 11 e 12: **Via Mazzanti**, Verona, Itália.
Fonte: (Hertzberger, 2006, p. 63)

Anteriormente considerámos dois extremos de cidades: a cidade “modernizada”, com edifícios de muitos pisos, grande tráfego automóvel, grandes distâncias entre serviços e habitação, onde os espaços exteriores são grandes e impessoais; e a cidade com edifícios razoavelmente baixos, com capacidade para o tráfego pedonal e zonas para estar na rua, em que há uma relação directa com o espaço habitacional, de trabalho e edifícios públicos. Para Jan Gehl (2002), a segunda é a cidade viva, em que os espaços exteriores e os edifícios se complementam. O autor refere três tipos de actividades realizadas nos espaços públicos: as actividades necessárias, actividades opcionais e actividades sociais. As actividades necessárias são aquelas que fazemos todos os dias – ir ao trabalho, ir para a escola, esperar pelo autocarro – e estão maioritariamente relacionadas com o caminhar, independentemente do tempo exterior. As actividades opcionais acontecem principalmente quando as condições exteriores são melhores, “quando o tempo e o lugar convidam”. Estas podem ser apenas caminhar, conversar ou apanhar um pouco de ar fresco. As actividades sociais são aquelas que dependem da presença de outros no espaço público; podem incluir crianças a brincar, actividades comunitárias de vários tipos e contactos passivos. Desenvolvem-se simultaneamente com outras actividades, porque as pessoas estão no mesmo espaço, conhecem-se, passam umas pelas outras (Gehl, 2006, p. 18). As actividades sociais poderiam também ser denominadas como “resultantes”, pois dependem das outras duas categorias, ou seja, são reforçadas indirectamente quando as actividades necessárias e opcionais proporcionam melhores condições no espaço público. Nas ruas residenciais, perto das escolas e locais de trabalho, onde as pessoas que circulam têm interesses comuns, há uma possibilidade de estes espaços serem o cenário dos cumprimentos entre conhecidos. As pessoas caminham, sentam-se e conversam, os espaços não se limitam à circulação mas também a actividades recreativas ou sociais. Assim, a vida entre os edifícios oferece a possibilidade de estar com outros (Gehl, 2006).



Figura 13: As escadas a igreja de St. Thomas.

Fonte: (Whyte, 1980, p. 45)



Figura 14: Os novos edifícios e praças ao longo das avenidas dispõem de muitas bancas e restaurantes.

Fonte: (Whyte, 1980, p. 52)



Figura 17: Actividades e eventos na cidade de Copenhaga.
Fonte: (Gehl & Gemzoe, Novos Espaços Urbanos, 2002)



Figura 18: Actividades e eventos na cidade de Copenhaga.
Fonte: (Gehl & Gemzoe, Novos Espaços Urbanos, 2002)

Actividades como o simples sentar ou comer no espaço público, como acima mencionado, dependem necessariamente qualidade do ambiente físico e das condições climatéricas. Idealmente, o acto de sentar deve ser psicologicamente confortável, dispondo de bancos ou cadeiras. No entanto, segundo Whyte (1980), é mais importante o lugar ser socialmente confortável, isto é, possibilitar a hipótese de escolha ao indivíduo entre sentar-se na frente, atrás, ao sol, à sombra, em grupo, ou sozinho. A altura da refeição, outra das actividades mais reproduzidas no espaço público, tem grande influência na interacção social, já que frequentemente as pessoas preferem comer acompanhadas, e no caso de comprarem a sua comida, é obrigatória a comunicação e contacto entre comprador e vendedor. Tendo como exemplo a cidade de Nova Iorque, em cada praça ou conjunto de escadas há um vendedor de comida ambulante que provoca a concentração de pessoas em seu redor, a comer, a observar ou a conversar.

A interculturalidade abrange, segundo Rocha-Trindade (1993, p. 870), relações interétnicas, interlinguísticas e interreligiosas. Tendo como princípios a igualdade e o princípio de diferença e de interacção positiva, a interculturalidade defende as sociedades orgânicas, isto é, aquelas “eminenteemente homogêneas, impermeáveis, imutáveis, centradas sobre si mesmas, fiéis depositárias do bem comum, das nações como expoentes emblemáticos do povo soberano”. O termo vem da junção de interacção com cultura, onde esta deve ser positiva entre imigrantes e população autóctone, do reforço das competências comunicacionais e da valorização da diversidade. A interculturalidade implica posicionar-se no âmbito do ponto de vista do “outro”, ser tolerante e capaz de aprender com a diferença. Rocha-Trindade (1993) concentra-se na aproximação intercultural que tem sido objecto de particular reflexão e aplicação na Europa ocidental, tendo em conta alguns princípios tais como a abolição de fronteiras, a criação de um espaço comum com liberdade de circulação dos povos e um novo espaço político, social e cultural. Portugal desde sempre possuiu uma tradição de contactos entre povos de várias etnias. A existência de comunidades africanas e asiáticas na sociedade portuguesa é determinada, em parte, pelo regresso maciço de naturais dos países de língua oficial portuguesa. O termo interculturalidade surge no

âmbito da “promoção sistemática e gradual, desde o Estado e desde a sociedade civil, de espaços e processos de interacção positiva que vão abrindo e gerando relações de confiança, reconhecimento mútuo, comunicação efectiva, dialogo e debate, aprendizagem e intercambio, regulação pacífica de conflitos, cooperação e convivência” (Giménez Romero, 1997, citado por Giménez Romero, 2003, p.14). Assim a interculturalidade prevê a existência de várias culturas, que juntas formam uma cultura comum, gerando coesão.

O espaço público como palco da vida urbana, onde os actores sociais interagem e constroem representações face aos outros, deve suportar a coexistência de várias representações culturais, ambiguidades, contradições e heterogeneidades sociais. As relações sociais entre desconhecidos, não têm necessariamente que significar solidariedade e proximidade nas relações que se estabelecem. Apesar da visibilidade e acessibilidade a todos os seus utilizadores, os espaços públicos tendem a acolher as mais diversas interacções, que podem ser imprevisíveis e impessoais (Castro, Duarte, Afonso, Sousa, Antunes, & Salgueiro, 2001). A interculturalidade tem o objectivo de fomentar uma interacção positiva entre os habitantes de uma comunidade de um certo território. Giménez (2012) avalia a interculturalidade tendo em conta os seguintes aspectos: analisar as relações existentes, observando se há especificamente algum grupo mais evitado ou excluído; perceber onde se dão as relações entre os grupos sociais e onde estas não existem, nomeadamente em bairros ou ruas, no comércio de proximidade, nos serviços públicos, entre outros; entender que iniciativas existem nas zonas que estimulem o encontro interpessoal e social; ter em conta os isolamentos, os espaços com pouca concentração de pessoas, guetos ou processos de guetização.

Como caso de referência e no âmbito do projecto desenvolvido, o programa “AiMouraria” propõe um Corredor Intercultural no centro de Lisboa. Na requalificação do espaço público o programa procura a inclusão social dos diferentes grupos sociais e do reforço positivo do carácter multicultural da Mouraria. As ruas dos Cavaleiros e Rua do Benfornoso são o exemplo da diversidade cultural que existe na Mouraria, por um lado a Rua dos Cavaleiros onde o comércio é maioritariamente de origem nacional e por outro a Rua do Benfornoso onde se encontram lojas de diversas nacionalidades, foram identificadas como “Corredor Intercultural”. O eixo dispõe, ao longo do seu comprimento, pequenas unidades comerciais ligadas à gastronomia e hábitos culturais das comunidades de matriz cultural e religiosa não ocidental. Estes espaços tornaram-se áreas de interacção entre populações residentes, vizinhas e dos cidadãos em geral (PA



Figura 19: Registo fotográfico do projecto “identibuzz” na Mouraria, gravado com telemóveis por moradores do bairro. À direita: imagem de uma residente de nacionalidade portuguesa. À esquerda: imagem de uma loja em que o logista tem nacionalidade indiana. Fonte: (Identibuzz, 2012)

QREN Mouraria, 2010). O identibuzz, é outro projecto que consiste em documentar as intersecções entre a multiculturalidade e a interculturalidade que se vive no bairro da Mouraria. Consiste num documento audiovisual em que são mostradas as influências que experimentam os que vêm de fora e que tipos de influências experimentam os portugueses com a vinda dos estrangeiros. “Todo o processo de filmagens foi em si mesmo uma possibilidade de relações interculturais, onde moradores do mesmo bairro de diferentes nacionalidades se conheceram e desenvolveram um trabalho em comum” (Identibuzz, 2012).



Figura 20: **Registo fotográfico do projecto “identibuzz” na Mouraria**, gravado com telemóveis por moradores do bairro. À direita: imagem de uma residente de nacionalidade portuguesa. À esquerda: imagem de uma loja em que o logista tem nacionalidade indiana. Fonte: (Identibuzz, 2012)

2. A Rua: da segregação espaço-funcional às propostas de espaço partilhado

No presente capítulo a rua apresenta-se com lugar de expressão da vida comunitária onde é necessário que nela se estabeleçam algumas condições. A necessidade de ser habitada por um número suficiente de pessoas e estar adequada ao tipo de tráfego, de modo a dispor de elementos que permitam permanências e estadias mais prolongadas. Deste modo aborda-se relações de reciprocidade entre as vivências exteriores e as que se desenrolam no interior dos edifícios. A desocupação do nível térreo e as extensões de fachadas cegas que tornam a rua um espaço monótono e pouco estimulante. Por fim, a rua como um plano que as pessoas percorrem, onde acontecem sucessivas surpresas, relevações, regularidades e repetições.

2.1. Um espaço de vitalidade e visibilidade

Como foi visto anteriormente, existem vários tipos de abordagem ao espaço da rua. Segundo uma visão progressista, tendo conta o crescimento racional das cidades, uma prioridade do movimento moderno, o traçado era definido pela separação das funções urbanas, habitação, trabalho, cultura e lazer. Caracterizando-se este período pela atomização, fragmentação e baixa densidade, as ruas são vistas como “inimigas”, insalubres, sem condições de vivência e de circulação.

Le Corbusier (1923) faz uma crítica às ruas da cidade contemporânea, classificando-a como “estreitas e repletas de barulho, de cheiro a gasolina e de poeiras, onde cada andar abre de par em par as suas janelas”, alertando para a insegurança, pela sua densidade (Choay, 1965, p. 189).

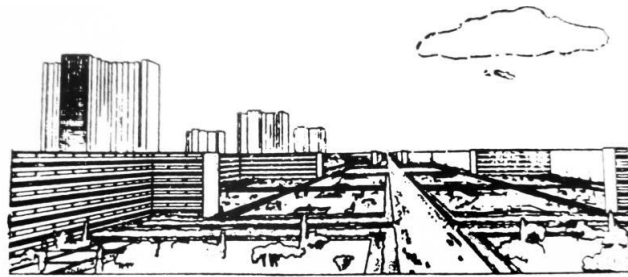


Figura 21: **A Cidade Radiosa, Le Corbusier.** Fonte: (Goitia, 1982, p. 118)

Segundo Le Corbusier (1923) o número de ruas deveria ser reduzido, considerando o cruzamento como “inimigo da circulação”. Abandonando o conceito de rua corredor, o arquitecto prevê uma distribuição de espaços numa escala mais ampla. Assim, a rua moderna é caracterizada como uma espécie de fábrica alargada e ventilada, de três tipos: no subsolo localizavam-se os transportes pesados; no nível térreo os imóveis, um sistema múltiplo de “ruas normais”, levando à circulação subtil; por último as vias norte-sul e este-oeste serviam para a circulação rápida em sentido único. Segundo outras visões tais como a culturalista, “a rua é um órgão fundamental, as formas directoras não são mais as dos edifícios mas as dos locais de passagem e de encontro, quer dizer, das ruas e das praças; e o próprio verde, praticamente eliminado do centro urbano” (Choay, 1965, p. 28). Neste modelo a rua é vista como elemento estruturante

e articulador quer morfológico quer social da cidade. Um espaço dinâmico onde os indivíduos podem construir parte da sua vida, estabelecendo relações segundo um sentimento de segurança.

Para Jane Jacobs (1961), a rua é uma das estruturas que alimenta a vivência urbana que, para atrair os utilizadores, tem de constituir em si um factor de segurança. Nesse sentido, a autora define três condições principais para a qualidade da rua: que devem existir separações entre o que é o espaço público e privado; que deve ser controlada pelos "proprietários naturais" tais como os residentes, os comerciantes ou os frequentadores habituais; que o fluxo de utilizadores seja significativo já que quanto maior é a circulação na rua, mais seguro se torna o percurso. "Numa rua a confiança estabelece-se através de uma série de minúsculos contactos, a maior parte deles são manifestamente triviais, mas a soma deles não o é" (Jacobs, 1961, p. 224).

Gehl (2006) analisa a relação entre níveis de actividades e o grau de segurança de uma determinada rua consoante a quantidade de utilizadores da mesma, pois se coexistirem várias pessoas no mesmo espaço há uma considerável protecção mútua. Se observarmos vários espaços públicos, as actividades humanas são o que normalmente suscitam maior interesse. As oportunidades de ver, ouvir e encontrar são algumas das atracções principais nos centros das cidades e nos espaços públicos. A própria disposição dos lugares bem como a sua visibilidade pode inibir ou fomentar tanto a segurança de certos espaços. O autor ilustra como cinco características da disposição do espaço podem incitar ou inibir o contacto. Tanto os muros, como grandes distâncias, vários níveis e orientações diferentes são perturbadores tanto para a comunicação como para a visibilidade. Refutando estes espaços, o autor sugere que espaços sem muros, com velocidades reduzidas, num só nível e uma orientação frente a frente, tem influência na segurança e podem promover o contacto e comunicação entre os utilizadores dos espaços públicos.

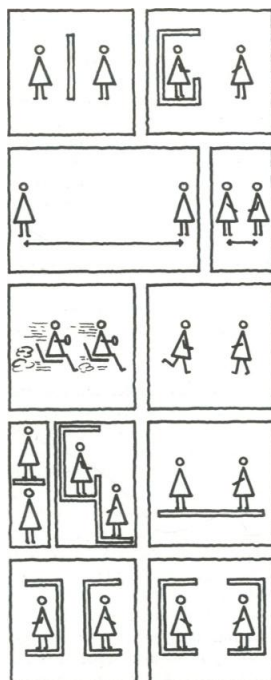


Figura 22 : "Los sentidos e la comunicación"

Inibir o contacto (visual e auditivo)	Fomentar o contacto (visual e auditivo)
Com muros	Sem muros
Grandes distâncias	Distâncias curtas
Velocidades altas	Velocidades Baixas
Vários níveis	Um só nível
Orientação de costas	Orientação de frente

(Gehl, La Humanización del Espacio Urbano, 2006, p. 72)

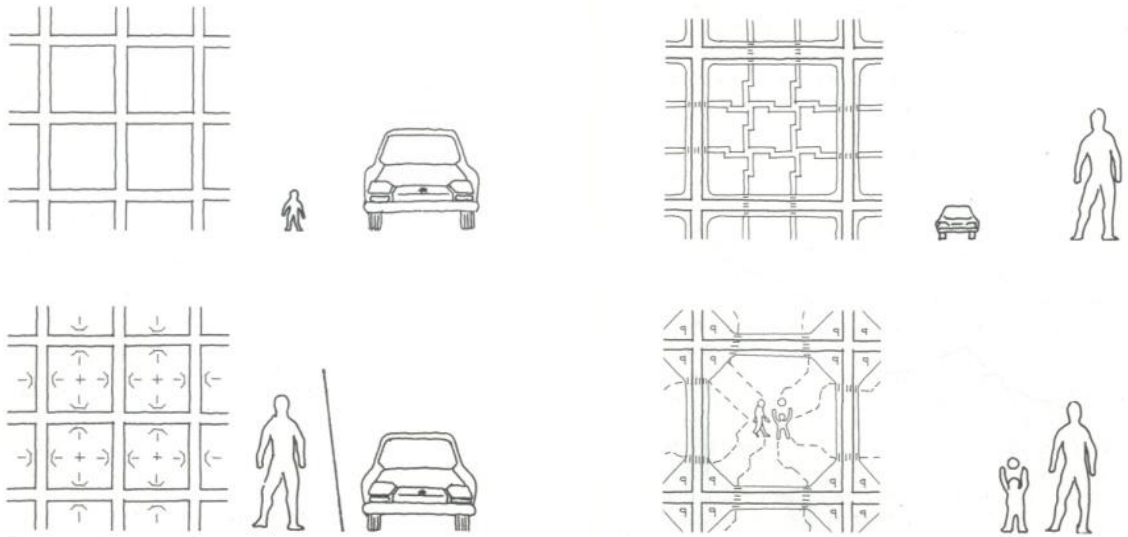


Figura 23: Segregação espaço-funcional. A primeira imagem ilustra a cidade de **Los Angeles**, seguindo **Radburn** (canto inferior esquerdo), **Delf** (canto superior direito) e **Veneza** (canto interior direito).

Fonte: (Gehl, La Humanización del Espacio Urbano, 2006, p. 122)

Gehl (2006) caracteriza na Figura quatro cidades, com propósito de analisar a circulação automóvel e sua integração com a presença do peão. Em Los Angeles certas ruas têm baixo nível de segurança, já que são apenas utilizadas para a circulação automóvel. Em Radburn, o sistema de separação de circulação é feito por sinais, passeios paralelos e percursos subterrâneos de elevado custo. Apesar deste sistema, em teoria, melhorar a segurança da circulação, não funciona porque os peões têm de percorrer distâncias maiores. Em Delft, a circulação segue directrizes de tráfego lento, um sistema simples, directo e seguro, onde se conserva a rua como espaço público de maior importância. Por último Veneza, a cidade pedonal, onde o nível de segurança é elevado.

Muitas vezes, o que torna a vivência e prática do espaço público menos viável é o cálculo errado das suas proporções. "Se a área da rua é ampla demais, pouca coisa acontece em poucos lugares, e apesar de todas as boas intenções em sentido contrário, o resultado são vastos espaços transformados em *desertos* simplesmente por ficarem vazios demais" (Mumford, 2008, p. 63). Como observámos em exemplos anteriores, para que uma praça ou rua tenha o número esperado de utilizadores, as dimensões têm de ser bem calculadas. O espaço público depende da sua proporção, já que a comodidade e qualidade incitam ao desenrolar de actividades humanas que por sua vez, melhoram a segurança.

Segundo Nunes e Baptista (2008), a vitalidade e a abundância de vida na rua são os requisitos fundamentais para que haja uma presença contínua de utilizadores numa determinada rua, que por sua vez gera segurança. Os autores consideram também importante a ocupação dos pisos térreos com estabelecimentos comerciais, alternados com serviços públicos bem como serviços que cubram os períodos nocturnos. O espaço da rua pode constituir um dos principais suportes de organização e diversificação de actividades. O desenvolvimento de relações sociais entre os utilizadores manifesta-se

nos lugares de comer, sentar, de espera, de exposição e em muitas das ruas devido à multiculturalidade da população; essas relações dão-se independentemente do suporte cultural ou das capacidades económicas, desenvolvem-se a partir de interesses e acções comuns, de partilha do mesmo espaço, de trocas comerciais e criam segurança.

Para Borja e Muxi (2000) a visibilidade é uma das condições para que as cidades metropolitanas sejam reais e heterogéneas. A iluminação é um dos requisitos fundamentais para que as zonas sejam visíveis e atractivas para todos os cidadãos. Os autores consideram que o urbanismo difuso, que cria áreas protegidas, especializadas e desconectadas, aparentemente garante a segurança. No entanto, os processos de metropolização difusa fragmentam as cidades, criando zonas “in” e zonas “out”, degradando as áreas centrais, acentuando a zonificação funcional e a segregação social. “A cidade dissolve-se, perdendo a sua capacidade integradora. (...) A sociedade urbanas da era da globalização caracteriza-se por uma desigualdade sem mobilidade, por uma vida social em que prevalece a instabilidade e a insegurança.” (Borja & Muxi, 2000, p. 59). Desta forma, os autores enfatizam a importância dos espaços públicos para uma sociedade segura e integradora e consideram alguns requisitos que garantem a segurança nesses espaços: a intensidade do uso pelo entorno comercial e residencial, pela presença de equipamentos ou relação com pontos intermodais de transporte; a ordenação de espaços de transição entre as áreas comerciais e as residenciais formais e entre os equipamentos culturais, sociais e as zonas “conflituosas”; a participação da comunidade, vizinhos e usuários na gestão dos espaços e equipamentos bem como na realização de actividades; a oferta específica dirigida a grupos de “risco”, no âmbito educativo e cultural, na disponibilização de espaços para iniciativas próprias ou escolas-oficinas. “O urbanismo não pode renunciar a contribuir para o direito à segurança na cidade, isto é, no espaço público, o direito a espaços públicos protectores. Para todos. Sem exclusões.” (Borja & Muxi, 2000, p. 61).

2.2. A Rua Pedonal e a Rua Partilhada

São numerosas as cidades que, nas suas áreas centrais, visam a coexistência de vários tipos de tráfego, de veículos, de peões e de bicicletas. No entanto, o conflito entre veículos e peões sempre foi uma constante na formação das cidades. Apesar de em alguns centros históricos proceder-se à transformação de algumas ruas de tráfego automóvel para tráfego pedonal, como foi observado em figuras anteriores, as outras mantiveram-se com a coexistência de veículos automóveis e pessoas, estabelecendo limites para uns e para outros. Esta situação de coexistência mas onde são limitados os usos da rua tanto para peões como para automóveis levou ao desenvolvimento de variadas soluções.

Hans Moderman, engenheiro de tráfego de origem holandesa, em 1982 criou o conceito de espaço partilhado em Friesland, Holanda, pretendendo aplicar um plano de medidas para a redução de tráfego e por consequência o número de acidentes. Para isso, Moderman retirou os sinais e o mobiliário urbano das vias, criando assim um espaço único, onde todos os condutores tinham que negociar os direitos de passagem entre si. O êxito dos seus primeiros esquemas marcaram o início das técnicas chamadas de “Shared Space” que agora são conhecidas e contam com um programa europeu para o seu desenvolvimento (Schettino & Echávarri, 2008).



Figura 24: New Road Brighton. Rua partilhada.
Fonte: (Hamilton-Baillie, 2010)



Figura 25: Rua partilhada em Tóquio.
Fonte: (Hamilton-Baillie, 2010)

O projecto “Shared Space”, espaço partilhado em tradução literal, tem a sua continuidade no programa europeu Interreg IIIB em 2004, e promove sete projectos na Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Inglaterra e em duas províncias da Holanda. Tem como objectivo a supressão completa de toda a sinalização, anunciando a redução de acidentes, podendo ser aplicado a algumas das ruas do centro da cidade. Assim o programa prevê a implementação das seguintes medidas: “um desenho cuidadoso que qualifica os espaços, o contexto, e faz visível a sua função social e urbana, utilizando pavimentos, mobiliário, elementos verdes, especialmente seleccionados para conferir ao lugar uma imagem de espaço social relevante e multiusos; a supressão da sinalização convencional, as marcas viárias do pavimento, os sinais verticais, os semáforos, entre outros; a eliminação de passeios e valas e a vontade de situar todos os utilizadores numa única plataforma contínua; a ausência de prioridades específicas” (Schettino & Echávarri, 2008, p. 7).

Foram desenvolvidos vários modelos de “shared space”, dos quais Schettino e Echávarri (2008) destacam o “Woonerf”, por Nick de Boer, as técnicas de tráfego moderado, os projectos de “Entrée de Ville” e as ruas de coexistência. O

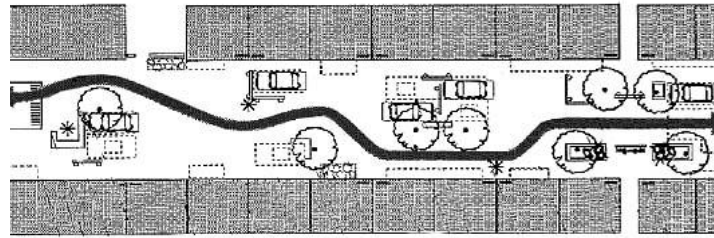


Figura 26: Esquema de um projecto “Woonerf”.

Fonte: (Schettino & Echávarri, 2008, p. 10)

“Woonerf”, ruas para viver, nasce na Holanda com o “objectivo de conseguir uma rua de convivência onde o tráfego motorizado poderia coexistir com os peões e ciclistas, com prioridade para estes últimos, que implicaria reduzir a velocidade dos veículos” (Schettino & Echávarri, 2008, p. 8). Este modelo implica a remodelação completa da rua convencional, mostrando a possibilidade de recuperar as ruas para a vida social, de recreio e lazer. Outro dos modelos referidos é o “traffic calming”, moderação do tráfego, que não propõe a remodelação completa do espaço público mas centra-se na promoção da redução da velocidade, para assim conseguir uma circulação pedonal confortável e segura. Por fim as ruas de coexistência, onde se suprimem as separações tradicionais dos espaços de circulação viária da circulação pedonal (Schettino & Echávarri, 2008).

O projecto “City Lounge” em Sankt Gallen, em Zurique no ano de 2005, é um exemplo de rua que não possuía identidade e surge a oportunidade de explorar o conceito de rua partilhada. O projecto foi então o resultado de um concurso de ideias para a requalificação daquela zona da cidade. O arquitecto Carlos Martinez e o artista Pipilotti Rist basearam-se na ideia de sala de estar, dividindo o espaço da rua em vários compartimentos e diversas temáticas. Para a criação desta rua/sala de estar é utilizado um tapete vermelho de “Tartan”, que serve para cobrir toda a área de projecto. A disposição de vários elementos fazem com que o condutor tenha uma condução mais controlada e os peões facilidade tanto na circulação como ganham um novo espaço de recreio e lazer (Annette Galinsk, 2011).



Figura 27, 28 e 29: “City Lounge”, Sankt Gallen em Zurique.
Fonte: (Annette Galinsk, 2011)

Durante o ano de 1980, a cidade de Asheville em NC procedeu à reabilitação do antigo núcleo do centro histórico e em 1988 a Wall Street, foi transformada numa rua partilhada. Este espaço estreito e compartilhado une vários comércios, serviços e habitações. Em 1993, a pedido dos comerciantes locais foi assinalado lugares de estacionamento no seu lado sul, no entanto a rua mantém a sensação única de espaço partilhado com há um século atrás, pois o estacionamento contribuiu para diminuir o tráfego automóvel num dos lados. Outro exemplo de rua partilhada é o projecto para Seattle, WA. O projecto do arquitecto Gustafson Guthrie Nichol LTD, construído em 2010, tem a função de rua partilhada onde coabitam peões, bicicletas e veículos automóveis. Possui ainda de espaços para estacionamento de emergência ou curta duração, assinalados com vegetação (Schettino & Echávarri, 2008).

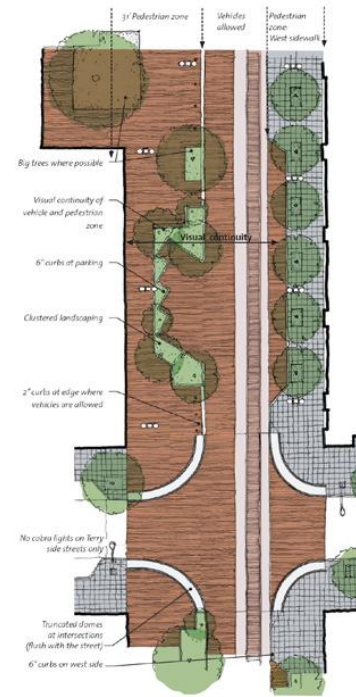


Figura 30: **Seattle, WA.** Arquitecto Gustafson Guthrie Nichol LTD.
Fonte: (Schettino & Echávarri, 2008)



Figura 31 e 15: **Wall Street, Asheville, NC.**
Fonte: (Schettino & Echávarri, 2008)

A rua pedonal diferencia-se em alguns sentidos da rua partilhada. No caso da rua pedonal dirige-se exclusivamente a peões, com objectivos de melhorar a segurança e a vida social. Contudo a aplicação do conceito de rua pedonal é maioritariamente verificada em ruas comerciais ou em centros históricos, onde a intensidade pedonal é elevada, no sentido de garantir a segurança e o conforto dos peões, sendo por isso incompatível com a presença de veículos motorizados. O trânsito conjunto é à partida impossível

em certas ruas por serem demasiado estreitas, no entanto, naquelas cuja largura é suficiente, são permitidos os acessos para mercadorias, residentes e em casos de emergência. No entanto ambas as alternativas apresentam como objectivo a melhoria da vida social e da segurança no espaço público. (Schettino & Echávarri, 2008).

A oportunidade de ver, ouvir e encontrar outras pessoas é uma das atracções mais importantes dos centros das cidades, e isso torna-se expressivo nas ruas onde o peão tem liberdade de circulação. Um grupo de estudo da Escola de Arquitectura da Real academia dinamarquesa de Belas Artes levou a cabo uma análise baseada na observação das zonas de paragem das pessoas na principal rua do centro de Copenhaga, Stroget. Verificou-se um maior número de paragens em locais que permitiam a relação directa com outras pessoas como quiosques, exposições de fotografias, lojas de roupa e jogos. Observou-se que as actividades desenvolvidas no próprio espaço da rua eram as que provocavam maior interesse e concentração de pessoas tais como crianças a jogar ou performances de artistas de rua, entre outros. (Gehl, 2006). Muitos casos onde se verificou melhorias qualificativas nas actividades quotidianas e sociais, tiveram origem na transformação de uma rua de tráfego automóvel para uma rua pedonal, que se traduz no aumento de peões, na prolongação do tempo de permanência e no aumento do número de actividade desenvolvidas no exterior.

O centro de Copenhaga é um dos exemplos onde, entre 1968 e 1986, se triplicou o número de ruas pedonais e isso reflectiu-se no aumento do número de pessoas que circulam a pé e estão sentadas nas mesmas, ou seja, melhorou de forma significativa a vivência dos espaços públicos da cidade (Gehl, 2006). Stroget, ilustrada na Figura , a antiga rua principal de Copenhaga, foi reconvertida a rua pedonal em Novembro de 1962 e adquiriu rapidamente popularidade sendo hoje a principal rua comercial da cidade. Fiolstraede (Figura) foi transformada em rua pedonal em 1968, sendo a segunda rua principal da cidade. Depois do sucesso de Stroget, que fazia a ligação este-oeste, Fiolstraede proporciona uma



Figura 33: **Fiolstraede**, Copenhaga, antes e depois.

Fonte: (Gehl & Gemzoe, Novos Espaços Urbanos, 2002)



Figura 34: **Straedet**, Copenhaga, 1989

Fonte: (Gehl & Gemzoe, Novos Espaços Urbanos, 2002)

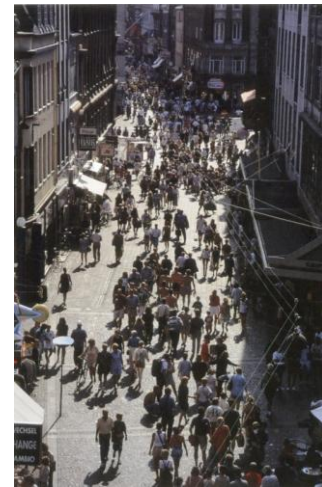


Figura 35: **Stroget**, Copenhaga, antes e depois (1962) da pedonalização da rua.

Fonte: (Mumford, 2008)

conexão norte-sul da cidade e intersecta o centro da Universidade de Copenhaga. Straedet, ilustrada na Figura Figura , marcou a introdução de um novo tipo de rua no centro da cidade. Anteriormente a rua era usada para transportar tráfego bastante pesado, incluindo as redes de transporte. Em 1989, foi experimentalmente reclassificada como rua pedonal, onde os peões e as bicicletas tinham prioridade, mas os carros podiam circular com uma velocidade baixa. Em 1992 a rua foi repavimentada e foram eliminados os passeios e outro tipo de divisórias, sendo que passou a ser partilhada por peões, bicicletas e carros. Esta operação deu origem a alguns problemas de tráfego mas ainda assim foi aceite pela maioria da população.

Com estes dois exemplos, a rua partilhada e a pedonal, são observados objectivos comuns aplicados a diferentes utilizadores. No entanto é notável que a rua partilhada apresenta melhores soluções para as necessidades dos nossos dias pois permite a coabitação de automóveis e peões, tornando-se um espaço multifuncional com capacidades de transformação perante as necessidades. Os diversos modelos de rua partilhada vão desde âmbitos residenciais, a espaços comerciais, vias urbanas e troços mais antigos das cidades, visando critérios como a integração de mobiliário urbano que sirva não só para repouso dos peões mas de obstáculo a veículos automóveis com o sentido de reduzir a sua velocidade. A rua pedonal bem como a partilhada alimentam a vivência urbana e ambas promovem as relações sociais. A confiança estabelecida nestes tipos de rua cria nos habitantes a sensação de segurança e de personalidade colectiva, transformando-se em espaços de estar, lugares de passeio e passagem lenta, mas sempre com o objectivo de integrar o tecido urbano na cidade.



Figura 16: **Düsseldorf, Alemanha.** Rua partilhada entre transportes públicos e peões.
http://www.passeiolivre.org/2014_06_01_archive.html (09/2014)



Figura 17: **Nova Zelândia, Auckland.** Rua partilhada entre peões, automóveis e bicicletas.
<http://www.nbr.co.nz/article/auckland-new-copenhagen-102761> (09/2014)



Figura 18: **Strasbourg's, França.** Rua partilhada entre transportes públicos e peões.
<http://www.planetizen.com/node/47317> (09/2014)

3. A Rua e o Edifício: Espaço umbral

A rua é abordada nos seguintes pontos com espaço de memórias colectivas, onde se acumulam e sedimentam vivências entre a comunidade e o espaço da rua. A rua como palco urbano que recebe múltiplas funções e elementos, pois o seu carácter mutável é uma constante na cidade, procurando dar resposta e adaptarem-se às novas situações, quer seja de forma imediata quer seja ao longo do tempo. Conceitos de flexibilidade e multifuncionalidade que permitem que a rua contribua de modo a tornar mais coesa e equilibrada a transição entre os vários espaços. Onde os espaços entre a rua e o edifício não sejam encarados como espaços de limite e convidem a permanência e a vida urbana.

3.1. Pisos Térreos e Multifuncionalidade

Para Herman Hertzberger (2006) as unidades de habitação funcionam melhor quando as ruas em que estão localizadas funcionam bem como espaços de convivência, o que por sua vez depende particularmente de verificar o quando são receptivas, isto é, em que medida a atmosfera dentro das casas pode se integrar na atmosfera comunitária da rua lá de fora. Sendo a casa de domínio privado e a rua de domínio público, dar atenção a ambas significa tratar da rua não só como espaço de circulação, mas sim como um elemento fundamental e complementar. No entanto, não menos importante é a qualidade do edifício. Assim a “qualidade de uma depende da qualidade da outra: casas e ruas são complementares” (Hertzberger, 2006, p. 63).

Como foi aferido em pontos anteriores, o espaço da rua, tem vindo a perder parte das suas capacidades para a realização de actividades. Este acontecimento deve-se, muitas das vezes, a uma descaracterização dos pisos térreos. Se estes espaços se encontrarem devolutos ou sem actividade comercial, habitacional e/ou de trabalho a rua perde parte das suas capacidades para actividades como a sensação de segurança. Contudo, são nestes espaços que surgem as principais oportunidades de reabilitação, que por sua vez pode ser encarada como estratégia para a reabilitação de uma determinada rua, estendendo as actividades que se realizam nos interiores dos edifícios para o exterior. Quando este nível térreo é esquecido as relações sociais tentam a desaparecer bem como a rua deixa de ser um espaço público de convivência. Assim, as relações públicas e privadas na rua evitam a dissipação da vida social. “Sempre que se produzem separações tangentes entre as funções residenciais e não residenciais de uma cidade, estas últimas convertem-se rapidamente em bairros degradados. (...) Só onde as habitações estão intercaladas com outros tipos de funções (...) a qualidade dos lugares, bem como as suas actividades tornam o espaço mais activo, activando simultaneamente as oficinas e serviços” (Christopher, Ishikawa, & Silverstein, 1977, pp. 239-241).

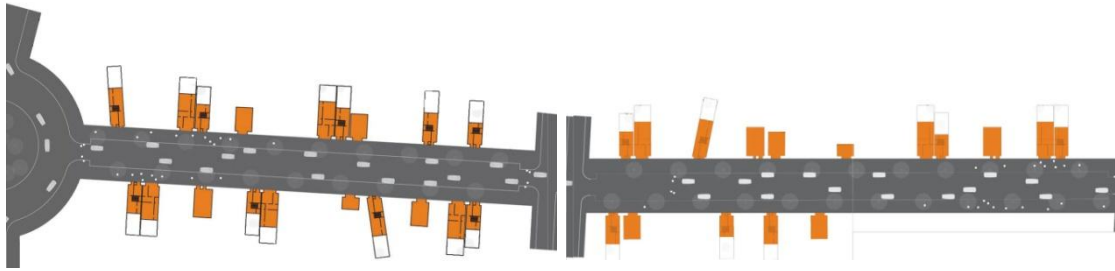


Figura 39: **Projecto Rehabitar las plantas bajas**. Diversos exemplos de habitações camufladas nos pisos térreos de Barcelona.
Fonte: (Habitat, 2010)

O **projecto Rehabitar las plantas bajas** do gabinete Rehab4, em Barcelona, tem como objectivo incentivar o uso dos níveis térreo, reconsiderando os existentes e reabilitando os desocupados, contendo espaços de habitação e de oficinas.

Na Figura são identificadas as habitações existentes nos pisos térreos, no exemplo da cidade de Madrid, a habitação no piso térreo é associada a jovens ou a pessoas com mobilidade condicionada. Estes espaços apesar de apresentarem, em alguns casos, níveis precários para residência, são uma oportunidade de revitalização da rua. As habitações nos pisos térreos têm também o objectivo de unir o espaço de dormir com o trabalhar, materializando-se muitas das vezes em *loft's* de artistas e criadores. Estas relações de trabalho e casa, ilustradas na Figura, são também elaboradas pelo projecto, aqui o principal objectivo resolver o problemático contacto directo da habitação para a rua.



Figura 40: **Projecto Rehabitar las plantas bajas**. Corte em perspectiva que ilustra a multifuncionalidade destes espaços bem como a relação entre a rua, espaço de trabalho, habitação e pátio.
Fonte: (Habitat, 2010)

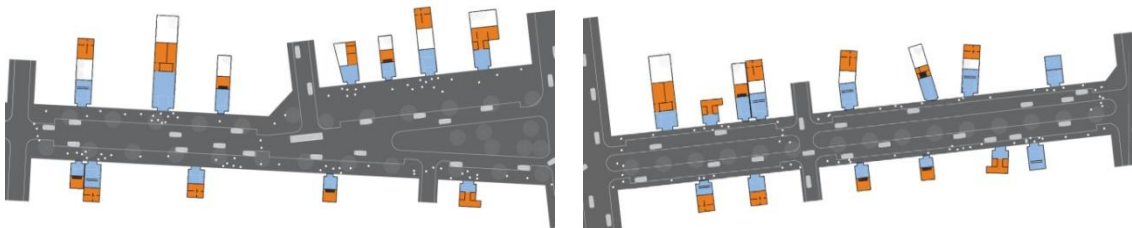


Figura 41: **Projecto Rehabitar las plantas bajas**. Proposta de situações para pisos térreos de habitação e trabalho.
Fonte: (Habitat, 2010)

O projecto entende que a mistura entre o trabalho e a casa contribui para inúmeras facilidades como a deslocação, a flexibilidade de horários e para uma maior entrega ao espaço de trabalho, sendo que estes padrões se integram nos novos modelos de vida. A proximidade do espaço de trabalho com a rua permite também uma contemplação e relação entre os dois. A nível social estas inter-relações potencializam a integração da actividade com o público, nascendo possibilidades de comunicação.

A multifuncionalidade deste lugar permite então uma variedade de grupos sociais, que não se isolam e encurtam as distâncias entre funções de vários níveis. Sendo assim esta multifuncionalidade espacial pode não só verificada num espaço de trabalho e casa mas ser também verificada ao longo de uma rua ou até em grandes bairros. No entanto é com facilidade que ao longo das cidades encontramos grandes zonas residenciais, com grupos de vivendas uniformes; zonas industriais monótonas; bairros construídos em torno de uma única função ou um único grupo de pessoas, como as cidades universitárias, centros de investigação e as aldeias para aposentados entre outros. Estes espaços são o contrário de multifuncionalidade pois destinam-se a um grupo social isolado onde são encontradas funções similares no mesmo espaço com o objectivo de encurtar distâncias. No entanto reduzem os contactos com o resto da sociedade, tornando-se espaços monótonos e pouco flexíveis (Gehl, 2006, p. 114).

Portas (1968, p. 88) sustenta a favor da diversidade de oferta de usos num sistema e de um "projecto arquitectural de uma verdadeira espinha dorsal que assegure (...) igual disponibilidade de espaços para usos colectivos tendendo no limite para a liberdade de escolha do cidadão do conforto do ambiente local que lhe é familiar ou do estímulo de um ambiente diferente situado noutra ponta da mesma espinha". Os limites flexíveis, ou zonas multifuncionais, podem funcionar como elementos de conexão que tornam mais fácil, tanto física como psicologicamente, a vivência dos espaços pelos utilizadores. Nesta perspectiva considera-se o piso térreo dos edifícios, o de transição, como o espaço passível de ser modificado, onde a flexibilidade dos seus limites pode suportar apropriações e usos diferentes consoante a vontade dos utilizadores.

A **Universidade de Copenhaga** está situada no centro da cidade antiga. O edifício principal está posicionado no centro e em seu redor estão dispostas escolas, departamentos e colégios, que foram ocupando o espaço da cidade à medida que a expansão das instalações se tornava necessária. Devido ao posicionamento dos vários blocos da universidade ao longo da rua, ela torna-se o "corredor" que une esta grande estrutura, tanto externa como interna. Para os utilizadores deste espaço, são inúmeras as vantagens que se estabelecem e a diversidade de contactos e actividades.

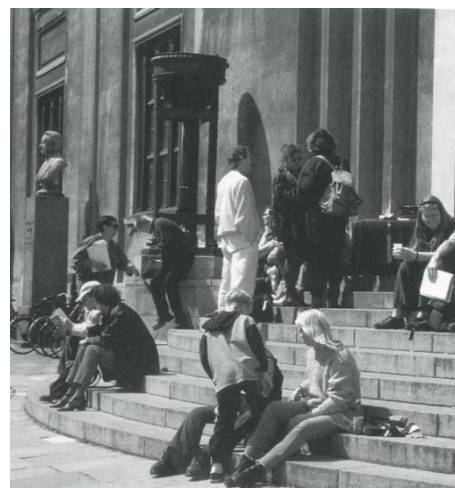


Figura 42: **Edifício principal da universidade de Copenhaga**: apropriação do espaço por parte de estudantes e outros utilizadores.

Fonte: (Gehl, La Humanización del Espacio Urbano, 2006, p. 118)

As aulas podem ser dadas em torno das ruas que por sua vez servem como pátios de recreio e lazer. “O café de uma praça pode também ser utilizado como cafeteria da escola, e a cidade integrar parte do processo educativo” (Gehl, 2006, p. 119). Estas diversidades de funções urbanas juntas podem formar a base de uma cidade activa, integrada e multifuncional. Um dos factores que tem maior influência na vitalidade do centro de uma cidade é a presença de universidades e estudantes na zona. Os estudantes maioritariamente utilizam os transportes públicos e bicicletas evitando grandes congestionamentos. Estes movimentam-se a qualquer hora, de dia ou de noite, o que ajuda a uma cidade ficar activa no período nocturno. O comércio beneficia da sua presença. Em Copenhaga, a presença de 14000 estudantes é um factor positivo para a sua funcionalidade.

Encontramos então na actualidade edifícios multifuncionais que se constituem com troços de cidade e que pela concentração de uma diversidade de funções, geradora de actividade e de coexistência de indivíduos distintos, alcançam importância significativa no traçado urbano. Estas diversidades de funções urbanas juntas podem formar a base de uma cidade activa, integrada e multifuncional. Quando pensamos no espaço público observamos a sua capacidade de suportar diferentes usos e apropriações.

3.2. Apropriação e Transição

No que diz respeito aos espaços públicos “quanto mais versáteis são mais utilizados serão, numa sociedade em mudança constante (Francisco, 2005, p. 5)”. Actos como o simples caminhar, o encostar, o sentar, são apropriações do espaço público. As zonas de permanência mais populares são frequentemente junto às fachadas dos edifícios, onde os indivíduos se sentem mais confortáveis e protegidos e onde encontramos elementos apropriáveis como uma soleira ou um nicho recortado na parede. Por serem zonas de transição entre interior e exterior, torna-se mais provável o encontro e cruzamento de pessoas. Estas pausas podem surgir como algo natural ou intencional, oferecendo oportunidade para contemplar o espaço envolvente. No entanto quando o edifício se fecha sobre si mesmo, sem estabelecer uma comunicação com o espaço exterior, os lugares de permanência são meras passagens. Existe a necessidade de um conjunto de aspectos exteriores para que o espaço público se torne num agradável espaço de estar, caminhar, permanecer e socializar.



Figura 19 e 20: **Zonas de Permanência ao Longo da Rua.** Relação próxima entre a arquitectura e as pessoas, na criação de espaços e zonas de permanência e de estadia mais prolongada, aptas para desenvolver o contacto social entre as pessoas como entre a rua e a envolvente. Fonte: (Gehl, La Humanización del Espacio Urbano, 2006, p. 162)

Para Herman Hertzberger (2006) as unidades de habitação funcionam melhor quando as ruas em que estão localizadas são à partida espaços de convivência, ou seja, interessa que a atmosfera dentro das casas se possa integrar na atmosfera comunitária da rua exterior. Não menos importante para o estabelecimento da relação casa-rua é a qualidade do edifício já que "a qualidade de uma depende da qualidade da outra: casas e ruas são complementares" (Hertzberger, 2006, p. 63).



Figura 21: **Zonas de Permanência ao Longo da Rua.** Relação próxima entre a arquitectura e as pessoas, na criação de espaços e zonas de permanência e de estadia mais prolongada, aptas para desenvolver o contacto social entre as pessoas como entre a rua e a envolvente.

Fonte: (Gehl, La Humanización del Espacio Urbano, 2006, p. 162)

Por vezes, previsões equívocas sobre a forma como o espaço da rua será vivenciado, a definição de proporções fora da escala humana ou a falta de oferta de qualidades que incitem a apropriação, traduz-se num número inferior de utilizadores relativamente ao esperado. "Muitos projectos – ainda que bem concebidos – funcionariam satisfatoriamente se ao menos uma feira funcionasse ali num sábado ensolarado". O autor alerta para uma organização espacial em que não sejam aumentadas as distâncias entre os moradores, mas sim aproximadas, no âmbito de estimular a interacção e a coesão social.

A apropriação dos espaços fortalece não só a apreensão da rua como um todo, contribuindo para um reforço da sua identidade, mas também enriquece a relação entre os cidadãos e os edifícios, que assim se sentem confortáveis e acolhidos no espaço. As escadas, os muros baixos, o lancil de entrada, os recortes dos vãos dos edifícios, são alguns dos elementos que ajudam a esta apropriação. As escadas são populares áreas de apropriação já que servem simultaneamente como ponto de observação (Gehl, 2006). O espaço do degrau proporciona uma infinidade de possíveis agrupamentos, e as linhas de visão provocadas pelas diferentes cotas que os degraus atingem, criam agradáveis espaços para assistir ao teatro que é a rua. Os cantos dos degraus são também lugares bastante apropriáveis já que as pessoas em grupo preferem sentar-se frente a frente para assim conseguirem maior contacto. Hertzberger (2006, p. 52) denomina estes espaços de transição referidos como espaços intermédios, "um lugar dito próprio (...) onde dois mundos se sobrepõem em vez de estarem rigidamente demarcados". Esses espaços entre a rua e o edifício, entradas, escadas, desníveis, alpendres, varandas, galerias, ao estabeleceram



Figura 22: Escola Montessori, Herman Hertzberger. Espaço de entrada. Fonte: (Hertzberger, 2006, p. 33)

uma relação gradual entre espaços privados e públicos, entre interior e exterior, promovem a permanência e a apropriação mais intensa e por conseguinte o contacto entre os utilizadores. A Escola Montessori, de Herman Hertzberger nos anos 1952-56, é um exemplo de lugar de permanência, onde ele cria muros baixos, que delimitam o momento de entrada e que são interpretados pelos seus utilizadores como bancos, tornando-se espaços para estudar ou conviver.

Em suma, a apropriação dos espaços fortalece não só a apreensão da rua como um todo, contribuindo para um reforço da sua identidade, mas também enriquece a relação entre os cidadãos e os edifícios, pois sentem-se confortáveis e acolhidos no espaço.

O **Lar de idosos De Drie Hoven**, da autoria de Herman Hertzberger, tem como lugar intermédio o espaço de entrada para os quartos. Estes espaços são reentrâncias na galeria de acesso aos quartos, constituindo uma zona tanto pertencente ao domínio semi-público como ao privado. O espaço intermédio criado proporcionou zonas multifuncionais e permitiu a apropriação espontânea dos utilizadores que mobilaram e distribuíram objectos pessoais nas suas entradas, transformando a galeria de acesso numa “rua de convivência” (Hertzberger, 2006).

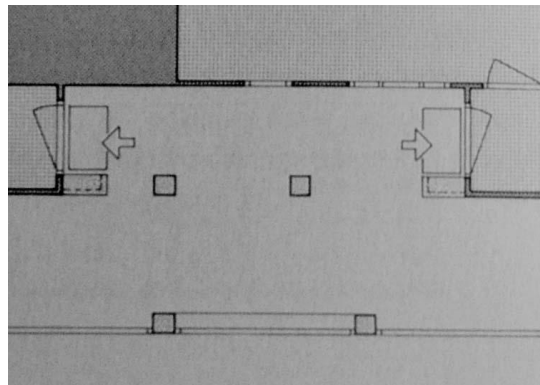


Figura 23 e 24 **Herman Hertzberger, Lar para Idosos, De Drie Hoven (1975-77)**. Espaços Intermédios que permitem a transição entre o domínio público e privado, cuja sua indefinição cria potenciais espaços de permanência e de encontro, deixando a sua apropriação aos usuários.

Fonte: (Hertzberger, 2006)

Quando os pisos térreos se abrem a novas actividades, os limites entre o espaço privado e o espaço público tendem a diluir-se, potencializando uma vida social e uma nova vitalidade para a rua onde se inserem. Estes espaços que se estendem para a rua podem ser tantas exposições temporárias bem como os toldos e esplanadas desmontáveis que qualificam todo o espaço da rua. A galeria **Storefront for Art and Architecture** é um exemplo em que a fachada se apresenta como espaço de transição entre a exposição e a rua. Através de painéis rotativos a exposição torna-se activa tanto no espaço da rua bem como no espaço interior da galeria, gerando igual actividade em ambos os lados. Este espaço é um exemplo de espaço umbral em que os limites são flexíveis onde a forma como se transita de um espaço para o outro faz parte dos dois.



Figura 49 e 50: **Reabilitação da Galeria Store for Art and Architecture** com a colaboração do arquitecto Stecen Holli e o artista Vito Acconci, na Kenmare Street, nº97, New York, 1993
Fonte: (Habitar, 2010)

A **Residência de Estudantes “Bikuben”** é uma residência de estudantes, em Copenhaga, da autoria do atelier AART, que se organiza em volta de uma rua exterior comunitária que percorre todo o edifício, interligando os espaços comuns com a privacidade dos apartamentos. Abrindo as suas portas em 2006 para 107 estudantes, a residência tem uma rua que é um espaço exterior coberto e tem o seu início ao nível do espaço público e termina no terraço da cobertura. Todos os apartamentos, bem como as várias salas da residência, têm acesso a esta rua, o que lhe confere um carácter semi-público, pois é

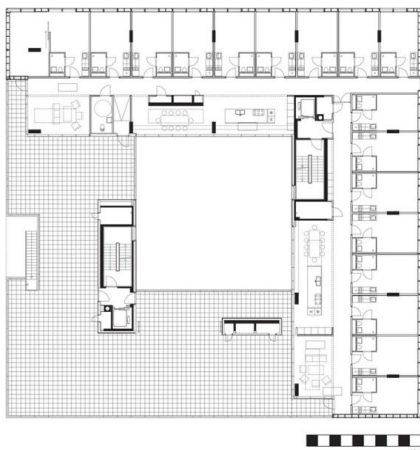


Figura 51: **Residência de Estudantes “Bikuben”**, AART (2003-06). Planta.
Fonte: (AART, 2006)



Figura 52: **Residência de Estudantes “Bikuben”**: Galeria exterior
<http://www.arqred.mx/blog/2008/09/03/bikuben-hall-of-residence-copenhagen/> (Junho, 2014)

naturalmente controlada por todos os residentes. Os espaços comuns ao longo do seu percurso constituem lugares para estudar, para conviver, entre outros, e dispõe de mesas e cadeiras para proporcionar estadias mais prolongadas. No, entanto, como já foi visto em exemplos anteriores, o mobiliário fixo, que neste caso não existe, poderia constituir um forte incentivo à estadia. O edifício dispõe características essenciais para que esta rua estimule o contacto entre residentes e visitantes: é exterior, tem iluminação natural, tem uma adequada densidade de utilização, comunica visualmente com todos os lugares públicos da residência e estabelece o acesso aos mesmos (Vidal, 2008).

Residência para Estudantes Weesperstraat, na cidade de Amesterdão, tem o objectivo de estimular o sentimento de participar em algo comum. Hertzberger entre 1959 e 1966, projecta para o 4º andar, onde se instalam os estudantes casados, uma galeria para convívio e aproximação dos laços sociais. Assim, como os seus característicos bancos, dispostos ao longo de todo o espaço proporcionava momentos para as crianças poderem brincar, enquanto os pais ficavam sentados em frente às suas casas. Esta galeria poderá ser também um exemplo de lugar de convivência, na medida em que a atmosfera de dentro da habitação pode integrar-se com a atmosfera comunitária da rua. Contudo, quando a colocação de janelas não é estratégica e estas abrem-se directamente para a galeria, surge a desvantagem de uma privacidade insuficiente (Hertzberger, 2006).



Figura 53: Herman Hertzberger, Residência para Estudantes Weesperstraat. Planta do nível 4.

Fonte: (Hertzberger, 2006)

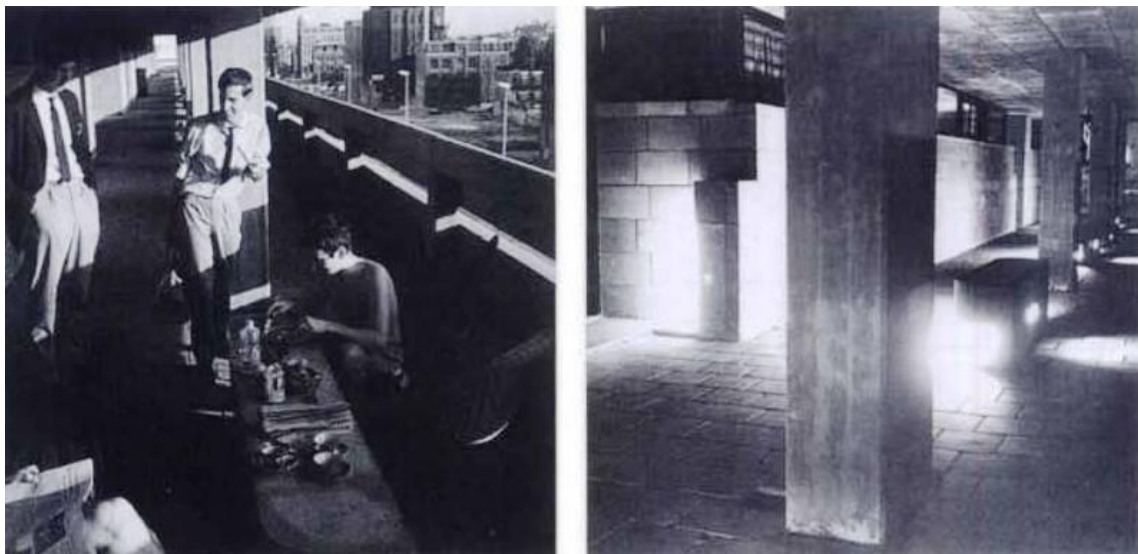


Figura 54 e 55: Herman Hertzberger, Residência para Estudantes Weesperstraat. Rua-galeria, na primeira imagem os residentes utilizam o espaço para refeição. A disposição do mobiliário fixo proporciona momentos de estadia prolongada e para observação do espaço envolvente.

Fonte: (Hertzberger, 2006)

PARTE II O VALE DA AVENIDA ALMIRANTE REIS: CASO DE ESTUDO

4. Lisboa e o Vale da Almirante Reis: Aspectos Morfológicos e Transformações

Actualmente em Lisboa coexistem diferentes tipos de tecidos urbanos. Por um lado temos traçados mais sinuosos, construções que sobem as colinas e se adaptam à topografia; por outro lado, os planos de malhas regulares, como o plano de Ressano Garcia, que determinaram momentos de extensão urbana.

Existindo lógicas específicas de organização do espaço, que ao contrário das cidades planeadas, não se baseiam em relações geométricas regulares, é importante assinalar que as zonas de traçados irregulares e sinuosos levaram um processo de crescimento lento, que partia de uma adaptação e um ajuste continuo do entorno físico às funções da cidade: a adaptação à topografia, a polarização em torno de elementos singulares como as igrejas, a definição de alinhamentos convergentes nas portas de muralhas, o parcelamento associado a recintos fechados com as cercas, entre outros. Em bairros mais antigos, em zonas de declive bastante acentuado, são desenvolvidos traçados sinuosos e labirínticos sempre com o objectivo de aproveitar o menor pendor de inclinação do terreno. Os exemplos mais evidentes deste tipo são os bairros da Mouraria, Alfama e toda a colina do Castelo (Silva & Gouveia, 1989).

Muitas cidades medievais e pequenas povoações são cada vez mais populares como atracção turística e são encaradas como objecto de estudo e modelo desejado para as cidades residenciais. Tendo por base a observação e análise de cartografia e iconografia disponível no que se refere a Lisboa pré-industrial, o traçado urbano corresponde a um conjunto de diferentes estruturas sobrepostas, influenciado por acentuados declives. Nos anos 714-1147, todo o tecido desenvolvido dentro da Cerca Moura e Fernandina é muito denso e irregular, embora as artérias que liguem o Paço da Ribeira ao Rossio e a estrutura que as relaciona, seja já característica das cidades medievais europeias, isto é, correspondiam a um sistema linear ao longo de caminhos.

Em 1650, João Nunes Tinoco (Figura 56), ilustra a cidade de Lisboa para dentro da muralha, sendo este o primeiro elemento hierarquizador que definia o espaço urbano, deixando a terra de fora para campos agrícolas. A Colina do Castelo, que apresenta sucessivas ocupações no seu território, constitui um traçado medieval, que sobreviveu aos terramotos que afectaram a zona. Morfológicamente trata-se de um sistema



Figura 56: **Planta João Nunes Tinoco**, Lisboa Fortificação, 1650

urbano de ruas estreitas adaptadas ao declive com sucessivos miradouros, graças à sua implantação na encosta. Também no mesmo mapa são apontadas as portas da cidade, estas tinham uma importância fundamental nas cidades amuralhadas, canalizando o tráfego de entrada e saída da cidade, e ainda facilitavam as trocas e o controlo na entrada dos produtos na cidade.

O crescimento da cidade para norte foi sempre adaptado ao território através de edifícios singulares em posições dominantes e da implantação das ruas principais sobre as linhas de cumeada e linhas de vale. No século XVIII, com a reconstrução da cidade de Lisboa, fidalgos e burgueses procuravam os seus arredores para as suas casas de campo, nascendo assim novas quintas e casais. Com a observação da carta desenvolvida por Filipe Folque entre 1856 e 1858, é notável a nova dinâmica de traçados, próprios da evolução económica, populacional e urbana, o que levou à necessidade de uma nova definição do perímetro urbano, conseguida pela Estrada de Circunvalação (1852) (Silva & Gouveia, 1989).



Figura 57: Esquema da **Evolução do edificado na cidade de Lisboa**. A) 1856-1858; B) 1871-1911; C) 1904; D) 1899-1948 e E) 2007.

Esquema elaborado pela candidata

Na Figura é possível observar a evolução, tanto do vale da Av. da Liberdade bem como o da Av. Almirante Reis, com as sucessivas propostas de expansão da cidade. Em B) é possível observar todo o plano de expansão da cidade de Ressano Garcia. Em C) teve-se como base a cartografia de Silva Pinto, onde já é notável alguma da urbanização do plano das Avenidas Novas. Nos anos de 1899-1948, é terminado o plano de toda a Av. Almirante Reis, com o desenho da Alameda D. Afonso Henriques com o Areeiro no final da Avenida. Por último em E) observa-se a conclusão de todos os planos, sendo demonstrada o edificado actual.

4.1. Topografia e Hidrografia

A identidade da cidade pode ser estudada a partir da sua forma, a partir dos elementos que constituem o tecido urbano. Como já anteriormente foi referido, a rua nem sempre foi traçada consoante as mesmas regras, variando consoante condições religiosas, tendências arquitectónicas, factores topográficos, entre outros. No entanto, a implantação das ruas estiveram sempre maioritariamente relacionadas com o sistema topográfico e hidrográfico. A relação da implantação das ruas com a topografia é verificada desde a época medieval; nesta altura, com a necessidade de garantir a protecção, as cidades eram localizadas nos pontos mais altos, onde nasciam as ruas curvilíneas, de modo a acompanhar as curvas de nível, evitando desníveis muito acentuados. Além deste padrão de rua são distinguíveis outros. Neste ponto pretende-se entender a sua relação com o suporte topográfico identificando algumas posições topográficas específicas, com o objectivo de entender a formação dos traçados e a função que desempenham.

A origem das ruas está associada ao processo de evolução das cidades, sendo um elemento consolidado do tecido urbano essencial para compreender a sua história. De acordo com Proença (2006, p. 2), “a sobreposição do traçado urbano e a configuração topográfica permite-nos (...) a identificação de coincidências entre as características topográficas mais significativas e alguns elementos urbanos”. São identificadas pelo autor ruas associadas a posições topográficas específicas: “ruas de cumeada”, “ruas de vale”, “ruas de costa”, “ruas de meia encosta” e “ruas trepadoras” (Proença, 2006, p. 3). Proença caracteriza algumas destas ruas com o objectivo de entender a sua formação e a função que desempenham nas cidades. As “ruas de cumeada” estão associadas a razões de defesa e domínio de território, correspondendo às linhas de feito. Situavam-se nos pontos mais altos, definindo um eixo sinuoso com espaços públicos de privilégio. As “ruas de vale” são linhas em que a inclinação é muito pouco acentuada, sendo apropriadas para deslocações de grande distância. Estas ruas normalmente dão origem a grandes avenidas, tornando-se elementos estruturantes da própria cidade. As linhas de vale são também mantidas e transformadas em ruas para o escoamento natural das águas. A “rua de meia encosta” é a linha que tende a sobrepor-se com as curvas de nível do terreno. Estão associadas a estas ruas espaços de largo, de miradouro, correspondendo a pontos abertos sobre a paisagem. Por fim as “ruas trepadoras”, que se notam principalmente em áreas compostas por vales e colinas. São a ligação entre a cota mais baixa e a cota mais alta, desenhando um percurso curto de desnível bastante acentuado (Proença, 2006).

Ao observarmos o Vale da Avenida Almirante Reis, podemos observar a existência destas mesmas ruas associadas a posições topográficas específicas. Sendo que se trata de um vale, a sua formação tem por base a facilidade de escoamento de águas, e por ser estreito a proximidade com as colinas adjacentes faz com que encontremos “ruas trepadoras”, de “meia encosta” e “ruas de cumeada”.

Na figura 58, as principais ruas de vale: (Oeste para Este) Avenida da Liberdade, Rua das Portas de Santo Antão, Eixo desde a Rua do Benfornoso até à Rua dos Anjos, Regueirão dos Anjos e Avenida Almirante Reis. No esquema B as principais linhas de acesso aos pontos mais altos da cidade. Estas linhas acedem de forma rápida a espaços como miradouros e são normalmente caracterizadas por grandes escadarias. Neste esquema é possível observar a proximidade do vale da Avenida Almirante Reis como pontos de especial interesse cultural e turístico. Por último as ruas de meia encosta são principalmente visíveis na colina do castelo de São Jorge e junto dos miradouros da Graça e Nossa Senhora do Monte.

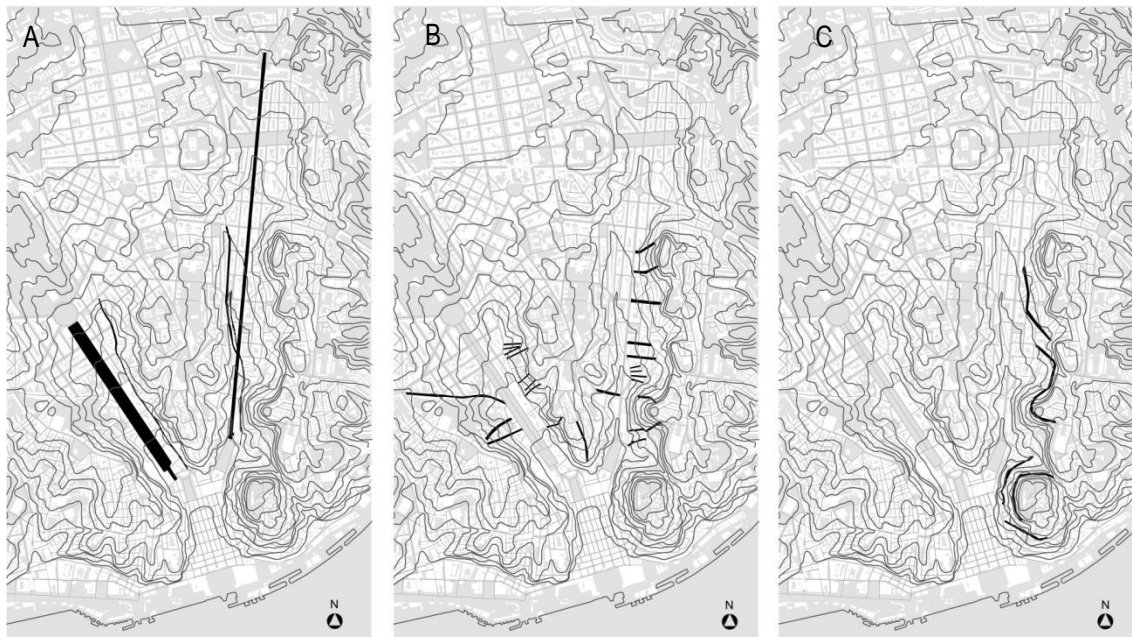


Figura 25: Ruas associadas a posições topográficas específicas. A) Principais ruas de vale; B) Ruas trepadoras; C) Ruas de meia encosta.

Esquema realizado pela candidata

São inúmeros os vales resultantes da erosão criada ao longo do tempo por fenómenos naturais. Em Lisboa, e devido aos declives bastante acentuados, tornam-se claras as direcções do escoamento e sua acumulação. Hoje em dia muitas destas redes são integradas num sistema natural de drenagem pluvial, na sua maioria de interesse urbanístico, favorecendo muitas áreas de espaço verde urbano do ponto de vista funcional e paisagístico.

Lisboa estendeu-se para Norte sobre duas linhas de água desenvolvendo duas grandes Avenidas, a Av. da Liberdade e a Avenida Almirante Reis, e garantindo desta forma a fácil manutenção do sistema de drenagem natural. A Ribeira de Arroios foi, até ao séc. XIX, uma linha de água à superfície, encanada mais a jusante. Ainda hoje são visíveis estas marcas em toda a toponímia que a confirma no Regueirão dos Anjos. Pelo facto desta zona ser rica em água, instalavam-se ali muitos campos para produções agrícolas, sendo que as pendentes mais favoráveis destinavam-se a hortas e campos de

cultivo, com facilidade em recolher água de forma natural para a irrigação dos campos. Sendo as linhas de água importantes factores na definição das primeiras ocupações, nesta zona definiram dois grandes caminhos de acesso a Lisboa: a Estrada de Valverde, ao longo da Ribeira de Valverde a Poente, e a Estrada dos Anjos, ao longo da Ribeira de Arroios a Nascente, ambas antigas estradas Romanas. Segundo a Revisão do PDM de 2011, o sistema húmido de Lisboa “integra as áreas correspondentes a linhas de drenagem a céu aberto, áreas adjacentes, bacias de retenção de águas pluviais, zonas de ressurgências hídricas, zonas aluvionares e zonas sujeitas a inundações” (Regulamento: Revisão do PDM, 2011)



Figura 26: Relação da água com os dois eixos.
Esquema realizado pela candidata

4.2. Transformações

Para a leitura dos traçados e suas modificações, é feita uma análise atenta da cartografia histórica, de diferentes épocas, o que permite entender a evolução das formas urbanas e as suas principais características, revelando situações do passado que determinam lógicas de localização e implantação, desmistificando ruas, praças e edifícios.

A rua, ao longo da história das cidades, passa por processos de alteração, associados tanto à necessidade de expansão e novos alinhamentos da cidade como à sua reestruturação. Pretende-se abordar como é que se modificaram os traçados das cidades e como é que a rua foi produzida em função dos tecidos já existentes, isto é, “a existência de qualquer contexto prévio, mais ou menos urbano, com o qual a nova rua estabelece uma relação” (Proença, 2008, p. 2). Neste encadeamento, Dias Coelho (2002), estabelece três tipos de enquadramento das relações de produção entre traçados: “traçado de adição”; “traçado de sobreposição” e o “traçado de sedimentação”. Estas caracterizações têm o objectivo de enquadrar operações de produção e transformação de rua. O “traçado de adição” está relacionado com a adição de um novo elemento, inserido ou não num conjunto pré-concebido; a “sobreposição” é associada ao rasgar de um ou mais elementos; por fim a “sedimentação” corresponde a deformações ou regularizações de um traçado pré-existente.

Tornando-se bastante importante para o desenvolvimento e compreensão do local do projecto realizado, Proença (2008) faz referência ao Vale da Avenida Almirante Reis, onde, considerando-o como um todo, se pode verificar a coexistência destes três processos. A sedimentação do eixo da Rua do Benfornoso, Rua dos Anjos, Rua Direita dos Anjos e Rua de Arroios, que em seu momento tinha como função canalizar o trânsito para fora da cidade, é rasgado pela Avenida Almirante Reis, que vem fazer corresponder as mesmas funções. Por fim a adição de novos arruamentos vem sobre os campos rurais pelo plano de Ressano Garcia. Assim, estas transformações na rua pretendem “atestar a própria natureza mutável das cidades. (...) Contribuindo para a (re)edificação continua da cidade assente na sua própria memória” (Proença, 2008, p. 11).

Pretende-se então compreender o âmbito destes traçados, dando exemplos da sua reprodução e explicando quais as suas características e funções. No Plano de Ressano Garcia, apesar de aparentar a imposição de uma nova ordem, indiferente ao contexto, verifica-se na Figura que a ligação é feita a partir de conexões pré-existentes. Contudo há adição de novas ruas, acrescentando elementos justapostos ao tecido pré-existente.

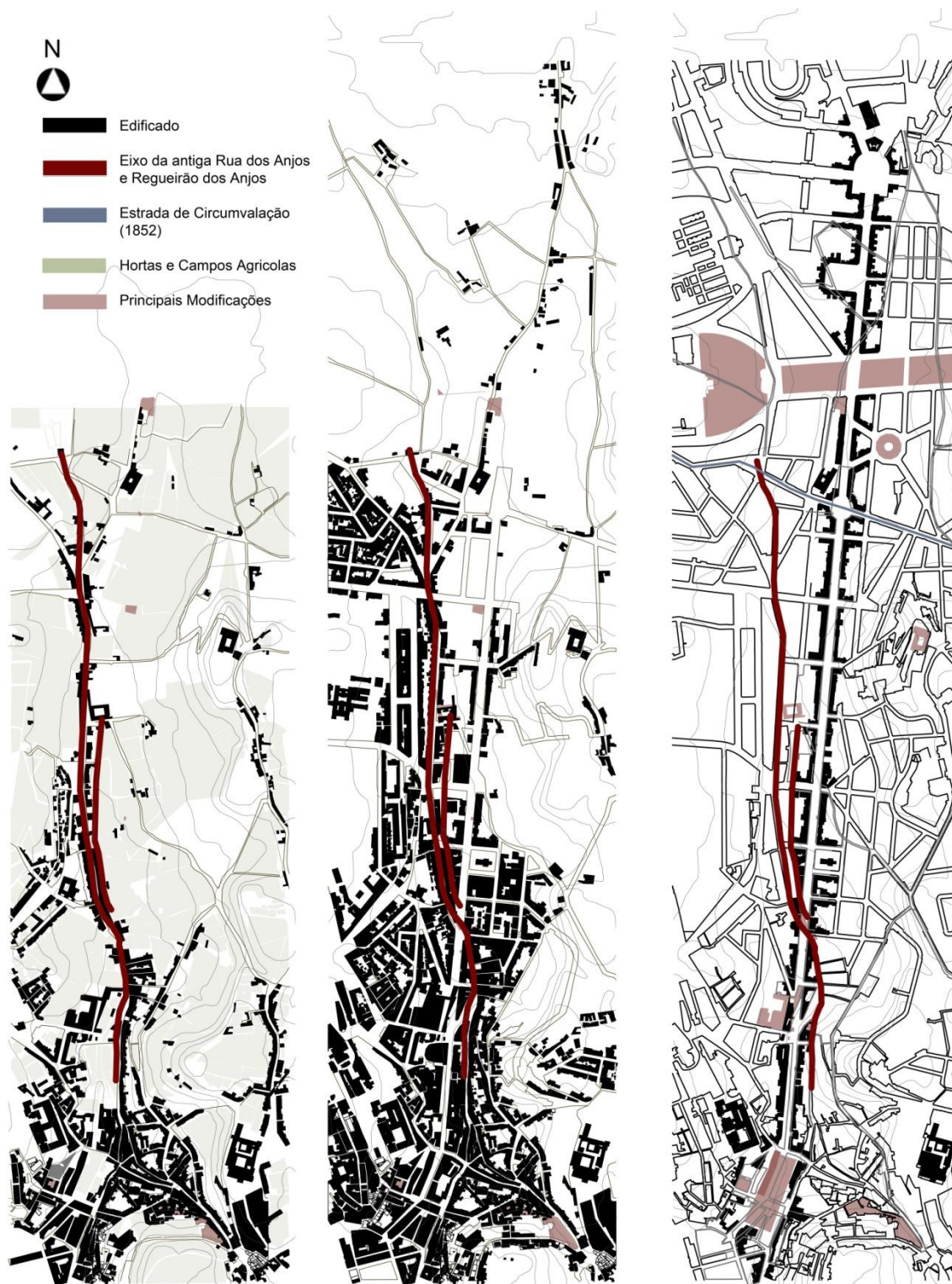


Figura 60: Evolução do eixo da Avenida Almirante Reis. A) Base Cartográfica Filipe Folque (1856-58); B) Base Cartográfica e Silva Pinto (1904); C) Sobreposição com o edificado existente.
Esquema realizado pela candidata

que, por motivos variados, se torna obsoleto e já não corresponde às necessidades funcionais ou culturais da sociedade que o habita. Este processo “distingue-se da adição pelo cruzamento e conflito ente elementos urbanos pré-existentes e propostos num mesmo espaço” (Proença, 2008, p. 6). Este traçado acontece quando a rua é partida e há uma nova intervenção mantendo parte do tecido. Desta forma pode-se considerar que Ressano Garcia, no seu plano urbanístico para o Vale, transforma alguns organismos, rasgando corpo da antiga rua por uma nova, a Avenida Almirante Reis.

Não só em Lisboa são verificados estes traçados de sobreposição ou abertura. Desta forma pode-se observar que Haussman, no plano urbanístico para Paris³, transforma alguns organismos, sobrepondo ao corpo da antiga cidade uma nova malha de ruas reticuladas. Por exemplo, a *Avenue de l'Opera* projecta um traçado de sobreposição ou abertura, sobrepondo uma nova via mais ampla ao traçado medieval e rasgando as avenidas e o edificado existente.

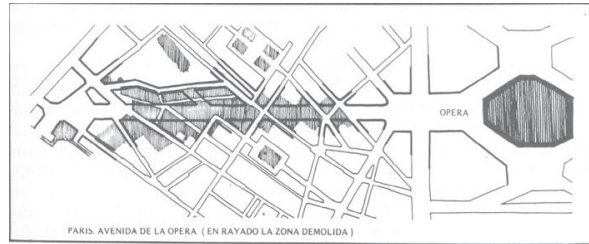


Figura 61: **Avenue de l'Opera**: O traçado de Paris na época de Napoleão III. Exemplo de remodelação urbana (1850-1870).

Fonte: História de la Arquitectura y del urbanismo: Países Desarrollados, siglos XIX y XX, de Roberto Segre

Por fim, o último processo de enquadramento das relações de produção entre traçados, estabelecido por Dias Coelho (2002), as “ruas produzidas por sedimentação”. Estas são visíveis principalmente em traçados de época medieval, que apesar de terem sofrido algumas alterações mantêm-se. “Os tecidos que resultam de um processo de acumulação de operações e intervenções urbanas distintas remete-nos para a dimensão de “tempo” na formação da cidade e por extensão dos seus elementos morfológicos constituintes, entre os quais a rua” (Proença, 2008, p. 11). Neste caso, pode-se observar na Figura , em C), que apesar de toda a transformação o eixo que fazia a antiga ligação com o norte da cidade é mantido, sendo possível verificar ainda a relação do mesmo com as duas margens da Avenida. Assim, desde a Rua Benfornoso, passando pela Rua dos Anjos até ao Hospital e Arroios, é notório a sedimentação do antigo eixo.

³ O principal objectivo para a reforma de Paris é o da libertação do tecido urbano de modo a facilitar as manobras urbanas militares. Produzindo um urbanismo racionalista ignorando o aspecto histórico que a cidade apresentava. A antiga cidade de ruas estreitas e traçados irregulares é cortada por grandes eixos. *Boulevard* torna-se o novo elemento urbano.

5. Avenida dos Anjos – Avenida D. Amélia – Avenida Almirante Reis

5.1. Contextualização Histórica

A partir do final da década de 1850, existia no Município uma vontade de programar uma urbe contemporânea. P. J. Pézerat, arquitecto do Município, propôs grandes melhoramentos e modernizações na capital, inspirando-se no plano de Haussmann parisiense. Surge, mais tarde, a proposta de abertura de um *boulevard* entre o Passeio Público e as Portas da Cidade. Esperava-se que esta Avenida contribuísse para facilitar comunicações entre a cidade e franjas rurais a norte, podendo valorizar os terrenos adjacentes e o nascimento de novos bairros. A cidade torna-se então contemporânea com Ressano



Garcia e Duarte Pacheco, que determinarem efectivamente momentos importantes de

Figura 62: Lisboa 1900, Plano de Ressano Garcia: traçado completo da Avenida dos Anjos, até à Praça do Chile.

transformação urbana. Com o surgir do projecto e edificação da Avenida da Liberdade, é reestruturada a centralidade de Lisboa e tornam-se possíveis novas expansões urbanas tais como o projecto das Avenidas Novas, sendo materializada uma nova ocupação territorial cujo reticulado pontua e amplia o próprio geometrismo do modelo pombalino da Baixa. Paralelamente a estes acontecimentos, outro projecto de extensão da cidade desenvolve-se; do outro lado da cidade abre-se a Avenida dos Anjos (que viria a ser denominada Avenida D. Amélia e mais tarde Almirante Reis), um eixo fundamental que articulava diversos núcleos de iniciativas privadas (Silva & Gouveia, 1989).

As propostas de desenvolvimento do eixo Avenida dos Anjos, foram muitas vezes interrompidas por poderosas pré-existências. Só em 1897 foi aprovado o processo judicial para levar a cabo as expropriações necessárias para a abertura da Avenida, sendo que a abertura efectiva da mesma se deu apenas em 1903. Esta Avenida foi traçada ao longo do vale que sempre constituiu a mais dinâmica porta de saída da cidade. Quando o projecto das Avenidas Novas foi executado criaram-se bairros residências de luxo, que por sua vez estimulavam diferenças sociais, tornado a Avenida dos Anjos uma avenida

menos burguesa. A malha começa então a determinar e criar uma estratificação social, traçando assim um perfil que conta a história da evolução da Cidade (Silva & Gouveia, 1989).

Em 1875, Ressano Garcia faz referência a uma “avenida que ligasse a Igreja dos Anjos (a antiga) e as portas de Sacavém (em Arroios), passando pelo largo do intendente” (Araújo, 1939, p. 131). Já nos finais da década de 50, observava-se uma preocupação em ligar o centro da cidade a uma das estradas mais importantes do Reino, que consistia também no alargamento da Rua Nova da Palma e da abertura da ligação entre o Largo da Guia e o Largo do Intendente, assim como o alargamento da Estrada de Sacavém.

Esta Avenida mostra na sua malha a sobreposição de diversas ocupações de povos e culturas, assim como sucessivos períodos de invasão, podendo ser considerada uma artéria de mistura urbanística, tanto no traçado como nas edificações. A entrada da Avenida Almirante Reis é marcada pelo Martim Moniz, importante praça, que em tempos se apresentava como uma das principais portas da cidade de Lisboa e era totalmente coberta de edifícios. Mais tarde a demolição dos mesmos veio dar origem à actual praça. Com a reestruturação desta zona, permitiu-se a expansão do território da Mouraria, que, mais tarde, acaba por ser foco de uma política urbana promulgadora onde se alteram as suas dinâmicas sociais, culturais e urbanas (Menezes, 2009, p. 305).

Mais adiante, no final da Rua da Palma, o antigo Convento do Desterro (actual e desactivado hospital), teve uma aura bairrista já que sempre prestou assistência pública. Mais a norte, o Largo do Intendente, que foi um dos espaços com maior trânsito nos séculos passados, era o largo onde se iniciava a Rua dos Anjos, uma das saídas naturais da cidade. Caracterizava-se por ser um dos lugares de maior atractividade comercial e de trânsito (Santana & Sucena, 1994, p. 131). Séculos mais tarde, com “a tentativa de “limpeza” da Mouraria – que quase destruiu o bairro por inteiro – empurrou as prostitutas, os “malandros”, os chulos de tascas, que ali tinham alimentado muitas lendas e enredos narrativos, para o largo do Intendente” (Menezes, 2009, p. 136).

No final do séc. XIX, Lisboa estava a expandir-se com a construção da Avenida da Liberdade, fazendo com que surgissem cafés, clubes, lojas de roupa, entre outros. Contudo, as actividades repetiam-se e com o nascimento do cinema em Paris, em 1895 (pelos irmãos Lumière), Lisboa ansiava por viver a mesma aventura. O primeiro recinto que estreou o cinema em Portugal foi o Real Coliseu de Lisboa, situado na rua da Palma no Intendente, este espaço foi também o primeiro parque de diversões de Lisboa, antecedente à Feira Popular. O Real Coliseu era um “teatro-circo” multi-funcional que servia inúmeras actividades mas que, com a abertura de novas salas melhor equipadas, encerra em 1929, sendo posteriormente demolido. Actualmente este espaço funciona como garagem, o que não denuncia a importância histórica e cultural de outrora. Anos mais tarde, na tentativa de recuperar a animação cultural vivida, nasce o cinema Lys, a lotação era boa, entre estudantes e donas de casa pela tarde e famílias pela noite, mas a crise chega nos anos 70 e ainda com alguns anos de resistência o cinema acaba por fechar portas (Sottomayor, 1997).

O começo do séc. XX é marcado pela urbanização decisiva dos Anjos – Avenida D. Amélia – Avenida Almirante Reis. Norberto Araújo descreve nas “Peregrinações de Lisboa”, os Anjos e Arroios dos anos 30, todas as curvas, contornos e cantinhos especiais das ruas, bem como os palácios, conventos, hospitais, igrejas, praças, e suas histórias. Para a reorganização desta Avenida foi necessário demolir o velho templo, a igreja dos Anjos, “rico de talha, e com pintura de que não consta fama para Museu” (Araújo, 1939, p. 69); todo o sítio se transforma, o Largo do Intendente perde o prestígio e abre-se a avenida, desprezando-se o troço inicial da Rua dos Anjos.

Na confluência da Calçada e da Rua nova do Desterro, com frente á Rua da Palma, estão os Chafariz, que de 1824 até 1917 estiveram no Largo do Intendente, do seu lado esquerdo a fábrica de cerâmica «Viúva Lamego» e o lavadouro municipal. A antiga Igreja dos Anjos situava-se na bifurcação entre o troço da Rua dos Anjos, “num local afunilado de trânsito” que tinha um “arco de feitio muito lisboeta, que se encostava a um prédio de modesta feição burguesa. (...) Esse Arco assentava onde está ainda hoje a boca do Regueirão dos Anjos, já abaixo do nível da grande Avenida Moderna” (Araújo, 1939, p. 69). Este Regueirão dos Anjos é anterior á própria

Rua dos Anjos, e tem como significado grande rego, vala ou sulco onde corre água, sendo assim, vale natural, “onde depois de correr água, nos séculos passados, correu o trânsito”. Norberto Araújo descreve-o com “triste, apático – feio este Regueirão. Uma notazita isolada de pitoresco sombrio, e por aqui se fica. Mas sigamos por ele. Nota-me já esta particularidade: as casas, quase todas de traseiras de prédios, têm ao nível antigo da rua estabelecimentos e oficinas – muitas serralharias e depósitos – com as portas em ferro. E porquê? Porque a quando das enxurradas nas invernias fortes tudo isto se inunda; o velho leito do vale, desaguadouro forçado, faz valer os seus direitos” (Araújo, 1939, p. 74). Actualmente, o Regueirão dos Anjos é ainda um “espaço de traseiras”, esquecido, não passa de um logradouro de

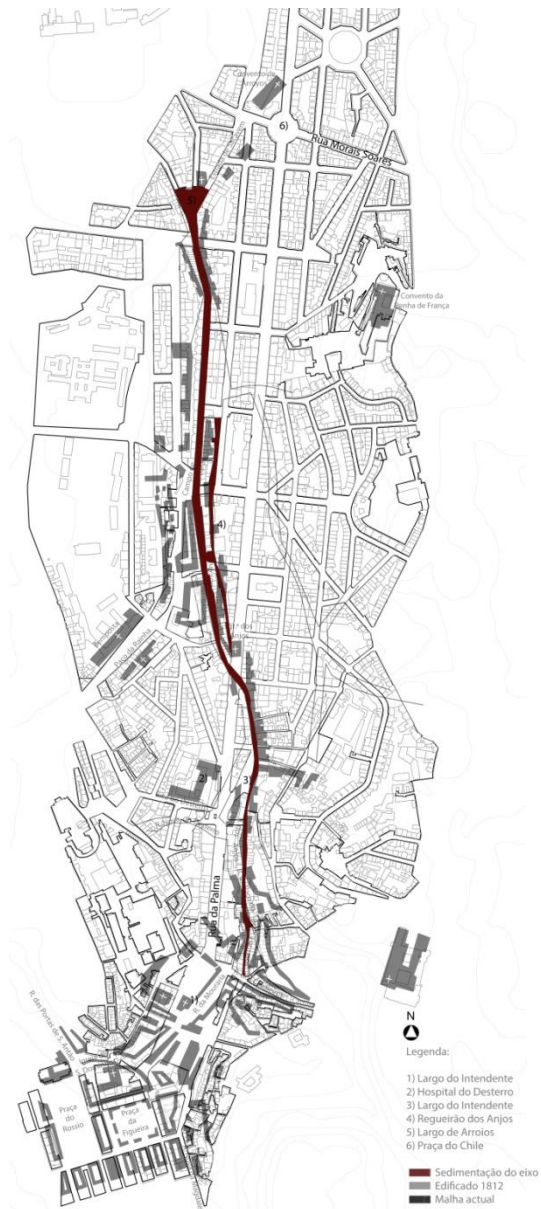


Figura 63: Esquema da sedimentação da Avenida dos Anjos bem como do Regueirão dos Anjos. Realizado pela candidata.

acesso a pequenas garagens e oficinas que pontuam o espaço, mantendo os seus contornos, que, apesar da sua sedimentação urbana no tempo, é reconhecido no traçado urbano da cidade.

A Av. Almirante Reis atravessa, mais adiante o Largo de Arroios, que tal como o Largo do Intendente, teve a sua aura de movimento boémio e de expressão alfacinha. Em 1933, a Avenida, caracterizada como ampla, arejada, arborizada e cortada ao meio por um jardim, possuía um intenso comércio, movimentado, onde eram empregados inúmeros comerciantes. A Praça do Chile e a Rua Morais Soares crescem ao longo do tempo, sendo que por ali passava a estrada de Sacavém, Vila Franca e Santarém que davam à rua um aspecto moderno e de grande movimento (Sottomayor, 1997).



Figura 64: Imagem da Antiga Igreja dos Anjos que marcava a entrada para o Regueirão dos Anjos.
Fonte: Arquivo Municipal do Arco do Cego, modificada pela candidata.

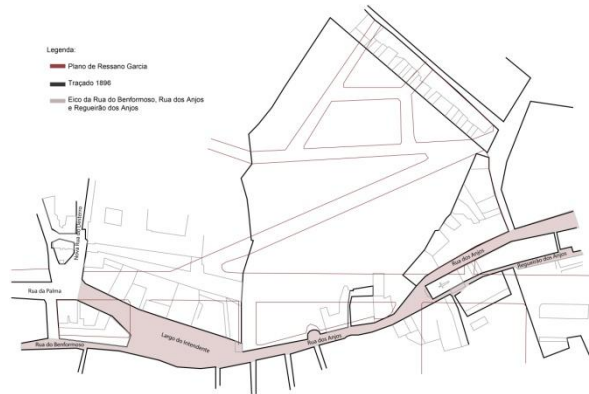


Figura 64: **Esquema que representa o traçado de 1896 em sobreposição com o plano de Ressano Garcia**, bem como a antiga entrada para o Regueirão dos Anjos e as sedimentações das vias.
Elaborado pela candidata

5.2. Caracterização do Lugar

No vale onde foi implantada a avenida Almirante Reis, a Rua da Palma, o Regueirão dos Anjos e a Rua de Arroios, articulavam entre si importantes espaços desta área da cidade. O largo do Intendente, o largo de Sta. Barbara e o largo de Arroios, eram espaços de uniam este grande eixo e o ligavam a Loures e Sacavém. O traçado que é produzido provém de duas épocas distintas: a sul, uma época de invasão moura, onde o traçado é de origem islâmica, projectando-se ruas pouco iluminadas, frequentemente sem saída e com múltiplos becos; a norte, à medida que a avenida foi urbanizada, é composto um eixo contínuo e regular, que “evidencia o rasgamento de uma nova avenida como elemento estruturante e que se articula com uma diversidade de espaços de natureza excepcional, uns existentes e integrados dentro da nova estrutura, outros desenhados de raiz, como o adro da igreja dos Anjos, a alameda D. Afonso Henriques ou a praça João do Rio” (Fernandes, 2013, p. 20), ilustrado em Figura , C) e Figura .

O Vale da Avenida Almirante Reis é caracterizado como artéria multicultural da cidade, sendo um passeio entre contrastes sociais e económicos. Nesta abordagem ao Vale interessa-nos caracterizar o seu território a sul. O troço sul da Avenida dispõe de um grande número de espaços comerciais (figura 65), um grande movimento associativo e uma diversificada oferta de transportes públicos. Por ser um eixo urbano plano torna-se fácil a deslocação ao longo do seu comprimento, tendo um equilíbrio entre comércio, habitação e serviços. No entanto, algum do seu comércio encontra-se descaracterizado e tendem a aumentar as lojas devolutas. O tráfego automóvel elevado, que consequentemente contribui para a poluição sonora e do ar, o número elevado de edifícios devolutos, as estações de metro degradadas, a descontinuidade dos espaços pedonais e a falta de espaços públicos de recreio e lazer, contribuem também para a desqualificação do lugar.

A Este da Avenida Almirante Reis encontra-se o bairro da Mouraria que foi actualmente submetido a uma intervenção de requalificação do espaço público, tendo como princípio estratégico a criação de espaços exteriores de qualidade, multifuncionais, com soluções conceptuais adequadas ao tecido histórico. Para o projecto desenvolvido, o Bairro da Mouraria é considerado uma oportunidade. A proximidade do mesmo com o eixo da Avenida Almirante Reis permite que sejam observadas as características deste bairro, sendo este o ponto de encontro e residência de diferentes culturas onde são mantidas vivas as suas antigas tradições populares. A sua proximidade com a Colina do Castelo e alguns miradouros, como o da Graça, tornam este espaço numa das principais rotas turísticas da cidade.

A Oeste a Colina de Santana que, desde a segunda metade do século XX até aos dias de hoje, não sofreu mudanças muito significativas. Com o Plano de Melhoramentos de Ressano Garcia, o território foi submetido a diversas alterações, obrigando a novas dinâmicas na organização programática. Tendo uma forte componente em equipamento de ensino (a Universidades de Medicina e Direito), de saúde e de cultura, torna-se um lugar significativo de importância histórica e cultural. No entanto, o novo programa

“Colina do Conhecimento” vem propor para a área uma intervenção sobre cada unidade hospitalar, prevendo novas habitações, centros de investigação ligados às universidades, estimulando a criação de novos postos de trabalho.

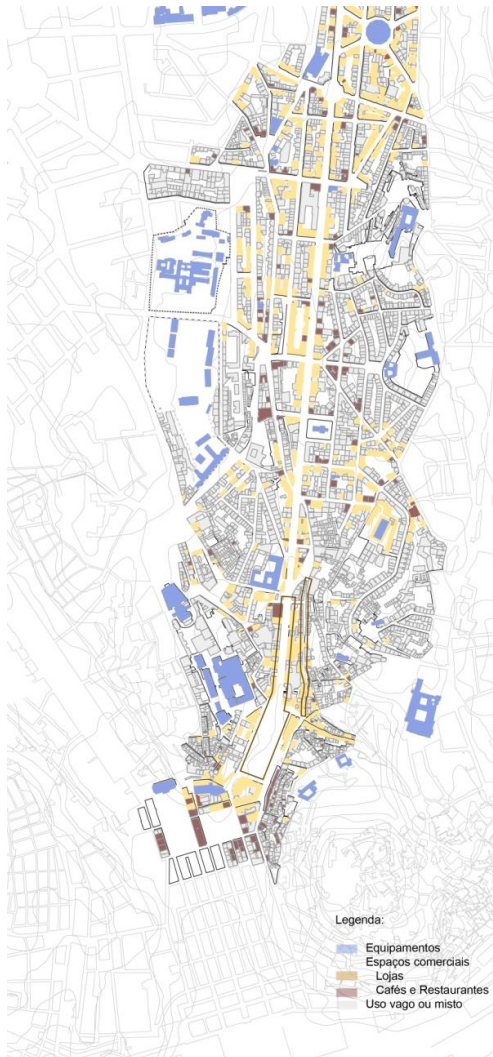


Figura 65: Funções dos pisos térreos no vale da Av. Almirante Reis.
Elaborado pela candidata



Figura 66: Rede de eléctrico e estações de metro no vale da Av. Almirante Reis.
Elaborado pela candidata

O Relatório do Diagnostico Integrado UIT Centro 2013, elaborado pela Câmara Municipal de Lisboa, elabora uma análise SWOT, onde identifica as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças do vale da Avenida Almirante Reis; assim, é importante salientar algumas das forças apresentadas pelo diagnóstico. A multiculturalidade da população é uma das forças, pois permite a oportunidade de conhecer novas culturas. Esta multiculturalidade é principalmente visível no comércio local, o que permite não só a compra de produtos como experimentar paladares típicos de outras culturas. No fundo estas relações criam uma interculturalidade, não só entre a população residente como visitante. A oferta directa de transportes públicos (figura 66), o que facilita as necessidades de deslocação quotidiana ou ocasional (acesso a trabalho, escola, serviços e comércio, equipamentos, áreas de recreio e lazer, ou áreas de

encontro com outras pessoas, entre outros). As boas condições de mobilidade permitem um bom ordenamento do território, do planeamento do espaço urbano e do desenho do espaço público. Por fim a multifuncionalidade da Avenida, isto é, integra múltiplas funções como a habitação, comércio, serviços. Contribui desta forma para a integração e qualificação dos espaços urbanos, associando diversas actividades como o morar, o trabalhar, comprar e conviver, que são a base da vitalidade de um determinado espaço.

5.2.1. Comunidade

Segundo o Relatório do Programa de Intervenção Integrada UIT Centro, juntamente com os dados dos Censos 2011, pelo INE, a Avenida Almirante Reis, é formada pelas antigas freguesias de Anjos, Pena e São Jorge de Arroios, que formam a nova freguesia de Arroios. Ao consultar os Censos de 2011, constata-se que são residentes na freguesia de Arroios 14 963 pessoas, sendo a freguesia mais populosa a de São Jorge de Arroios. Tal como consta em toda a AML, existe um acentuado envelhecimento populacional. Contudo a freguesia de São Jorge de Arroios é a única que revela um crescimento populacional, entre os grupos etários dos 0-14 anos e dos 25-64 anos. Existem ainda 60 diferentes nacionalidades representadas entre as pessoas que constituem a população da freguesia.

Actualmente continuam a existir problemas face à presença de pessoas sem-abrigo nesta zona. Dados fornecidos pelo NASA (Núcleo de Apoio ao Sem-abrigo) indica que 22 pessoas pernoitam nas ruas, sendo o local de principal concentração a Avenida Almirante Reis. Associados a este problema estão o desemprego, a insuficiência de rendimentos, o alcoolismo e a dependência de outras drogas, sendo os dois primeiros, as principais causas.

5.2.2. Instrumentos de projecto e planeamento com incidência na área de estudo

O Vale da Avenida Almirante Reis é delimitado pelo PDM como «Área de reabilitação urbana», isto é, territorialmente delimitado em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infra-estruturas, dos equipamentos de utilização colectiva e dos espaços urbanos e verdes de utilização colectiva. Isto é, no que se refere às suas condições de uso, solidez, segurança, estética ou salubridade, justifique uma intervenção integrada, podendo ser delimitada em instrumento próprio ou corresponder à área de intervenção de um plano de pormenor de reabilitação. Assim, analisadas as prioridades de intervenção por parte da Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa 2011-24, procedeu-se à criação do **Grupo de Trabalho do Eixo da Av. Almirante Reis**, integrado na Direcção Municipal de Conservação e Reabilitação Urbana (DMCRU) (Câmara Municipal de Lisboa, 2011-24).

São então identificados no vale da Avenida Almirante Reis, segundo a revisão do PDM 2014, planos eficazes e planos em elaboração/alteração, bem como a delimitação do programa **BIP/ZIP**. A freguesia dos Anjos é caracterizada como dinâmica no desenvolvimento de actividades em proveito da comunidade. Projectos como **BIP/ZIP**, que se destina a apoiar actividade e projectos que contribuam para

o reforço da coesão sócio-territorial encontra-se como financiador de vários projectos na zona. O projecto **Lisboa em Bicicleta**, o projecto **reMix3**, o projecto **Almas do Regueirão**, o projecto **Rede de Carpintarias** e por último o projecto **Empreender nos Anjos**, são todos projectos financiados pelo programa BIP/ZIP (Câmara Municipal de Lisboa, 2013). São ainda identificados programas de incentivo à reabilitação urbana como o **RE9**, **RER**, **RE-Habita Lisboa** e o **Programa Reabilite primeiro, pague depois**, onde a Câmara cede os edifícios, faz as obras e procede ao arrendamento, e só então se procede ao pagamento à CML.

O Programa **BIP-ZIP** tem como objectivo levar a cabo operações de dinamização de parcerias e pequenas intervenções locais, tendo as juntas de freguesias como parcerias fundamentais, e operações de regeneração urbana, como no caso da Mouraria apoiada pelo QREN.

Re-Habita Lisboa (Programa de Reabilitação de Devolutos) tem como objectivos impulsionar a reabilitação urbana, o mercado de arrendamento e a fixação de retorno das famílias á cidade. Funciona com obras convencionadas, nas condições acordadas previamente com os privados e obras coercivas, assumindo neste caso o Município o papel de “senhorio temporário”. Após a reabilitação, o edifício é colocado no mercado de arrendamento, em regime de rendas convencionadas, até ao ressarcimento total do investimento pelo município, sendo então posteriormente “devolvido” ao proprietário.

O Programa **“Uma bairro uma praça”** parte de uma praça, de uma rua, de uma zona comercial, do jardim do bairro, ou de um equipamento colectivo existente ou projectado, organizar um ponto de encontro da comunidade local, uma microcentralidade que concentre actividade de emprego, que se consagre como espaço público de excelência e local de estar, onde se privilegiem os modos suaves de locomoção, marcha a pé e bicicletas, os transportes públicos e onde o transito automóvel será condicionado. Este programa pretende replicar a experiência da Avenida Duque D’Ávila, que revolucionou as Avenidas Novas.

A **UIT Centro** também foi motivada a investir neste eixo pelas diversas iniciativas que têm vindo a acontecer nas imediações da Avenida, no sentido de recriar laços entre a comunidade existente e a sua

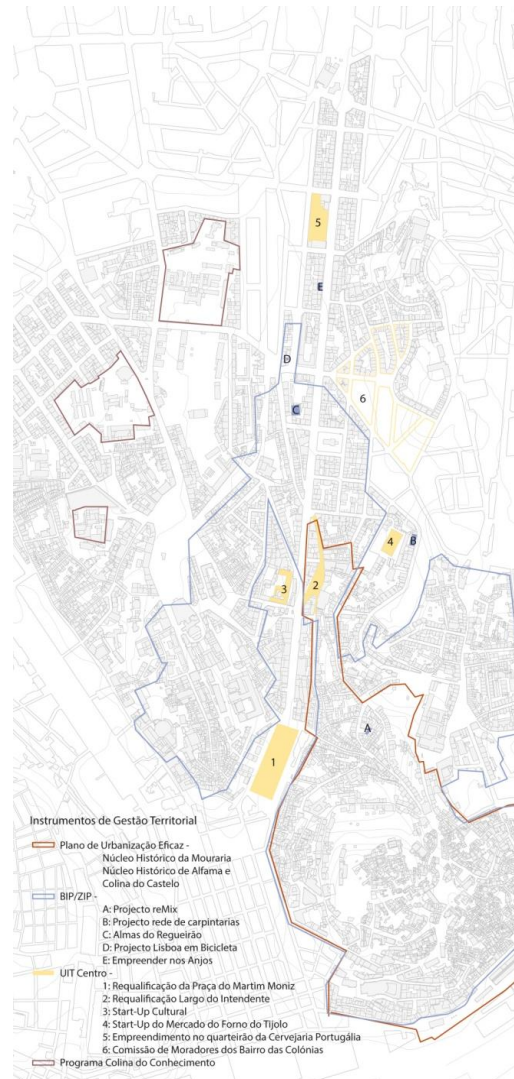


Figura 67: Instrumentos de Gestão Territorial
Elaborado pela candidata

Avenida, aproximar as diferentes culturas e gerações, incrementar a segurança, estimular um maior sentido de comunidade e investimento externo, mas também garantir uma articulação e continuidade entre as diversas iniciativas. Assim, está prevista para o vale da Avenida Almirante Reis a requalificação da Praça do Martim Moniz, do Largo do Intendente e da Mouraria no âmbito do Plano de Urbanização do Núcleo Histórico da Mouraria (PUNHM), que inclui a construção de uma nova residência para estudantes no Largo do Intendente, aumentando a oferta para a camada jovem em 400 camas.

O antigo Hospital do Desterro, desactivado desde 2006, teve uma proposta da empresa que gere o espaço da LX Factory para a sua exploração durante 10 anos. Visa a concretização de uma Start-Up Cultural, integrada na rede de Start-up's de Lisboa. Outro exemplo integrado na rede de Start-up's de Lisboa é o projecto para o Mercado do Forno do Tijolo, onde já se realizou a instalação da Start-Up que tem um espaço de Fab-Lab e Co-working. Dentro da área de intervenção prevê-se ainda o projecto no quarteirão da Cervejaria Portugália com cerca de 30.000m², destinados a habitação, escritórios e comércio.

5.2.3. Percepções sobre os espaços verdes e espaços públicos singulares

Na planta de Nolli, em que é representada Roma em 1768, é mostrada uma cidade como ponto de encontro, com uma grande rede de caminhos e espaços públicos. São representados, além dos espaços públicos como as passagens, ruas, praças e parques, espaços semi-públicos, como igrejas, mercados e edifícios institucionais. Neste ponto apresenta-se uma aproximação desta representação, onde são levantados os espaços públicos e semi-públicos na área de estudo. Esta abordagem é identificada a dimensão do espaço, pelo qual o cidadão pode transitar livremente. Assim como os edifícios e o seu carácter público, apresentando uma maior dinâmica na sua relação.



Figura 68: Giambattista Nolli, Mapa de Roma (1768).
Fonte: <http://neilmiddletonrationalisttraces.wordpress.com/2011/09/18/nolli-plan-of-rome/> (Janeiro 2014)



Figura 69: Representação dos espaços públicos e semi-públicos. Realizado pela candidata.



Figura 70: Representação dos espaços verdes de recreio e lazer. Fonte: PDM 2013 Realizado pela candidata.

O levantamento dos espaços públicos teve como objectivo perceber as necessidades e carências de espaços qualificados a este nível. Na Avenida Almirante Reis, no troço da área de intervenção, a única área verde de recreio e lazer é a que rodeia a Igreja dos Anjos. No entanto, este espaço encontra-se actualmente descaracterizado e todos os seus elementos arbóreos encontram-se vedados, o que o torna inacessível. Apesar da potencialidade deste espaço, considerada a inexistência de áreas verdes nesta área, é aqui que se concentra a população sem-abrigo. Uma das propostas para inverter a situação da necessidade de espaços públicos qualificados na área foi o projecto de requalificação do Largo do Intendente, que veio trazer para a zona um novo espaço público com conforto para os peões, já que uma das grandes intervenções foi a retirada do tráfego motorizado, verificando-se um aumento de pessoas que andam a pé e permanecem sentadas.



Figura 71e 72: Apropriação do espaço no Largo do Intendente. Fotografias da candidata. (Junho, 2014)

Contudo é verificada uma necessidade de espaços públicos qualificados na área, o que se revela preocupante uma vez que o espaço público representa a condição para a realização de vida urbana. Sendo o espaço público um elemento articulador do tecido urbano, a falta de lugares qualificados para se proporcionarem momentos de sociabilização e de encontro, de manifestação dos grupos sociais e políticos, tornam esta área num espaço sem continuidade que vai perdendo o seu carácter físico e funcional. Porém, como pode ser observado na Figura 69: Representação dos espaços públicos e semi-públicos., há uma proximidade desta área com espaços públicos de referência, como o Campo dos Mártires da Pátria ou o Jardim do Torel a Oeste da Avenida, e ainda os miradouros da Graça, Nossa Senhora do Monte e Penha de França, a Este.

5.2.4. Carências e necessidades que caracterizam a área de intervenção

Após o levantamento e análises anteriores, relativos à generalidade dos espaços públicos, caracterização do edificado, transportes e população,

procurou-se entender de forma específica as carências e necessidades da área de intervenção. Em relação ao edificado da área, tendo por base o levantamento pela DMCRU em 2007, é possível notar a presença de muitos devolutos, a maior parte parcialmente desabitado, como é possível verificar na Figura . Outro dos problemas analisados refere-se a questões de mobilidade; observa-se que neste troço da Avenida todas as entradas de metro não permitem o acesso a pessoas com mobilidade reduzida e também constituem um dos motivos para o estreitamento do canal de circulação pedonal. Quanto ao espaço público, como vimos no ponto anterior, existem espaços dispersados, segregados e segmentados que desvalorizam esta área da cidade. Por último, e relativamente à população que reside na área, é verificada a presença significativa de população estudante que habita em quartos alugados. É visto como problema geral da cidade de Lisboa a falta de residências para a população estudantil. É considerada, como exemplo, a Universidade de

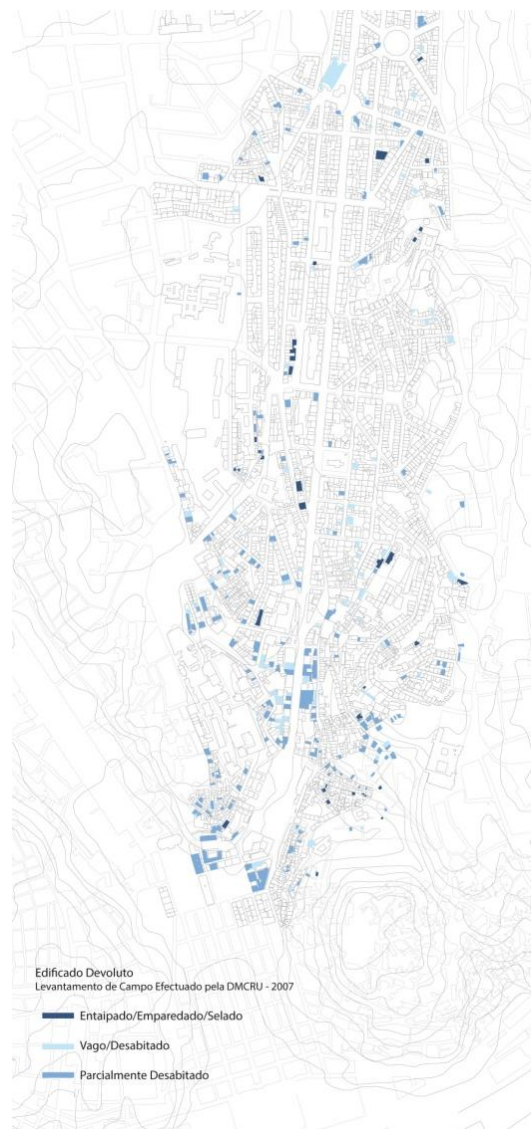


Figura 73: Edificado devoluto.
Elaborado pela candidata

Lisboa, que compreende 18 escolas na cidade e onde estudam 23.758 estudantes, sendo 5.000 estudantes estrangeiros, cerca de 10% do total de alunos. No entanto a UL disponibiliza apenas 23 residências universitárias para os estudantes, 5 delas exclusivas para professores e investigadores com cerca de 1407 camas no total. Assim é observada a necessidade de aumentar o número de camas, pois a percentagem de estudantes, que é bastante expressiva, tanto de nacionais que vêm estudar para Lisboa, como de internacionais através de programas de intercambio, cada vez mais promovidos pelas universidades.



Figura 74: Localização das Faculdades e Institutos da Universidade de Lisboa; e residências de estudantes da Universidade de Lisboa.

Elaborado pela candidata

6. Proposta de Intervenção

Nos capítulos anteriores foram expostos alguns temas que visam compreender a importância do espaço público na cidade, ou seja, a importância da sua estruturação física e social. O espaço da rua é então entendido como lugar de referência na cidade, que estabelece relações entre o edificado e a vivência urbana. É entendida ainda como espaço de unidade com capacidade de transformação, reconhecendo várias funcionalidades e tendo um papel significativo na interacção entre indivíduos. Por ter uma presença constante na cidade, a rua enquanto espaço temporal é um processo construtivo constante, onde os acontecimentos e as vivências são alterados, as actividades abandonadas e renascidas, bem como a sua função e singularidade. Sendo um lugar de convivência e de actividades torna-se importante garantir a sua segurança, actuando no espaço com o objectivo de o humanizar.

6.1. Pressupostos de Projecto e Programa

No trabalho desenvolvido o termo “eixo” surge para denominar o espaço de intervenção de projecto. Tem como significado um conjunto de ruas e avenidas, que funcionam como um suporte ou linha orientadora do planeamento de uma certa estrutura. É também a “ideia principal”, isto é, a essência do tema desenvolvido, a peça sobre a qual se organizam outros instrumentos

O projecto desenvolvido tem como principal preocupação dar resposta à dispersão, segregação e segmentação que se verifica nesta área urbana, tendo por base a reinvenção e reabilitação de um espaço público. O objectivo é a regeneração e adaptação de um eixo, compreendido pela Rua do Benfornoso, Rua dos Anjos, Regueirão dos Anjos, Avenida Almirante Reis, até ao Hospital de Arroios, com vista a integrar os novos modelos de vida e percursos quotidianos, procurando estabelecer formas de sociabilização, de encontro e convivialidade. Pretende-se ainda manter o património urbanístico com vista a modernizá-lo através de operações de reconstrução, ampliação, alteração, conservação e demolição de edifícios devolutos. Com a abertura da Avenida Almirante Reis a rua dos Anjos e o Regueirão dos Anjos, que comunicavam as relações de entrada e saída da cidade, foram rasgados perdendo ao longo dos anos a sua identidade e importância. Com a urbanização da Avenida o eixo que era a antiga frente das vivências e acontecimentos, passou a espaço de traseiras, ao ponto do seu edificado ficar devoluto, não correspondendo ao expectável das suas potencialidades. Reconhece-se então através do projecto desenvolvido, o valor destas ruas e como a sua renovação pode potenciar as suas capacidades de valorização do território, de promoção da vida sócio-cultural e popular e de activação da vida nocturna. Uma intervenção sobre este lugar parte de uma compreensão alargada do território em que se insere; pela sua centralidade e características morfológicas, apresentando uma oportunidade para a criação de um espaço cultural, de recreio e lazer.

Com a proposta de intervenção pretende-se a reabilitação da rua bem como dos edifícios que se encontram degradados funcionalmente, prevendo melhores condições de habitabilidade e reconversão de

usos. O projecto procura ainda promover e valorizar o território, bem como aumentar a coesão social, atraindo novos públicos. A Av. Almirante Reis apresenta um tráfego automóvel intenso pois é uma das principais artérias que liga a 2ª. Circular com o Centro da cidade, o que traz para o peão algumas dificuldades no atravessamento e circulação ao longo da mesma. O projecto tem como objectivo promover e facilitar a mobilidade pedonal, onde o eixo, compreendido pela rua do Benfornoso e Regueirão dos Anjos, assume características de rua partilhada. São estabelecidas novas comunicações com a envolvente e novos atravessamentos entre as duas margens da Avenida Almirante Reis. Pretende-se então manter a memória do traçado da cidade antiga e valorizar o peão, com vista a criar um espaço de convivência.

A actuação neste espaço realiza-se, em primeira fase, numa relação estratégica com a cidade de Lisboa, num papel de regeneração do território bem como nas relações que cria com ele. O eixo funcionará como um regenerador urbano, dada a sua localização estratégica na cidade, onde o Regueirão dos Anjos irá pontuar e reforçar tal premissa. A proposta de intervenção tem como principais objectivos:

- Reafirmar a sua presença na cidade e a sua relação com o território;
- Contribuir para a regeneração e requalificação do contexto urbano da cidade;
- Estabelecer uma acessibilidade partilhada, com vista a melhorar as condições do peão e tirando partido do facto de que se trata de uma rua plana.

O espaço da rua pode ser uma ferramenta privilegiada para funcionar como espaço de convivência e actividade para os seus utilizadores, pois é um lugar onde são postas em prática as experiências do quotidiano urbano. Sendo um lugar complexo, o espaço da rua articula entre si vários interesses e convida a uma vida social colectiva, colaborando para a heterogeneidade social e cultural. Assim tem-se como linhas gerais da intervenção a reabilitação, como já foi referida, do eixo compreendido desde a Rua do Benfornoso, Rua dos Anjos, Regueirão dos Anjos, Avenida Almirantes Reis, até ao hospital de Arroios, criando um espaço partilhado e flexível com valorização do peão. A criação de transversalidades, com o objectivo de abrir a rua, ou seja, com a demolição estratégica de edifícios devolutos pretende-se criar ligações transversais com ruas paralelas. Estas novas ligações têm como objectivo resolver problemas de visibilidade e legibilidade ao longo de toda a proposta, bem como tornar mais claras as relações com outros lugares estratégicos. O projecto de uma residência de estudantes, professores e investigadores, com o objectivo de resolver a falta de espaços para alojar os estudantes, investigadores e professores deslocados de Lisboa. Por fim a reabilitação de pisos térreos devolutos, pois como foi abordado na primeira parte, são espaços que estabelecem relação directa entre a rua e o edifício, promovendo relações entre os utilizadores da rua com as actividades que se desenvolvem nos pisos térreos.

O Regueirão dos Anjos detém vários aspectos merecedores de atenção na proposta, pois a sua morfologia característica torna-o num espaço de identidade na cidade de Lisboa, isto é, um espaço que assume diferenças morfológicas em relação a outras ruas. As suas diferenças passam principalmente porque outrora era um canal onde passava a ribeira de Arroios e com a sua canalização foi adaptado para rua. O perfil da rua do Regueirão dos Anjos, embora tenha sido projectado para objectivos urbanos específicos, hoje em dia torna-se um espaço de potencial eleição. As várias alterações que tem vindo a sofrer ao longo dos anos, criaram neste espaço várias camadas que se vão materializando em pequenas passagens cobertas, ou largos de acesso a níveis superiores. Analisadas todas as suas condicionantes e potencialidades, propõe-se que o espaço do Regueirão dos Anjos seja um espaço partilhado que agrega novas unidades para o lugar. É proposto uma residência de estudantes que se organiza ao longo do Regueirão, isto é, são dispostas três unidades desta residência ao longo da rua. Com o mesmo conceito são organizados espaços de ateliê, novos comércios, um auditório com escola de dança, um refeitório, espaços 24 horas para os alunos, e lavandarias self-service. O objectivo é que o espaço do Regueirão, seja o “corredor” público e partilhado destas identidades que surgem como um sistema autónomo mas com complementaridades, isto é, tanto os novos usos como os existentes funcionam individualmente mas num conjunto funcional para a rua. Para estas propostas considerou-se um conjunto de edifícios que não detinha de qualidades arquitectónicas para serem mantidos e integrados no conjunto, recorrendo à sua demolição parcial em prol da abertura dos novos espaços e criação de transversalidades essenciais ao longo desta rua.

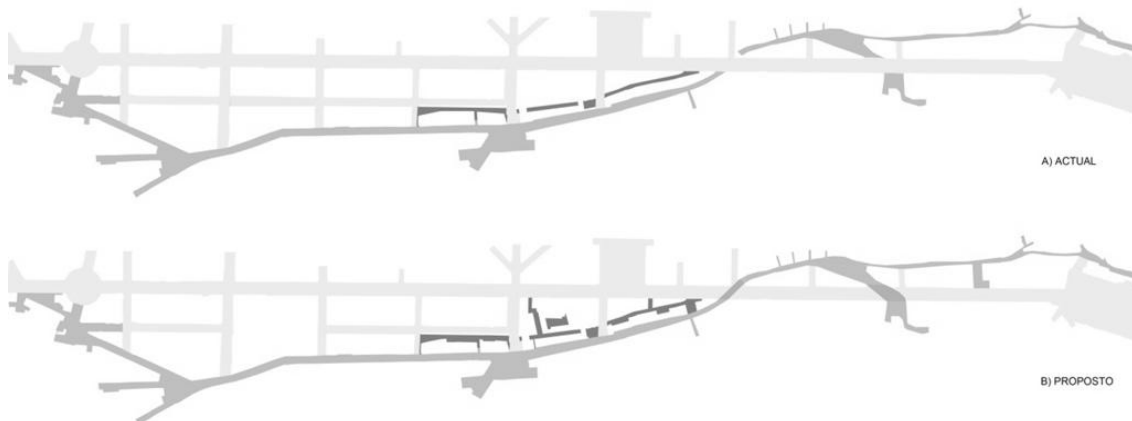


Figura 75: Esquema representativo do eixo de intervenção. A) Actual; B) Proposta.
Esquema realizado pela autora

6.2. Um eixo de continuidade, de permanência e de transição

O Eixo compreendido pela Rua do Benfornoso, Rua dos Anjos, Regueirão dos Anjos, apesar da sua proximidade com a Avenida Almirante Reis, com programas e projectos de influência para o lugar, encontra-se fechado em si mesmo. No seu troço sul, na Rua do Benfornoso, os pisos térreos são maioritariamente unidades comerciais de ocupação internacional, e assim é caracterizado por ser o espaço mais multicultural e de especial referência da cidade de Lisboa. A sua proximidade com o Bairro da Mouraria, Miradouro da Graça e Nossa senhora do Monte, traz a necessidade de se criarem novas transversalidades para se tornar mais claro o rápido acesso a essas áreas de especial interesse cultural e turístico. Por ser um espaço longo e fechado existiu a necessidade de abrir uma praça para a Avenida Almirante Reis, com o objectivo de aumentar tanto a legibilidade como a segurança da rua, criando ainda um novo espaço amplo de recreio e lazer.

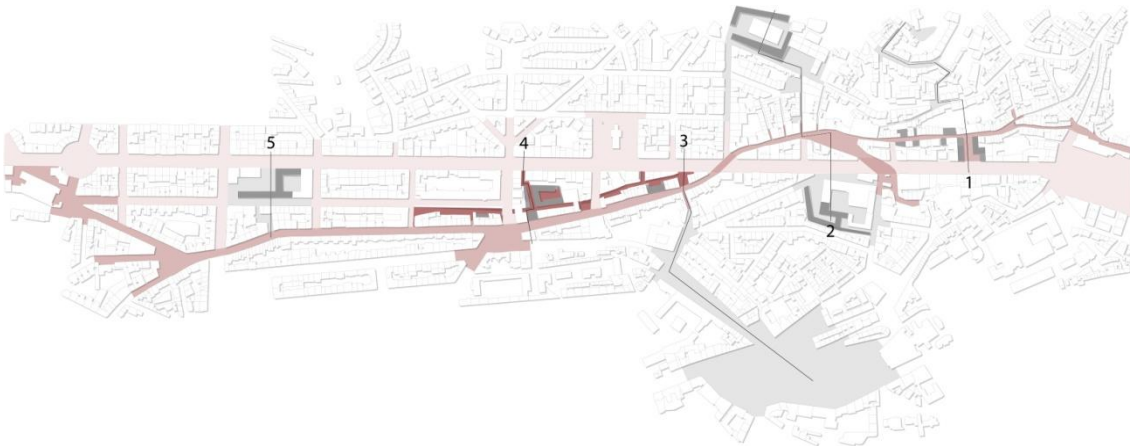


Figura 76: Intervenção proposta. 1) Comunicação entre a Rua do Benfornoso e a Avenida Almirante Reis; 2) Comunicação do Largo do Intendente com o Hospital do Desterro e o Mercado do Forno do Tijolo; 3) Comunicação do entre o Regueirão dos Anjos e a Rua dos Anjos; 5) Comunicação entre o Regueirão dos Anjos, a Rua dos Anjos e a Avenida Almirante Reis; 5) Comunicação entre a Avenida Almirante Reis e a Rua de Arroios. Esquema realizado pela candidata

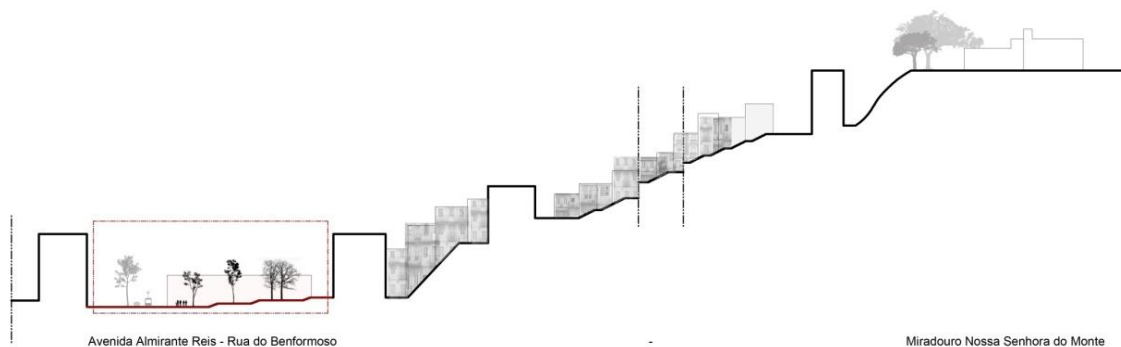


Figura 27: Corte Esquemático que representa a transversalidade proposta entre a rua do Benfornoso e a avenida Almirante Reis, com a sua envolvente próxima, neste caso a relação com o Miradouro da Nossa Senhora do Monte Elaborado pela candidata

A confluência deste eixo com o Largo do Intendente traz à proposta a capacidade de integração com alterações recentes no território. Outrora evitado pelos lisboetas, o Largo do Intendente está a tornar-se cada vez mais um espaço atractivo. A mudança do gabinete do presidente da autarquia, em 2011, incentivou a regeneração do espaço bem como todos os novos equipamentos terciários e projectos apoiados pelo programa do BIP/ZIP. No entanto é na proximidade com o novo projecto para o hospital do Desterro, bem como o programa para o mercado do Forno do Tijolo, que se visa a oportunidade de melhoramento dessa transversalidade, com o objectivo de melhorar as acessibilidades regenerando todo o seu espaço envolvente. Aqui surge a oportunidade de se criarem espaços verdes de recreio e lazer, pois na envolvente do mercado do Forno do Tijolo, entramos em alguns terrenos baldios que trazem oportunidades de projecto. Assim, neste troço do eixo são intensificadas as relações com espaços e bairros das envolvente, sendo o eixo o corredor central de todo o espaço.

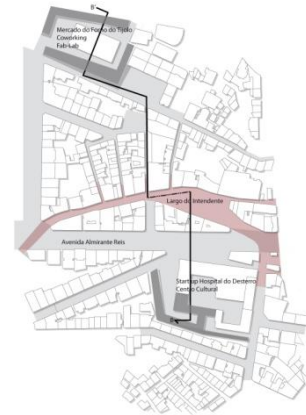


Figura 29: Planta esquemática referente à transversalidade proposta entre o largo do Intendente, o Mercado do Forno do Tijolo e o Hospital do Desterro
Realizado pela candidata

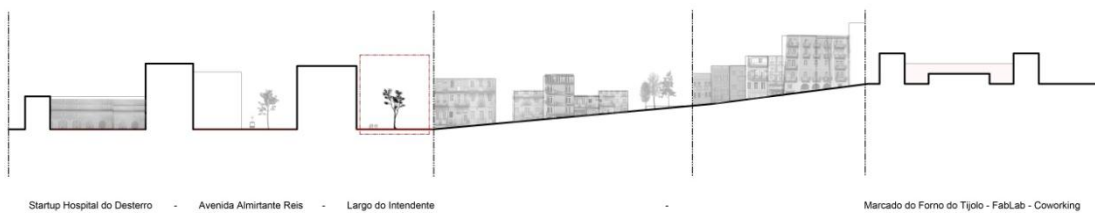


Figura 28: Corte Esquemático que representa a proximidade entre o largo do com a sua envolvente próxima, o mercado do Forno do Tijolo e o Hospital do Desterro
Elaborado pela candidata

Tendo a sua continuidade no Regueirão dos Anjos, o eixo aqui toma outras proporções, assumindo-se como a centralidade de toda a intervenção. Como foi referido anteriormente, este espaço possui características distintas na medida em que foi determinado por uma linha de água e portanto como resultado da adaptação de um canal em rua. Podemos ter como exemplo Estagel, em França e Oude Gracht, em Utrecht, canais que se tornaram espaços públicos. Pretende-se fazer uma breve abordagem ao funcionamento de espaços públicos em zonas de canais, com o objectivo de compreender espaços que perdem a sua função original e passam a albergar actividades humanizadas. Estes espaços tornam-se convidativos para a passagem de peões e por terem uma diferença natural de cota para a rua, criam a sensação de segurança. Estagel em França é um dos exemplos em que o rio Agly surge e desaparece dependendo da estação. Assim, no seu período de seca, o leito do rio torna-se parte do espaço público e oferece às crianças um espaço seguro para jogos. A vala cimentada não só é usada como espaço de recreio e lazer, mas também como rua pedonal. Oude Gracht, em Utrecht, é outro caso de referência onde o canal perdeu a sua função original e se tornou um espaço público de estância. Desde o século XIV, os canais tinham como principal função o transporte de mercadorias, sendo carregadas e

descarregadas na beira destes e armazenadas em depósitos. Quando, anos mais tarde, esta prática de transporte foi interrompida, estes espaços começaram a ser utilizados como esplanadas de cafés e restaurantes. Aqui também a diferença entre o nível da rua e o canal resultou num perfil singular.

O Regueirão dos Anjos é, como já foi referido, outro dos exemplos em que outrora passou a ribeira e devido ao seu encanamento o espaço passou a ter outras funções. Este espaço assume diferente importância em relação aos anteriormente apresentados. O Regueirão dos Anjos, depois do encanamento da ribeira, era um espaço onde se sentia a azáfama das gentes nas ruas, do comércio, das pequenas indústrias e dos artesãos que ali funcionavam. Hoje em dia ainda são visíveis traços da antiga actividade industrial. Apesar do nível térreo dos edifícios estar bastante descaracterizado e devoluto, surgem algumas



Figura 80: Oude Gracht, Utrecht
Fonte: (Mumford, 2008, p. 97)



Figura 81: Rio Agly, Estagel, França
Fonte: (Mumford, 2008, p. 96)

iniciativas. A Casa da Misericórdia, a cozinha económica dos Anjos, mais conhecido por «sopa dos pobres», é ainda centro de apoio social e de acolhimento nocturno. A Taberna das Almas é outro dos projectos de referência na zona. Instalada no Regueirão, surge no âmbito do BIP/ZIP, como espaço de oficinas diversas, marcenaria, olaria e costura, mas também de teatro, música e workshops de dança, actividades que animam o espaço. A Feira das Almas é outro dos acontecimentos que ali se realiza uma vez por mês e enche o velho espaço abarracado da antiga tipografia e de fábrica de vidros. Outro dos projectos é a «Cicloficina do Anjos», uma oficina comunitária de bicicletas, sem fins lucrativos. O projecto foi criado em 2011 com o objectivo de prestar apoio aos utilizadores de bicicleta em Lisboa. Por fim, o espaço RDA69 dispõe ainda de um forno de lenha comunitário, em que todo o espaço da rua é apropriado para espaço de refeição.

Sendo este espaço remetido para as traseiras da então cidade moderna, continua a assegurar a ligação com o centro da cidade. No entanto a sua proximidade com a colina de Santana é pouco clara, pois o contraste entre uma malha ortogonal e uma malha orgânica, traz pouca clareza a alguns acessos. O projecto visa então a criação de uma nova transversalidade que tem como objectivo tornar claro o acesso a espaços como o Paço da Rainha ou o Campo dos Mártires da Pátria bem como a sua envolvência com bairros adjacentes. É ainda proposta a reabilitação do Largo de Santa Barbara com o objectivo de melhorar o seu acesso ao Regueirão dos Anjos, bem como a sua reabilitação para espaço verde de recreio e lazer.

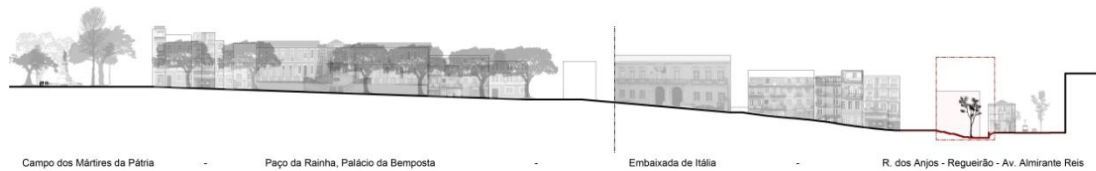


Figura 82: Corte Esquemático que representa a transversalidade proposta entre o Regueirão dos Anjos e a Rua dos Anjos, e a sua proximidade com o Campo dos Mártires da Pátria.
Realizado pela candidata

O percurso segue pela rua dos Anjos até ao Hospital de Arroios e depois até à Alameda Dom Afonso Henriques. O objectivo é então criar um espaço contínuo, unindo momentos especiais do vale da Avenida Almirante Reis, estabelecendo relações visuais bem como a união de dois grandes espaços de referência como é o Martim Moniz e a Alameda. Reforça-se e reinventa-se um eixo que anda em certo momento paralelo à Avenida Almirante Reis, como a cruza noutro, com o objectivo de unir as duas margens da Avenida através de um espaços partilhado e de convivência, onde é criado um nível de segurança e conforto para o peão. O quarteirão da Portugália surge como outro momento em que este eixo se abre para a Avenida e onde se visa o alargamento do espaço da rua oferecendo um novo momento de apropriação e de transição destes dois espaços. Para este espaço é previsto então um



Figura 83: Planta esquemática referente à transversalidade proposta entre o Regueirão dos Anjos e a Rua dos Anjos, e a sua proximidade com o Campo dos Mártires da Pátria.
Realizado pela candidata

programa de usos misto, que visa o enquadramento da Fábrica da Portugália no espaço público. Por fim, a confluência do eixo com o Hospital de Arroios, onde é proposto que o hospital se insira no programa da «Colina do Conhecimento», com o objectivo de activar o espaço com um programa cultural. O eixo é então reinterpretado como um espaço habitado, um lugar de permanência e apropriação, onde acontecem momentos de excepção, nos quais se rompe e se estabelecem ligações físicas e visuais entre a rua e o edifício, entre a proposta e a cidade.



Figura 84: Corte Esquemático que representa a transversalidade proposta entre a Avenida Almirante Reis e Rua António Pedro.
Elaborado pela candidata

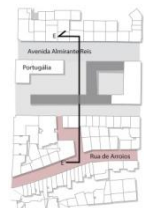


Figura 85: Planta esquemática referente à transversalidade proposta entre a Avenida Almirante Reis e Rua António Pedro.
Realizado pela candidata

6.2.1 Intervenção no Regueirão dos Anjos

Para a aplicação e exploração dos temas desenvolvidos optou-se por intervir no Regueirão dos Anjos. A linha da antiga ribeira, associada à topografia do terreno, é rebaixada em relação ao espaço adjacente, compondo-se num espaço místico que conta a história daquele lugar. A escala e características do lugar sugerem a constituição de um espaço compacto, sustentável e multifuncional.

Após a análise da condição dos edifícios existentes no Regueirão concluiu-se que muitos se encontram selados e outros parcialmente desabitados e como tal optou-se pela sua demolição, assente na certeza de que os terrenos têm potencialidades que não são asseguradas pela actual disposição dos edifícios. Por outro lado, reconhece-se a importância e valor de toda a estrutura do Regueirão dos Anjos, ainda que bastante alterada no que diz respeito à sua forma singular. A proposta procura oferecer novamente o protagonismo do Regueirão pelo que se organiza em seu redor e estabelece relação com a sua origem.

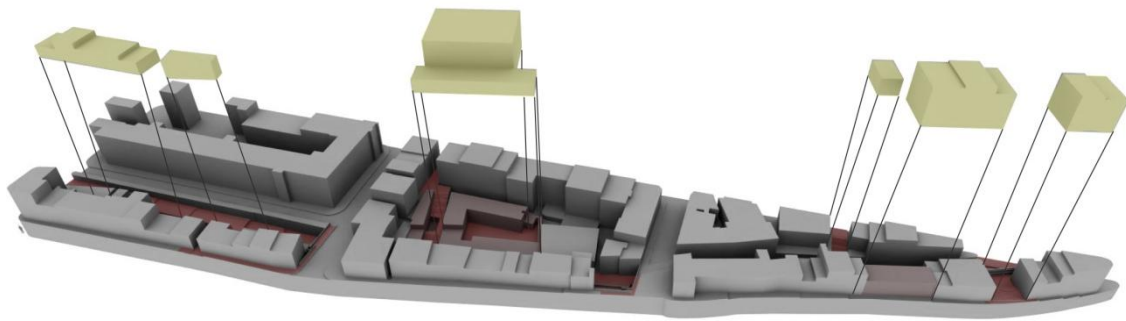


Figura 86: Proposta desenvolvida no Regueirão dos Anjos. Os edifícios explodidos são os devolutos que foram retirados. Esquema realizado pela candidata



Figura 87, 88, 30 e 90: Edifícios devolutos na área de intervenção. Fotografias da candidata (03-2014)

Pela observação da cartografia antiga da cidade de Lisboa entendemos que apesar das alterações ocorridas pelas necessidades funcionais, podemos identificar alguns elementos que subsistiram às transformações como a Ermida de Nossa Senhora do Resgate das Almas e Senhor Jesus dos Perdidos, o seu largo adjacente e o Beco da Índia. Para quem passa na rua dos Anjos acaba por ser difícil detectar a Ermida de Nossa Senhora do Resgate das Almas, pois ali situada perto do Largo de

Santa Bárbara, não difere afinal de tantos outros templos da Igreja Católica. Contudo, construída em 1762, as suas traseiras são atravessadas pelo Regueirão dos Anjos. “É uma coisa única, não conheço nenhum outro assim, em Lisboa”, diz José Gonçalves Bento, 70 anos, homem que desde 2000 ocupa o cargo de juiz da Irmandade de Nossa Senhora do Resgate da Almas e Senhor Jesus dos Perdidos (Alemão, 2013). Além desta antiga passagem do século XVI, existem outras projectadas pelo plano de urbanização da Avenida Almirante Reis. Estes atravessamentos foram projectados pela necessidade de se criarem ligações transversais ao longo da Avenida. Estes espaços singulares definem uma área sombreada para as estações mais quentes e protege da chuva nas estações mais frias. Para quem está na cota superior, criam-se espaços de varanda, que se debruçam sobre o Regueirão, no entanto, apesar a potencialidade que têm estes espaços pelas características que apresentam, como espaços de sombra, de comunicação visual entre as ruas de cota superior, tornando o espaço Regueirão mais legível e seguro encontram-se degradados. Propõe-se a qualificação destes espaços de modo a proporcionar momentos qualificados de permanência e de transição, dispondo mobiliário urbano e iluminação ao longo dos mesmos.



Figura 91: Ermida de Nossa Senhora do Resgate das Almas e Senhor Jesus dos Perdidos com o largo adjacente.
Fotografia da candidata (03-2014)



Figura 31: Intervenção no Largo. Ambiente sugerido.
Elaborado pela candidata



Figura 93: Regueirão dos Anjos
Fotografias da candidata (06-2014)



Figura 94: Intervenção na Rua. Ambiente sugerido onde são propostos ateliês ao longo da rua.
Elaborado pela candidata

É então proposto para o Regueirão dos Anjos a reabilitação do espaço público, a reabilitação de pisos térreos de alguns edifícios, e um novo programa de Residências para Estudantes e Investigadores. O desafio é o da conservação e reciclagem do existente, e a criação de um novo edifício para as residências, com o sentido de satisfazer as necessidades dos habitantes, classificando o espaço como referente cultural na cidade de Lisboa. As propostas vão sendo pontuadas ao longo da rua e parte-se do conceito de que o Regueirão é o espaço que une as intervenções. O programa de residências de estudantes parte de uma necessidade geral em toda a cidade de Lisboa. É, além de uma carência, uma tentativa de unificar o espaço do vale da Avenida Almirante Reis com a sua envolvente, partido do princípio que o novo projecto da «Colina do Conhecimento» vem trazer um novo público, que a sua estadia é temporária e que necessitam de espaços para residir. Os espaços desta residência são distribuídos ao longo do Regueirão, dispondo de um edifício principal que vem ocupar o espaço de um actual parque de estacionamento desactivado. Ao longo da rua, vão sendo pontuadas outras intervenções, com vista a dar lugar a espaços de atelier, espaços comerciais, um auditório, espaços de oficinas temporárias, lavandaria e espaços 24 horas para co-working. Apesar de complementares, os espaços são autónomos funcionando com gestões independentes. O objectivo é tornar a rua num espaço com inúmeras vantagens para os seus utilizadores, sendo criada a oportunidade de se estabelecerem uma diversidade de contactos e actividades, como no exemplo da Universidade em Copenhaga.

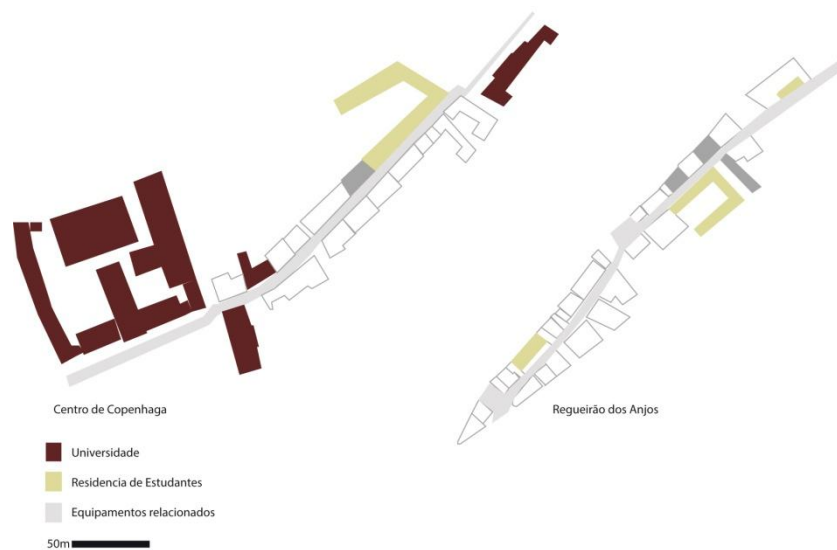


Figura 95: A) Esquema da organização da Universidade de Copenhaga ao longo da rua; B) Proposta para o Regueirão dos Anjos.
Elaborado pela candidata

6.2.2. O desenho do espaço público

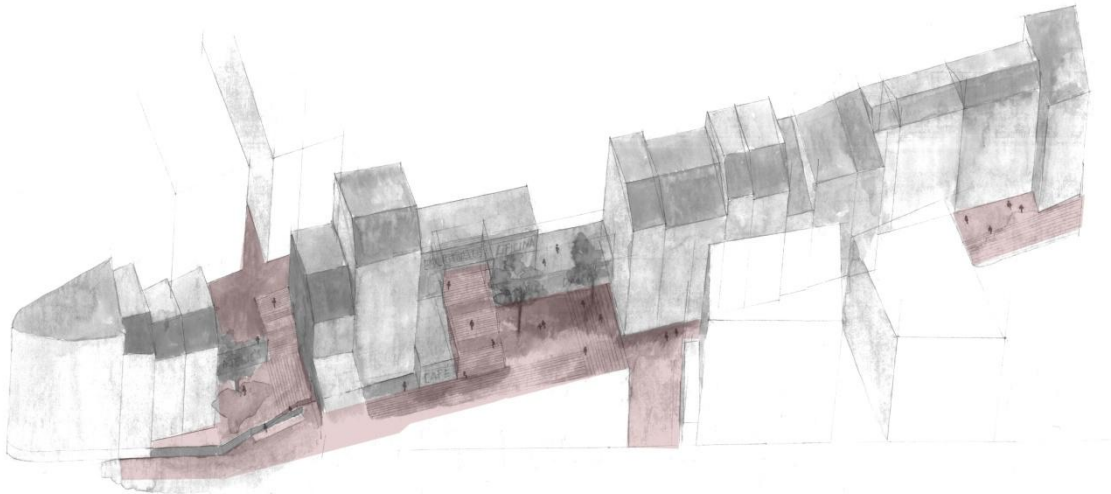


Figura 96: Ilustração da entrada do Regueirão dos Anjos
Elaborada pela candidata

No primeiro capítulo foi discutida a importância do espaço público na cidade bem como as relações sociais que nele se estabelecem. A rua é caracterizada por ser o elemento essencial para a constituição do tecido urbano que permite a ligação entre todos os elementos, como praças e edifícios. É um lugar de passagem e movimento, de apropriação e extensão dos edifícios. São considerados como objectivos principais a promoção da interacção, da sociabilização, da convivência e diversidade. Assim, pretende-se que tanto o reperfilamento da rua como o desenho do espaço público assegurem a multifuncionalidade, segurança e apropriação individual. Como estratégia inicial assumiu-se a abertura de alguns espaços para a oportunidade de criar permanências e transversalidades qualificadas ao longo do Regueirão, bem como o seu reperfilamento, propondo-se um espaço partilhado e a repavimentação, proporcionando melhores condições de mobilidade para o peão. Assim, o projecto além de enfatiza-las, vem abrir essas características para a sua envolvente próxima. É então pretendido com o projecto criar um sistema de aberturas ao longo da rua, tanto pela sua necessidade de desafogo, como coesão de toda a estrutura. É criada uma sequência entre a rua, a praça e espaços cobertos, criando uma variedade de espaços públicos que reflecte a diversidade de pessoas e funções pretendidas.

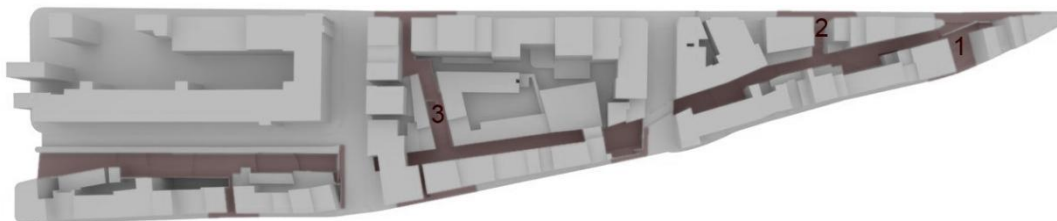


Figura 97: Transversalidades propostas. 1) Regueirão dos Anjos e Rua dos Anjos; 2) Regueirão dos Anjos e Avenida Almirante Reis; 3) Regueirão dos Anjos, Avenida Almirante Reis e Rua dos Anjos.
Realizado pela candidata

A praça caracteriza-se por ser um lugar frequentemente destinado ao peão, permitindo uma diversidade de actividades, de encontro e expressão. É então aberta uma praça na entrada sul do eixo com vista a criar legibilidade para a rua dos Anjos bem como tornar claro o acesso rápido ao Campo dos Mártires da Pátria. Neste espaço propõe-se ainda que tenha um espaço para esplanada de apoio aos dois estabelecimentos comerciais existentes, criando a oportunidade de se estenderem para o espaço da rua. Por ter um desnível de três metros para a rua dos Anjos, o espaço é resolvido com uma escada intercalada com rampas, que cria um amplo espaço de passagem, de permanência, de transição, acessível a utilizadores como mobilidade condicionada, e ainda espaço de anfiteatro onde é possível o contacto visual com a Avenida Almirante Reis. Ao continuar para norte do Regueirão é aproveitado um vazio, ilustrado na figura 88, para a criação de outra abertura na rua. A proposta pretende que se aceda à Avenida Almirante Reis, onde é encontrada uma das bocas do metro do Intendente. O objectivo é que o espaço se estenda através do pavimento, para a Avenida, identificado pontualmente toda a intervenção.

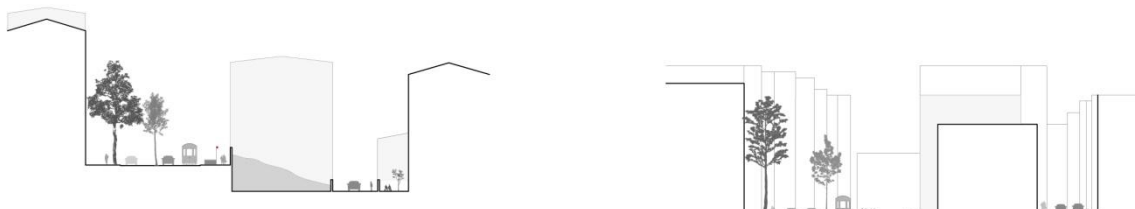


Figura 98 e 99: **Actual.**

Continuando para norte, propõe-se para o Largo da Ermida do Resgate das Almas o melhoramento do



Figura 100 e 101: **Proposto.** A) Comunicação entre o Regueirão dos Anjos e a Avenida Almirante Reis; B) Comunicação ente a entrada no Regueirão dos Anjos e a Rua dos Anjos
Elaborado pela candidata

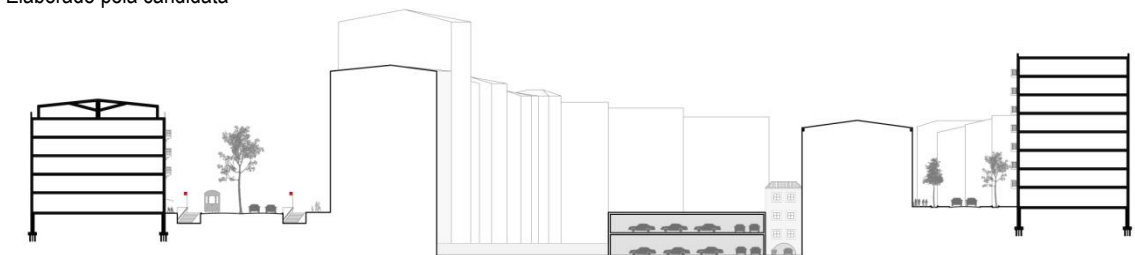


Figura 102: **Actual**



Figura 103: **Proposto** – Residência de estudantes e comunicação entre a Avenida Almirante Reis, Regueirão dos Anjos e Rua dos Anjos (dir. para esq.).
Elaborado pela candidata

acesso à cota superior, a disposição de mobiliário urbano e vegetação. Pontualmente neste lugar, a grelha central abre-se expressando-se num espelho de água com o objectivo de relembrar a memória da antiga ribeira e criar momentos de lazer. A última transversalidade criada é no espaço da residência. Aqui o objectivo é tornar esta residência acessível pelo Regueirão dos Anjos, pela Rua dos Anjos e ainda pela Avenida Almirante Reis. Mantendo o mesmo conceito, aqui o pavimento estende-se para o corredor pedonal da Avenida bem como para o da Rua dos Anjos. Para se criar a comunicação é demolido parcialmente o seu edifício de gaveto, criando uma excepção ao longo da Avenida e ainda a possibilidade de encontro com a entrada do metro de Arroios. A demolição parcial deste edifício permite ainda que esta entrada para o metro se expanda para uma praça, sendo redesenhada de maneira a possuir condições de acesso a utilizadores de mobilidade condicionada, uma carência que é verificada ao longo deste troço da Avenida. Por fim, o espaço projectado no troço final do Regueirão propõe uma área verde de recreio e lazer; por se situarem perto desta área bastantes serviços, surge a necessidade de criação de um espaço de apoio aos mesmos.

A proposta pretende desta atribuir um carácter singular às várias intervenções, relacionando-as estrategicamente com a envolvente e com as características do lugar, sugerindo determinadas apropriações e funções ao espaço público. O objectivo é que estes espaços sejam frequentados pelo peão, permitindo a coesão social e uma multiplicidade de usos. A escala destes espaços está relacionada com as proporções da cidade medieval, sobretudo nos países do sul da Europa, onde se reconhecem proporções agradáveis entre o vazio e o edificado e pelas dimensões dos elementos urbanos de acordo com a escala humana.

A repavimentação do espaço vem criar uma leitura contínua de todo o eixo, tornando mais confortável

a circulação ao longo do mesmo. Com a proposta de um espaço partilhado é mantida na rua a coexistência de peões, veículos motorizados e bicicletas. A necessidade de projectar um espaço partilhado surge no sentido de manter o acesso a garagens existentes bem como pela confiança que é estabelecida nestes tipos de rua. Quando falamos da segurança espaço-funcional na rua, apontámos tanto as ruas pedonais como as partilhadas como aquelas que possibilitam uma ampla e eficaz apropriação por parte dos indivíduos bem como uma intensidade de vivências. Procura-se essa intensidade para o Regueirão dos Anjos. É proposto um espaço partilhado, tendo em vista a sensação de



Figura 104: A escala e multifuncionalidade do percurso público. Comparação do troço da Via Bamchi de Sopra, em Siena, e os espaços propostos para o troço do Regueirão dos Anjos.

Esquema realizado pela candidata

segurança e a sensação de personalidade colectiva, isto é, a reunião de determinadas pessoas para realização de certas actividades colectivas. Transforma-se o espaço num lugar de passeio para o peão e de passagem lenta para os veículos motorizados, tendo como objectivo manter o Regueirão dos Anjos integrado no tecido urbano da cidade. É então proposto um reperfilamento da rua, onde se retiram os corredores específicos de circulação e projecta-se para o espaço um pavimento comum e homogéneo para os diversos utilizadores. Por ser um espaço onde outrora passou uma ribeira e que, segundo o PDM 2012, faz parte da rede principal de escoamentos de águas da área metropolitana de Lisboa e é considerado um imóvel de interesse público, há a necessidade do pavimento ter um grau elevado de permeabilidade bem como a proposta de uma caleira central que, além de escoar as águas pluviais, torna-se o elemento urbano de referência.

6.2.3. Os pisos térreos e a apropriação



Figura 105: Caracterização dos pisos térreos.
Esquema elaborado pela candidata

A estrutura funcional da rua pode ser definida pelos seus diferentes padrões de uso e estes podem ser compreendidos tanto a nível do uso da rua como pelo seu plano adjacente, isto é, as fachadas que podem albergar as mais variadas funções. Como anteriormente foi argumentado, quando este nível térreo é esquecido, as relações sociais bem como a capacidade da rua se tornar um espaço de convivência, desaparecem. Nuno Portas (1968) considera que este nível é o de transição, onde há a possibilidade de um espaço interior se expandir para o exterior, ultrapassando os seus limites e suportando apropriações de diferentes usos.



Figura 106: Fotografia dos pisos térreos do Regueirão dos Anjos.
Fotografia da candidata (Junho 2014)



Figura 107: Desenho de ambiente proposto para o espaço.
Elaborado pela candidata

No Regueirão dos Anjos os pisos térreos dos edifícios encontram-se devolutos, com poucas actividades comerciais, habitacionais e de trabalho. É principalmente por estes factores que a rua foi perdendo ao longo dos anos a sua capacidade para actividades bem como a sensação de segurança. É nos pisos térreos dos edifícios do Regueirão, que se encontra a oportunidade de reabilitação. Pretende-se assim conferir adequadas características de desempenho e de segurança funcional, estrutural e construtiva a vários edifícios, conceder-lhes novas aptidões funcionais com vista a permitir novos usos. O objectivo é incentivar o uso dos níveis térreos, reconsiderando os existentes e reabilitando os desocupados, e que as novas actividades se estendam para a rua, contribuindo para a criação de um espaço de convívio.



Figura 32: Fotografia dos pisos térreos do Regueirão dos Anjos.
Fotografia da candidata (Junho 2014)



Figura 33: Desenho de ambiente proposto para o espaço.
Elaborado pela candidata



Figura 110: Fotografia dos pisos térreos do Regueirão dos Anjos.
Fotografia da candidata (Junho 2014)



Figura 111: Desenho de ambiente proposto para o espaço.
Elaborado pela candidata

A primeira oportunidade de reabilitação no edifício de gaveto, na entrada sul do Regueirão. É proposto a reabilitação do piso térreo do edifício, dispondo-se um espaço multifuncional com capacidade tanto para actividades comerciais como serviços. O objectivo é que os vãos tornem clara a actividade existente no interior do edifício, estabelecendo contactos visuais, e capacidade para que o espaço interior se estenda para a rua (Figura 109). Os espaços propostos para os pisos térreos dos edifícios devolutos mantêm a sua função habitacional nos restantes pisos, apenas os pisos térreos serão alvo de uma proposta de novo uso, na medida que actualmente não dispõe de qualquer função aparente. O facto de serem caracterizados com alguma indefinição torna-os favoráveis à apropriação e ao uso por parte das pessoas, com capacidade de se traduzirem em lugares de estadia mais prolongada, de convívio e de diálogo, desenrolando-se actividades informais, de uma forma espontânea e imprevista. São reabilitados, ao longo de todo o Regueirão, pisos térreos devolutos e com capacidades para receber espaços de comércio e de trabalho.

Espaços de Apropriação



Figura 34, 35, 36, 37 e 38: Apropriação do espaço. Feira das Almas e Santos Populares.
Fotografias da candidata (Maio e Junho 2014)

Como é possível observar, principalmente nos fins-de-semana em que decorre a Feira das Almas, o Regueirão enche-se de pessoas, que se apropriam do espaço. No entanto esta apropriação só tem lugar se existirem elementos que a permitam tais como a arcada, as zonas de transição, a escadas, os lugares para sentar, entre outros. Estes elementos estão ligados a actividades básicas do ser humano, com sentar, permanecer de pé, ver, ouvir e falar. As características do espaço do Regueirão só por si já permitem algumas apropriações, como é possível verificar nos espaços cobertos que funcionam quase como um espaço de arcada. Nestes espaços é possível desfrutar de duas realidades, por um lado permanecer num espaço coberto, por outro ter a possibilidade de contemplar a envolvente. Estas zonas de transição e apropriação representam elementos de conexão e difundem a ideia de limite. É proposto qualificar a estadia neste lugar, introduzindo um banco ou de um desnível para o descanso e a observação, pois surge a necessidade de dar a estes espaços conforto para a permanência dos seus utilizadores. São então propostos elementos de mobiliário urbano para sentar, descansar e contemplar a vista. Além dos espaços apresentados nas figuras em cima, são vistas como oportunidades as fachadas que não têm qualquer relação com a rua. Estas traseiras de edifícios são aproveitadas para a colocação de mobiliário urbano. Aqui o conceito é que a materialidade do pavimento “invada” a fachada com o objectivo de criar espaços para sentar com pequenos espaços arborizados.



Figura 39: Ilustração de espaços propostos.
Elaborado pela candidata

A proposta incide sobretudo no espaço junto da residência de estudantes e investigadores, e auditório, no troço norte do Regueirão. Este troço funciona, tal como toda a rua, como espaço agregador de várias actividades. Com a transversalidade criada neste troço, e como o Regueirão se encontra cotas abaixo tanto da rua como da avenida adjacentes, o acesso é criado através de escadas. Propõe-se então que estas escadas não tenham apenas como função a transição entre dois níveis, propondo uma ligação entre o auditório e as mesmas. As escadas sugerem então a expansão do auditório para o exterior, oferecendo a capacidade da abertura total da fachada do palco, tornando o espaço, no seu conjunto, num anfiteatro. Neste espaço a rua torna-se o palco oferecendo a oportunidade para a encenação de peças, concertos, espectáculos de dança, entre outros. O objectivo é que os espaços se interliguem e sejam suficientemente multifuncionais.

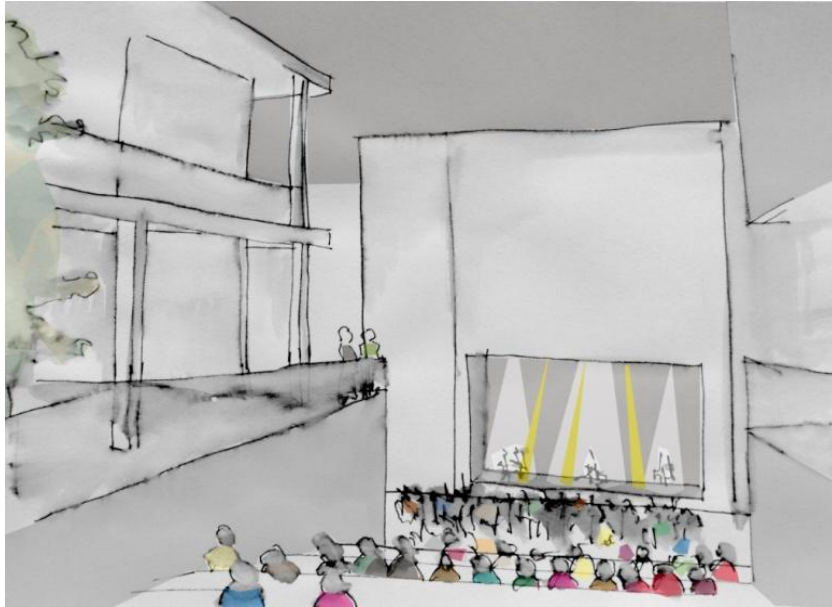


Figura 118 Desenho do espaço exterior ao auditório. Relação do palco com as escadas da residência de estudantes e investigadores.
Elaborado pela candidata

6.3. O conjunto de edifícios públicos

No terceiro capítulo são introduzidos alguns exemplos de espaços de residência de estudantes, e são explicitadas as suas relações com o espaço envolvente. A proposta de uma residência de estudantes e investigadores na área de intervenção é influenciado tanto pela necessidade de que a cidade de Lisboa, onde as residências de estudantes não cobrem 10% do público que necessita, como pela influência dos seus utilizadores para o espaço, pois como foi observado na Parte I do documento, os estudantes movimentam-se bastante na cidade, cobrindo tanto o período nocturno como o diurno. A proposta de um edifício público é com frequência um factor que influencia a permanência e adaptabilidade funcional. São espaços com grande visibilidade, onde a relação com a cidade é mais significativa. A proposta visa então não só uma residência de estudantes e investigadores mas todo um espaço multifuncional que incorpora a vertente habitacional.

6.3.1. Relação com a rua



Figura 40: Esqueto de um troço do Regueirão dos Anjos. Relação das propostas com a rua.
Elaborado pela candidata

A proposta deste espaço tem por base o desenho do espaço público e só depois o edifício de residências, que se adapta às características do mesmo. No programa destacam-se espaços comerciais, um auditório, um centro de informação com uma pequena biblioteca, um espaço de cantina/refeitório, e ainda espaços de ateliê. Estes espaços não se encontram condensados no edifício da residência, mas vão-se dispondo ao longo de toda a rua. O objectivo é que estes espaços se difundam e que se projectem no espaço da rua, de modo a criar um espaço interligado e multifuncional.

O conjunto integra-se no Regueirão dos Anjos como uma nova referência de leitura do mesmo, tanto a nível programático como a nível urbano. O espaço proposto torna-se permeável para o espaço da

rua na zona de acesso público, tanto através do auditório urbano como dos espaços comuns da residência. Por ser proposta uma transversalidade para permitir o acesso tanto à Avenida Almirante Reis como à rua dos Anjos, a relação conduz-se além do plano da rua. São então dispostos outros níveis sobre ela, como uma galeria, patamares, varandas, espaços públicos de permanência que permitem um outro nível de interacção com a rua.



Figura 41: Corte ilustrativo da relação do auditório e da residência de estudantes com o Regueirão dos Anjos.
Elaborado pela candidata

O acesso principal é feito pelo Regueirão dos Anjos, de forma distinta e separada em cada um dos “edifícios”. A entrada da residência é marcada por ser mais recuada, formando um espaço coberto para possível estacionamento das bicicletas, e ainda pela cozinha comum, espaço que por se localizar no piso térreo garante a oportunidade de se estender para a rua. A entrada do posto de informação e biblioteca, que se encontra junto da entrada da residência, apenas se diferencia pelo elemento das escadas, que separam os dois edifícios. A clareza da entrada para o auditório é a transição talvez mais denunciada do conjunto, como se convidasse a rua a entrar para o edifício. As trapeiras do palco do auditório têm a possibilidade de serem abertas e de este se expandir para o espaço da rua. Os espaços adjacentes a estas entradas são preenchidos com comércio e serviços, numa continuidade da rua enquanto trocas de vivências.

Assim, o princípio estruturante da organização das funções parte da ideia de se activar a vida de rua, trazendo um programa de maior significado e que crie mais movimento, com várias comunicações e novos fluxos. Subindo ao primeiro patamar da transversalidade proposta é encontrado um espaço aberto com vista para um pátio interior da residência; este momento tem como objectivo dar a todas as áreas comuns da residência uma projecção no espaço da rua. O pátio, que se encontra ao nível do Regueirão dos Anjos, não é privado já que pode ser visitado em caso de exposições ou outro tipo de actividades que nele se desenvolvam. Neste mesmo nível são ainda encontrados espaços comerciais e de ateliê com vista a dar uma dinâmica de rua ao espaço. Subindo o outro patamar encontramos o nível da Almirante Reis; aqui este espaço expande-se para a rua e encontra-se com a entrada do metro de Arroios. A proximidade com o metro trás benefícios para o espaço da residência, pois são garantidas as comunicações rápidas com outros pontos da cidade. Ao nível da Almirante Reis são ainda dispostos um café com varanda para o Regueirão bem como alguns espaços comerciais.

6.3.2. Residência de Estudantes e Investigadores

Galeria e espaços comuns



Figura 42: Ilustração do alçado da residência de estudantes e investigadores. Elaborada pela candidata

A residência de estudantes e investigadores é organizada através de uma galeria. Para além de mero acesso, esta ideia de corredor tem uma função distribuidora. É o esqueleto do edifício e funciona como um espaço multifuncional, servindo para gerar o contacto entre os seus habitantes bem como a sua estadia mais prolongada, sem invadir o espaço privado de cada um. Embora seja um espaço semi-público, pois os seus utilizadores não são aleatórios nem se encontram somente de passagem, confere segurança e familiaridade. Este espaço de convivência ocorre num plano superior à rua, encontra-se mais protegido da rua pública mas tem relação com a mesma. É ainda um espaço de contemplação, lugar de estar e conviver, para onde é possível que se estenda o interior da habitação. A galeria é repetida para os dois níveis de residência, orientado num momento para Norte e noutro para Oeste, é contínua tanto num nível como no outro, interligando-se pelos acessos verticais.

Esta galeria assemelha-se à galeria do lar de idosos de Drie Hoven e à da residência de estudantes Weesperstratt, pois define espaços intermédios de entrada para cada habitação e são dispostos bancos que proporcionam momentos comuns de descanso e a possibilidade de contemplar o Regueirão. São ainda projectados pequenos poços de luz, com vista a privatizar os vãos das habitações. Assim não se abrem directamente para o espaço da galeria e é

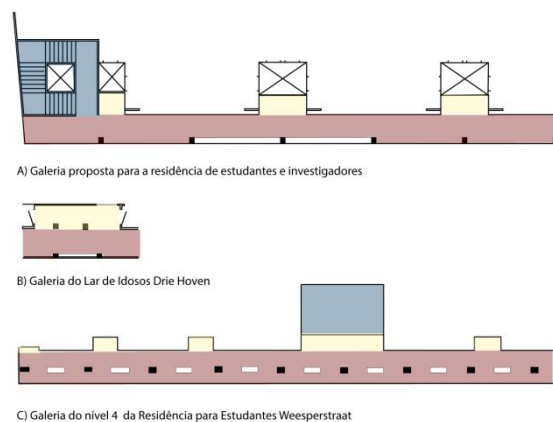


Figura 43: Esquema ilustrativo das semelhanças da galeria proposta para a galeria do lar de idosos Drie Hoven e a galeria do nível 4 da residência de estudantes Weesperstraat.

garantida a ventilação das áreas húmidas. Estes poços de luz definem-se como potenciais áreas de convivialidade já que permitem relações visuais entre pisos.

Os acessos horizontais, que fazem o acesso entre pisos, são também exteriorizados, sendo possível visualizar tanto o que se passa na rua como na galeria de acesso às habitações. O edifício é ainda organizado consoante um pátio, para onde se viram todos os quartos e salas de estar da residência. Este pátio foi proposto não só para facilitar o acesso entre as várias áreas da residência, mas também para haver uma área exterior comum para os utilizadores da residência. Tenta-se que o piso térreo da residência se assemelhe à própria estrutura do Regueirão, tendo uma estrutura de pátio-espaco coberto-pátio. O pátio não é o único espaço comum da residência, além da cozinha no piso térreo, é distribuída uma área comum por piso onde são dispostas mesas e cadeiras para proporcionar estadias mais prolongadas, momentos de reunião, de estudo, entre outros.

Habitação

Na habitação foi também considerada a componente multifuncional, de modo a dar resposta a necessidades diversas e à mutabilidade tanto da função do espaço como ao número de estudantes e investigadores que aqui residirem. Esta flexibilidade está na capacidade de se modificarem os apartamentos de maneira a possuírem um quarto, dois quartos ou quatro quartos, devido à estrutura em paredes portantes. A habitação é então orientada, Norte-Sul e Este-Oeste, sendo dispostas para Sul e Este as áreas dos quartos e áreas comuns, e para Norte e Oeste as áreas húmidas de casa de banho e cozinha.

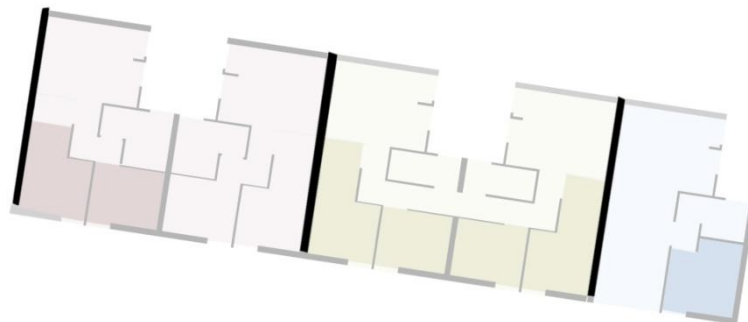


Figura 44: Flexibilidade das habitações.
Esquema elaborado pela candidata

Considerações finais

Neste documento foi abordado o tema do espaço público e qual a função da rua como palco da vida urbana e elemento estruturante na cidade. Partindo da análise, características e necessidades do próprio lugar, levantou-se como hipótese de projecto o desenho de um sistema de espaços públicos qualificados ao longo de um eixo, que outrora teve importância estrutural e cultural na cidade de Lisboa. Estes conjuntos de espaços públicos incluem-se no tecido urbano da envolvente e simultaneamente vêm corresponder à necessidade de espaços públicos qualificados na área de intervenção, tendo características que permitem uma autonomia necessária para o funcionamento permanente no tempo. A regeneração e reafirmação de um elemento primário, que outrora tinha a função de escoar a água e que hoje em dia é um lugar “esquecido” e descaracterizado, tornam-se essenciais já que as suas potencialidades e características morfológicas singulares não são asseguradas, tanto pela função como pela disposição dos seus edifícios. Desenvolve-se o eixo compreendido pela Rua do Benfornoso e Rua dos Anjos e Regueirão dos Anjos, propondo um sistema que valoriza o lugar, ao mesmo tempo que é estabelecida uma linha de continuidade com um novo significado, adaptado às novas formas, diversas e transitórias, de habitar o espaço público.

Foram apontadas as problemáticas da área de estudo, do espaço público nos dias de hoje, bem como as recentes intervenções de programas que têm bastante influência para a regeneração do lugar. As possíveis estratégias de intervenção abordadas, sobretudo nos âmbitos históricos, morfológicos, urbanísticos, sociais e económicos, tiveram a intenção de reafirmar a estrutura e interliga-la com a sua envolvente mais próxima. A intervenção teve também como forte influência a proximidade com áreas de importância cultural e turística; assim, tanto a Mouraria como a Colina de Santana bem como todos os programas e propostas desenvolvidos nestas áreas, criaram um forte estímulo para que a proposta para o vale da Avenida Almirante Reis dispusesse de semelhante atracção. Os espaços propostos constituem-se como espaços partilhados, onde o automóvel, a bicicleta e o peão pudessem coexistir no mesmo espaço, mas o peão possui maior acesso e liberdade de circulação e apropriação. O uso simultâneo por parte de vários utilizadores teve também como objectivo assegurar os acessos a garagens e garantir a segurança que é característica deste tipo de rua. É estabelecida uma oferta de novos espaços singulares e significativos e uma aproximação das dimensões do espaço público à escala humana. São explorados elementos tais como a praça e o pátio, que se distinguem pela interpretação do sentido público em várias vertentes, interiores e exteriores, e intensidade do percurso. São propostos elementos de apropriação diversa, como escadas, espaço de arcada e mobiliário urbano, no sentido de contribuir tanto para a qualificação do espaço como para a vida pública.

A multifuncionalidade é também aplicada na proposta na medida em que se interligam diferentes actividades onde a rua desempenha o papel de elemento articulador entre as mesmas, com o objectivo de motivar a coexistência de diversos utilizadores, estimulação e inspiração mútua. As propostas de novas transversalidades são tidas como estratégia de projecto no que diz respeito à

abertura deste espaço para a sua envolvente criando momentos de melhor acessibilidade e legibilidade de todo o percurso. O Regueirão dos Anjos foi o principal foco de toda a intervenção, assumindo-se como pólo distribuidor das principais actividades. Por ser um lugar de traseiras, tanto da Rua dos Anjos como da Avenida Almirante Reis, este espaço aparentou ser o mais descaracterizado, pois não se assumiam usos para os pisos térreos dos edifícios. Deste modo, foi proposta a reabilitação dos pisos térreos devolutos do Regueirão assente na necessidade de garantir o bom funcionamento de todo o objecto arquitectónico. A flexibilidade destes espaços, que actualmente não tem uso aparente, é tida com o objectivo da indefinição dos limites e criação de espaços umbrais de transição apropriáveis, entre o interior e o exterior, entre o público e o privado.

O programa proposto foca-se necessariamente no âmbito público, entendendo-se como públicos espaços interiores e exteriores. Teve como princípios a multifuncionalidade e a definição de um uso dominante, a residência de estudantes e investigadores, associada a equipamentos para actividades diversas. Optou-se por explorar uma carência da cidade de Lisboa, de modo a garantir tanto o bom funcionamento da cidade como a utilização e vitalidade dos espaços públicos. A proposta de intervenção articula o Regueirão dos Anjos e o conjunto de ruas adjacentes transformando-os em espaços promotores da coexistência e sociabilidade de grupos distintos, onde se estimula a diversidade e a interculturalidade, consistindo numa nova referência cultural na cidade de Lisboa.

Bibliografia

- Araújo, N. d. (1939). *Peregrinações em Lisboa, Volume IV*. Lisboa: Parceria A.M. Pereira.
- Balula, L. (Dezembro de 2010). Espaço Público e Criatividade Urbana: A dinâmica dos lugares em Três Bairros Culturais. *Cidades - Comunidades e Territórios* nº.20/21 , pp. 43-58.
- Benevolo, L. (1994). *Historia de la Arquitectura Moderna*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, S.A.
- Borja, J. (2003). *La Ciudad Conquistada*. Alianza.
- Borja, J., & Muxi, Z. (2000). *El espacio público, ciudad y ciudadanía*. Barcelona.
- Câmara Municipal de Lisboa. (2013). *Programa de Intervenção Integrada UIT Centro*. Lisboa.
- Castro, A., Duarte, I., Afonso, J., Sousa, M., Antunes, M. J., & Salgueiro, M. (Junho de 2001). Os Ciganos Vistos pelos Outros: Coexistência Inter-Etnica em Espaços Urbanos. *Cidades - Comunidades e Territórios*, n.º2 , pp. 73-84.
- Choay, F. (1965). *O Urbanismo: Utopias e Realidades. Uma Antologia*. Brasil: Editora Perspectiva S.A.
- Christopher, A., Ishikawa, S., & Silverstein, M. (1977). *A Pattern Language*. New York: Oxford University Press.
- Coelho, C. D. (2002). *A complexidade dos Traçados*. Dissertação para a obtenção do grau de Doutor em Planeamento Urbanístico, Faculdade de Arquitectura de Universidade Técnica de Lisboa.
- Corbusier, L. (1923). *Por uma arquitectura* (5ª ed.). São Paulo: Prespectiva.
- Fernandes, S. P. (2013). O Traçado - o sítio e a forma da Cidade. In G. d. Lab, *Os Elementos Urbanos*. Lisboa: Argumentum.
- Gehl, J. (2006). *La Humanización del Espacio Urbano*. Barcelona: Editorial Reverté, S.A.
- Gehl, J. (1936). *Life Between Buildings - Using Public Space*. Island Press.
- Gehl, J., & Gemzoe, L. (2002). *Novos Espaços Urbanos*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.
- Giménez, C. (2012). Convivencia Social e Intercultural en Territorios de Alta Diversidad. *Encuesta 2010 sobre Convivencia Intercultural en el Ámbito Local. Obra Social "La Caixa"* .
- Goitia, F. C. (1982). *Breve História do Urbanismo*. Coleção Universidade Hoje: Editorial Presença.
- Graça, M. S. (2007). *Espaços Públicos e uso colectivo de Espaços Privados*. Lisboa: Cidades 10.
- Habitar. (2010). *Rehabitar las plantas bajas*. Barcelona: Ministerio de Vivienda.
- Hamilton-Baillie, B. (2010). *Shared Space and Street Design. Emerging best practice for reconciling people, places and traffic*. Japão: City Planning Institute of Japan.
- Hertzberger, H. (2006). *Lições de Arquitectura*. São Paulo: Martins Fontes.

- Indovina, F. (Dezembro de 2002). O Espaço Público: Tópicos sobre a sua Mudança. *Cidades - Comunidades e Territórios*, pp. 119-123.
- Jacobs, J. (1961). *The Death and Life of Great American Cities*. New York: Random House.
- Kostof, S. (1992). *The City Assembled: The elements of urban form through history*. Londres: Thames and Hudson LTD, London.
- Menezes, M. (2009). *A Praça do Martim Moniz: Etnografando Lógicas Socioculturais de Inscrição da Praça no Mapa Social de Lisboa*. Porto Alegre: Horizontes Antropológicos.
- Morris, A. E. (1974). *History of Urban Form. Before the Industrial Revolutions*. Londres: George Godwin Limited.
- Mumford, L. (2008). *A Cidade na História - Suas Origens, Transformações e Perspetivas* (5ª Edição ed.). São Paulo: Martim Fontes.
- Nunes, J. P., & Baptista, L. V. (2008). A Rua, lugar físico construído. In G. Í. Cordeiro, & F. Vidal, *A rua: espaço, tempo, sociabilidade* (pp. 97-111). Lisboa: Livros Horizonte, LDA.
- PA QREN Mouraria. (Junho de 2010). *Ai Mouraria*. Obtido de Câmara Municipal de Lisboa: <http://www.aimouraria.cm-lisboa.pt/espaco-publico-e-ambiente-urbano.html>
- Portas, N. (1968). *A cidade como arquitetura*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Portas, N., Domingues, Á., & Cabral, J. (1998). *Políticas Urbanas - Tendências, estratégias e oportunidades*. Lisboa: FCG.
- Proença, S. B. (2008). *Morfogénese das Ruas de Lisboa: Os processos de produção do traçado de rua*. Lisboa.
- Proença, S. B. (2006). *O Papel das Ruas Naturais de Lisboa*. Lisboa.
- Regulamento: Revisão do PDM. (Junho de 2011). *Artigo 13º.: Sistema Húmido e Sistema de Transição Fluvial-estuario*, p. 19.
- Rémy, J., & Voyé, L. (1981). *Ville, ordre et violence*. Paris: PUE.
- Rocha-Trindade, M. B. (1993). Perspectivas sociológicas da interculturalidade. *Análise Social, vol. XXVIII* (123-124), pp. 869-878.
- Santana, F., & Sucena, E. (1994). *Dicionário de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas & Associados.
- Schettino, M. P., & Echávarri, P. J. (Julho/Agosto de 2008). Los Espacios Compartidos ("Shared Space"). *Ci[ur]59 - Cuadernos de Investigación Urbanística nº.59*.
- Sieber, T. (2008). Ruas da Cidade e Sociabilidade pública: Um olhar a partir de Lisboa. In G. Í. Cordeiro, & F. Vidal, *A Rua: espaço, tempo, sociabilidade* (pp. 47-84). Lisboa: Livros Horizonte, LDA.

Silva, R. H., & Gouveia, M. (1989). *Lisboa de Frederico Ressano Garcia (1874-1909)*. Lisboa.

Sottomayor, A. (16 de 4 de 1997). O Poço da Cidade, da Palma a S. Vivente. *Nacional*.

Whyte, W. H. (1980). *The Social Life of Small Urban Spaces*. New York.

Páginas da Internet

Câmara Municipal de Lisboa. (2011-24). *Estratégia de Reabilitação Urbana 2011-2024*. Obtido em Agosto de 2014, de cm-lisboa.pt: <http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/Reabilitacao/estrat.pdf>

AART. (2006). *Acquitetura Activa*. Obtido de arqred.mx: <http://www.arqred.mx/blog/2008/09/03/bikuben-hall-of-residence-copenhagen/>

Alemão, S. (21 de Novembro de 2013). *O Corvo, Sítio de Lisboa*. Obtido em 2014 de Novembro de 14, de Nos Anjos reza-se pelo resgate há dois séculos e meio: <http://ocorvo.pt/2013/11/21/nos-anjos-reza-se-pelo-resgate-ha-dois-seculos-e-meio/>

Annette Galinsk. (04 de 11 de 2011). *Mapolis Architecture + BIM*. Obtido em 2014, de Architecture magazine: <http://architecture.mapolismagazin.com/carlos-martinez-st-gallen-city-lounge-st-gallen>

Identibuzz. (24 de Fevereiro de 2012). Obtido em 2014 de Agosto de 2014, de <http://www.identibuzz.org/pt/portfolio/zumbidos-da-mouraria-portugues/>

Francisco, M. D. (2005). *Espaço Público Urbano: Oportunidade de identidade urbana e participada*. Obtido em 2013 de Maio de 4, de http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_X_Coloquio_Iberico_Geografia/pdfs/053.pdf

Vidal, A. (03 de 09 de 2008). *Arquitetura Activa*. Obtido em 2014, de <http://www.arqred.mx/blog/2008/09/03/bikuben-hall-of-residence-copenhagen/>

Architecture, C. D. (4 de Maio de 2012). Obtido em 5 de Junho de 2014, de <http://www.smgov.net/uploadedFiles/Departments/PCD/Plans/Bergamot-Area-Plan/Shared-Space-Streets.pdf>

Arquivos e Bibliotecas

Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio

Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Fotográfico

Biblioteca Nacional de Portugal

Biblioteca da Faculdade de Arquitectura – Universidade Técnica de Lisboa

Anexos

Índice de peças desenhadas

- 01- Contextualização Histórica
- 02- Caracterização do Lugar
- 03- Estratégia de Intervenção I
- 04- Estratégia de Intervenção II: Planta de coberturas, escala 1:5000
- 05- Proposta de Intervenção: Planta de coberturas e Cortes transversais, escala 1:2000 e 1:1000
- 06- Posposta de Intervenção: Esquemas conceptuais e perspectivas da rua
- 07- Proposta de Intervenção: Cortes transversais e perspectivas, escala 1:500
- 08- Proposta de Intervenção: Planta de Coberturas, escala 1:500
- 09- Proposta de Intervenção: Planta de Pisos Térreos, escala 1:500
- 10- Residência de Estudantes e Investigadores: Planta Piso Térreo e Corte, escala 1:200
- 11- Residência de Estudantes e Investigadores: Planta Piso 1 e Corte, escala 1:200
- 12- Residência de Estudantes e Investigadores: Planta Piso 2 e Corte, escala 1:200
- 13- Perspectivas da Proposta